



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS (PPGRI)**

**MULHERES, AGENDAS DE DESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS: (DES)CONEXÕES ENTRE TRABALHO (RE)PRODUTIVO E A
TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA**

LÍGIA MARIA FREITAS SILVEIRA

Foz do Iguaçu
2022



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS (PPGRI)**

**MULHERES, AGENDAS DE DESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS: (DES) CONEXÕES CONTEMPORÂNEAS ENTRE O DEBATE
DO TRABALHO (RE)PRODUTIVO E A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA**

LÍGIA MARIA FREITAS SILVEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Roberta Sperandio Traspadini

LÍGIA MARIA FREITAS SILVEIRA

**MULHERES, AGENDAS DE DESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS: (DES) CONEXÕES CONTEMPORÂNEAS ENTRE O DEBATE
DO TRABALHO (RE)PRODUTIVO E A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA**

LÍGIA MARIA FREITAS SILVEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dra. Roberta Sperandio Traspadini
UNILA

Prof. Dra. Ana Carolina Teixeira Delgado
UNILA

Prof. Dra. Mária Millán Moncayo
UNAM

Foz do Iguaçu, 2022.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

S587

Silveira, Lígia Maria Freitas.

Mulheres, agendas de desenvolvimento e relações internacionais: (des)conexões contemporâneas entre o debate do trabalho (re)produtivo e a Teoria Marxista da Dependência / Lígia Maria Freitas Silveira. - Foz do Iguaçu, 2022.

106 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Programa de Pós-Graduação em Relações internacionais. Foz do Iguaçu - PR, 2022.

Orientador: Roberta Sperandio Traspadini.

1. Mulheres. 2. Gênero. 3. Trabalho Produtivo e Reprodutivo. 4. Desenvolvimento. 5. Teoria Marxista da Dependência. 6. Relações Internacionais. I. Traspadini, Roberta Sperandio. II. Título.

CDU 327:330.85-055.2

“Não há liberdade possível se a maioria das mulheres não couber nela” (PETRONE, 2019, p.12)

À minha mãe que foi o meu primeiro e maior exemplo de amor e de perseverança. E a todas as mulheres do passado, presente e futuro que lutaram e ainda lutarão para fazerem desse mundo um lugar menos desigual. Separadas não somos nada, juntas podemos tudo.
Resistiremos. Lutaremos. Venceremos!

AGRADECIMENTOS

Das poucas certezas que tenho na vida, a principal delas é a de que eu nunca estive só. E por não estar só eu preciso fazer aqui um coro de agradecimentos, talvez um pouco pessoal demais, em que fique registrado o quão grata eu sou. É claro que estas páginas não dariam conta de fazer jus a todas as pessoas que passaram em minha vida e tanto me ajudaram durante esse período gratificante e desafiador que foi o mestrado, mas tentarei expressar por meio destas singelas palavras a gratidão que eu sinto por cada um e uma que estiveram e/ou ainda estão presentes. Peço desculpas a quem eu, porventura de minha falta de memória ou por qualquer outro motivo, possa ter esquecido de mencionar aqui. Vocês podem não estar nestas palavras, mas estão no meu coração!

Primeiramente eu agradeço aos meus pais e meus irmãos. Mainha e painho, obrigada por todo o esforço que vocês fizeram para que eu, Arthur e André pudéssemos estudar. Mainha, você nutriu em mim o gosto pela leitura e pelo estudo, o que fizeram eu estar aqui hoje. Painho, sua determinação me fez nunca desistir. Arthur e André, eu simplesmente amo vocês e amo a nossa relação de irmãos que só a gente entende (insira aqui um meme nosso). Obrigada por serem um alívio cômico nos meus piores e melhores momentos. Família, obrigada por terem embarcado comigo nessa jornada que foi o mestrado. Amo vocês!

À minha orientadora, Roberta Traspadini, pela paciência, cuidado e respeito durante esses anos. Obrigada por acreditar em mim, no meu potencial e na minha pesquisa, quando muitas vezes nem eu mesma acreditava. Foi um prazer construir essa dissertação contigo e ter um espaço como o Saberes para ampliar as nossas discussões e nossos horizontes. Obrigada pelas cobranças pontuais e pelos puxões de orelha sinceros para que eu sempre pudesse melhorar. Passo por essa experiência sabendo que muito de mim hoje tem o seu olhar e seus conselhos. Obrigada, obrigada, obrigada!

Dan, a você eu poderia escrever um TCC, uma dissertação de mestrado ou uma tese de doutorado e ainda sim eu não teria palavras suficientes para te agradecer por tudo o que você fez por mim e como eu sou grata por você estar presente na minha vida. Acho que de todas as pessoas você foi a que acompanhou mais de perto (mesmo que longe) todo o processo de construção desta dissertação, bem como todos os meus altos e baixos que tive durante esses anos. Obrigada por toda a força que você me deu durante esse processo, por cada palavra de acolhimento, por escutar meus áudios gigantescos sem reclamar e por acreditar em mim. Enfim, de tudo mais que eu poderia escrever aqui eu só quero dizer mais uma vez, obrigada!

Juddy, Juddy, Juddy, mil vezes Juddy, você está aqui nesses agradecimentos mas poderia muito bem estar em minha dedicatória assim: À Juddy, por despertar em mim o meu lado mais sincero. Te agradeço por esses anos de apoio e crescimento mútuo, pela troca de ideias, pelas diversas vezes que tivemos reuniões sobre nossas dissertações e podíamos discutir

tão livremente sobre as dificuldades de se fazer pesquisa. Nós sabemos como a escrita da dissertação pode ser um caminho bem solitário e, por isso, bastante doloroso, mas ter você ao meu lado me deu a certeza de que jamais estarei só. Obrigada por ser minha grande inspiração. À *Juddy* combina muito bem com você. Escreverei mais vezes.

À Carol e Júlia, pelo aconchego pessoal e acadêmico. Carol, minha eterna duplinha de TCC, obrigada por estar comigo durante todos os anos da graduação, me entendendo e me apoiando em literalmente tudo, e por ter continuado, mesmo que à distância, nos anos da pós-graduação. Você foi a primeira a saber do mestrado e estava lá corrigindo meu projeto de dissertação horinhas antes de eu submetê-lo à UNILA. Nunca vou esquecer todas as vezes que eu dizia que não ia conseguir passar e você só olhava pra mim e dizia: "já é seu". E ao longo desses anos, quando eu achava não ser capaz de algo, você estava aqui dizendo que eu conseguia sim. Acho que já passou da hora de eu não duvidar de você, né? haha. Julinha, não tem como eu falar dessa dissertação sem falar de você. É incrível como mesmo à distância você estava junto, preocupando-se com meu bem-estar e à espera para me acolher em qualquer que fosse o momento. Eu tenho muita honra de ser amiga de vocês duas e muito orgulho do que temos construído juntas (e separadas).

À Shyrlaine e Bia por serem como um sopro de felicidade nos últimos meses. Obrigada por me acolherem em sua casa sempre que precisei e por sempre me tratarem como parte da família. Tenho um apreço gigantesco pela aproximação que tivemos e por todos os momentos que compartilhamos juntas.

À Ana, por nunca ter deixado eu desistir, literalmente, de tudo. Sem você eu não estaria nem aqui escrevendo esses comentários. Obrigada por sempre me lembrar que tudo tem um jeito e que, às vezes, a solução é um passinho de cada vez, por mais tortuoso que seja esperar. Sinto imensa felicidade de poder ter contado contigo nesses últimos dois anos.

Às minhas Princesas do Agreste, como carinhosamente nos chamamos desde 2014, eu agradeço por todo o apoio desde a época que fizemos o ensino médio juntos. Jéssica, Layla, Luuh, Tamitia, Thaís e Yogi vocês foram e são fundamentais em minha vida de todas as formas possíveis e tê-las comigo até hoje é um dos maiores presentes que eu poderia ter. Obrigada por toda paciência, carinho, amor e companheirismo que vocês sempre tiveram comigo durante todos esses anos. Mas, acima de tudo, eu agradeço pela oportunidade única que eu tive convivendo com vocês: ser eu mesma. Dizem por aí que os amigos são a família que a gente escolhe e eu não poderia estar mais feliz e realizada com as escolhas que eu fiz.

Aos meus presentes mais bonitos de Foz do Iguaçu: Dan, Jaque, Karen e Natália. Morar com vocês durante os poucos meses em que estive em Foz foi o maior alento que eu poderia ter. Estar longe da família e dos amigos que tinha em Natal não foi tarefa fácil, mas desde o primeiro minuto em que pisei naquela casa fui acolhida de maneira calorosa por todas vocês.

Durante o período que vivemos juntas nós compartilhamos tantos momentos incríveis e eu agradeço por cada um deles, os momentos em volta da mesa da cozinha do Sr. Nadir estarão sempre na minha memória e mal posso esperar para fazermos isso um dia novamente. Também agradeço por cada palavra de conforto quando eu estava triste, por cada abraço quando eu mais precisava, por cada vez que eu chorava e vocês me davam força para continuar seguindo em frente.

No bojo das participações acadêmicas ao longo dos quase três anos de mestrado, destaco a importância do grupo de pesquisa Saberes em Movimento, coordenado pela professora (e orientadora deste trabalho), Roberta Traspadini. Nos últimos dois anos enfrentamos as dificuldades de seguir como grupo à distância, em meio à pandemia do coronavírus, quando os laços entre nós não mais se estreitavam pelo afago e acolhimento presencial e as atividades do grupo eram disputadas com as dores do tempo atual. Ainda assim, pudemos construir um espaço de debate e troca de ideias capaz de atravessar essas dificuldades. Todos os estudos que fizemos durante esses três anos foram essenciais para minha formação acadêmica e para a construção desta dissertação. Flora, Henrique, Manu, Mari, Naha, Nataly, Osvaldo, Paulo, Raiara, Roberta, Stella, muito obrigada!

Agradeço também à UNILA e todos os seus funcionários e funcionárias que lutam incessantemente para dar a nós, alunos e alunas, uma educação superior de qualidade em um país que tem sucateado cada vez mais as nossas universidades. Ao PPGRI e a todos os professores e professoras com os(as) quais tive a oportunidade de ter aulas durante o período do mestrado, meu mais sincero muito obrigada! Ana Carolina Teixeira, Fernando Romero, Lucas Mesquita, Mamadou Alpha Diallo, Paula Fernandez, Ramon Blanco e Roberta Traspadini, seus ensinamentos não somente estão nestas modestas páginas de dissertação como levo-os comigo em minha jornada pessoal e acadêmica. Obrigada por buscarem, constantemente, tornar o nosso curso mais inclusivo do que estamos acostumados com as Relações Internacionais.

Às professoras Ana Carolina Teixeira e Mária Millán eu agradeço por prontamente aceitarem avaliar participar das bancas tanto de qualificação quanto de defesa desta dissertação. Ouvi atentamente cada um de seus conselhos e espero ter feito jus ao que me foi dito. Obrigada pela atenção e pelo carinho dado a mim.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos concedida a mim durante o período de mestrado, inclusive prorrogando o prazo final devido à pandemia que vivenciamos. Apesar de deixar bem claro como todas as pessoas acima foram de extrema relevância para esta pesquisa, ela jamais teria sido realizada, ou pelo menos não da maneira que foi, sem a ajuda financeira da CAPES. Com o constante sucateamento das nossas universidades e os cortes de bolsas da CAPES e do CNPq

fazer pesquisa no Brasil virou sinônimo de resistência, pois sejamos resistência. Viva a pesquisa, sempre!

RESUMO

Os estudos sobre mulheres e gênero adentraram nos últimos anos nos mais diversos campos das ciências humanas. No desenvolvimento, foi através das agendas internacionais que buscou-se discutir a exclusão das mulheres dos processos de desenvolvimento e quais as formas de mudar essa realidade. Nas Relações Internacionais, a simples pergunta "onde estão as mulheres?" abriu espaço para questionar uma disciplina tão masculinizada. Como um ponto de ligação entre os dois campos, está a divisão internacional do trabalho que, na sua perspectiva de gênero (sexual), faz uma distinção entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo e como estes, que se baseiam em todo tipo de trabalho ligado à esfera dos cuidados, foram e ainda são trabalhos característicos das mulheres. Nesse ínterim, a pergunta de pesquisa que norteia esta dissertação é: qual o papel da divisão internacional e sexual do trabalho no campo do desenvolvimento e das Relações Internacionais? Partimos da hipótese de que o trabalho reprodutivo condiciona todos os aspectos da vida em sociedade, e a sua invisibilização no sistema capitalista conferiu às mulheres um caráter de inferioridade e, a partir da Teoria Marxista da Dependência, de superexploradas. Nesse sentido, o objetivo geral desta dissertação é analisar, à luz da Teoria Marxista da Dependência, a divisão internacional e sexual do trabalho e sua relação com os campos do desenvolvimento e das Relações Internacionais. Os objetivos específicos são: 1º) identificar os principais elementos dos debates sobre mulheres, desenvolvimento e relações internacionais e como eles se correlacionam. E, 2º) analisar o que fomenta o debate da divisão internacional e sexual do trabalho no sistema capitalista e como ele se insere na perspectiva da Teoria Marxista da Dependência. Para isso, utilizo o materialismo histórico dialético como método de análise para possibilitar a compreensão da realidade do trabalho feminino. A utilização de metodologias feministas, por sua vez, compreende a necessidade da construção de um conhecimento plural que não seja marcado por exclusões, capaz de transformar as estruturas de conhecimento existentes.

Palavras-chave: Mulheres. Gênero. Trabalho produtivo e reprodutivo. Desenvolvimento. Teoria Marxista da Dependência. Superexploração. Relações Internacionais.

ABSTRACT

Studies on women and gender have entered the most diverse fields of human sciences in recent years. In development, it was through international agendas that we sought to discuss the exclusion of women from development processes and how to change this reality. In International Relations, the simple question "where are the women?" opened space to question such a masculinized discipline. As a connecting point between the two fields is the international division of labor which, in its (sexual) gender perspective, makes a distinction between productive labor and reproductive labor, and like these, which are based on all kinds of work linked to the sphere of care, were and still are characteristics of women's labor. In the meantime, the research question that guides this dissertation is: what is the role of the international and sexual division of labor in the field of development and International Relations? We start from the hypothesis that reproductive labor conditions all aspects of life in society, and its invisibility in the capitalist system has given women a character of inferiority and, based on the Marxist Theory of Dependence, of being super-exploited. In this sense, the general objective of this dissertation is to analyze, in the light of the Marxist Theory of Dependence, the international and sexual division of labor and its relationship with the fields of development and International Relations. The specific objectives are: 1°) to identify the main elements of the debates on women, development and international relations and how they are correlated. And, 2°) to analyze what fosters the debate on the international and sexual division of labor in the capitalist system and how it fits into the perspective of the Marxist Theory of Dependence. For this, I use dialectical historical materialism as a method of analysis to enable the understanding of the reality of female work. The use of feminist methodologies, in turn, understands the need to build a plural knowledge that is not marked by exclusions, capable of transforming existing knowledge structures.

Keywords: Women. Gender. Productive and Reproductive labor. Development. Marxist Theory of Dependency. Superexploitation. International Relations.

RESUMEN

Los estudios sobre las mujeres y el género se adentraron en los últimos años en los más diversos campos de las ciencias humanas. En el desarrollo, fue a través de las agendas Internacionales que buscó discutir la exclusión de las mujeres de los procesos de desarrollo y cuáles las formas de cambiar esa realidad. En las Relaciones Internacionales, la simple pregunta “¿Dónde están las mujeres?” abrió espacio para cuestionar una disciplina tan masculinizada. Como un punto de encuentro entre dos campos, está la división internacional del trabajo que, en su perspectiva de género (sexual), hace una distinción entre laburo productivo y trabajo reproductivo y cómo estos, que se basan en todo tipo de trabajo relacionado a la esfera de los cuidados, fueron y aún son trabajos característicos de las mujeres. Mientras, la pregunta de pesquisa que nortea esta disertación es: ¿Cuál es el papel de la división internacional y sexual del trabajo en el campo del desarrollo y de las Relaciones Internacionales? Partimos de la hipótesis de que el laburo reproductivo condiciona todos los aspectos de la vida en sociedad, y su invisibilización en el sistema capitalista en la que confirió a las mujeres un carácter de inferioridad y, a partir de la Teoría Marxista de la Dependencia, de sobreexplotadas. En este sentido, el objetivo general de este artículo es analizar, a la luz de la Teoría Marxista de la Dependencia, la división internacional y sexual del trabajo y su relación con los campos del desarrollo y de las Relaciones Internacionales. Los objetivos específicos son: 1º) identificar los principales elementos de los debates sobre mujeres, desarrollo y relaciones internacionales y cómo ellos se correlacionan. Y, 2º) analizar lo que fomenta el debate de la división internacional y sexual del trabajo en el sistema capitalista y cómo él se inserta en la perspectiva de la Teoría Marxista de la Dependencia. Para eso, utilizo el materialismo histórico dialéctico como método de análisis para posibilitar la comprensión de la realidad del trabajo femenino. La utilización de las metodologías femeninas, por su vez, comprende la necesidad de la construcción de un conocimiento plural que no sea una señal de exclusiones, capaz de transformar las estructuras de conocimientos existentes.

Palabras Clave: Mujeres. Género. Trabajo productivo y reproductivo. Desarrollo. Teoría Marxista de la Dependencia. Sobreexplotación. Relaciones Internacionales.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Quadro 1 - As abordagens do MED.....	41
Quadro 2 - Comparação entre as agendas de mulheres e desenvolvimento (MED e GED).....	45

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CMN	Corporações Multinacionais
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
GED	Gênero e Desenvolvimento
MED	Mulheres em Desenvolvimento
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OGI	Organizações Governamentais Internacionais
ONG	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
RI	Relações Internacionais
TMD	Teoria Marxista da Dependência
USAID	United States Agency for International Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 MULHERES, DESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA AMÉRICA LATINA	23
1.1 AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	25
1.1.1 O Debate Cepalino e a Teoria da Dependência	26
1.1.2 A Teoria Marxista da Dependência (TMD)	30
1.1.3 As Agendas Das Mulheres no Desenvolvimento	36
1.2 “ONDE ESTÃO AS MULHERES?” UMA PESQUISA FEMINISTA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS?	49
1.2.1 Gênero: Uma Categoria Útil das Relações Internacionais	55
1.2.2 Mulheres e Relações Internacionais na América Latina: a constituição do outro outro	60
2 A DIVISÃO INTERNACIONAL E SEXUAL DO TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE O DEBATE	Error! Bookmark not defined.
2.1 DE OLYMPE DE GOUGES A FLORA TRISTÁN: BREVES CONSTRUÇÕES TEÓRICAS SOBRE TRABALHO FEMININO NO SÉCULO XIX	65
2.2 ENTRE TRABALHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO E A DUPLA JORNADA FEMININA DO TRABALHO	79
2.2.1 Divisão Internacional e Sexual do Trabalho: a condição das mulheres no capitalismo	84
2.3 MULHERES E CAPITALISMO DEPENDENTE: INTERLOCUÇÕES ENTRE A DIVISÃO INTERNACIONAL E SEXUAL DO TRABALHO E A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	97

INTRODUÇÃO

Pesquisar sobre mulheres foi algo constante desde o início da minha vida acadêmica, mas costumo dizer que questionar o espaço das mulheres na sociedade é algo que eu já fazia muito antes de ter qualquer noção sobre feminismo ou sequer imaginar que esse seria meu objeto de estudo na universidade. É claro que, enquanto mulher, algumas inquietações da vivência cotidiana sempre foram fortes e elas na maioria das vezes estavam relacionadas à pergunta “onde estão as mulheres?”. Tamanha foi minha surpresa ao descobrir que essa simples questão também fazia parte da inquietação de várias outras colegas e pesquisadoras e que deu margem para a construção dos estudos de gênero na minha área de conhecimento, as Relações Internacionais.

Ao pensar o projeto para a seleção de mestrado da UNILA meu desejo era o de continuar com os estudos prévios realizados para o TCC, que consistiam na importância da igualdade de gênero para o desenvolvimento dos países, utilizando a África Subsaariana como estudo de caso. Para o mestrado, no entanto, troquei o continente africano pela América Latina na tentativa de poder estudar algo que estava mais próximo e presente da minha realidade. Porém, com o passar dos meses e dos estudos que fui desenvolvendo, percebi que esse não era o caminho pelo qual eu gostaria de seguir. Uma vez na graduação as perspectivas de desenvolvimento que tive eram das mais utópicas, as quais os países subdesenvolvidos deveriam almejar o progresso dos países desenvolvidos enquanto fim único, sem entender não somente que isso jamais seria possível como a perversidade existente das relações imperialistas.

Partindo desse ponto surge uma inquietação: durante anos de estudos sobre feminismo e gênero as pautas que mais me chamavam atenção eram aquelas que estavam relacionadas a inserção das mulheres em espaços que anteriormente eram estritamente masculinos. Era preciso então que as mulheres estivessem inseridas no mercado de trabalho, participando ativamente da política e que a violência de gênero fosse reduzida para poder haver uma igualdade entre os homens e mulheres. Não havia ali nenhum recorte de classe e de raça, como se homens e mulheres fossem grupos homogêneos e que se comportam de uma única forma.

Foi ao ler “Feminismo para os 99%: um manifesto” de Cinzia Arruzza, Thiti Bhattacharya e Nancy Fraser, publicado em 2019, que pude perceber o que faltava: para além da interseccionalidade que é extremamente necessária, era preciso ampliar os horizontes de análise para entender as ações do sistema capitalista. Se antes pensávamos na inserção das

mulheres nos espaços que lhes foram negados, agora era preciso compreendermos como essa inserção era feita e se ela de fato estava reduzindo as desigualdades de gênero.

Minha ideia inicial era mostrar a relação entre gênero, desenvolvimento e neoliberalismo na América Latina, enfatizando como as agências de desenvolvimento utilizam a igualdade de gênero como um de seus objetivos, por meio de uma noção neoliberal de individualização. No entanto, as orientações coletivas que tive no grupo de pesquisa Saberes em Movimento me mostraram que a questão não era o neoliberalismo em si, mas sim o sistema capitalista como um todo. Além de chamarem minha atenção, mais uma vez, para a noção que estava destacada nas minhas palavras como o desenvolvimento como um fim necessário, o que era justamente o que pretendia evitar.

Mais adiante pude perceber também que a relação mercado de trabalho x participação política x violência de gênero envolvia três grandes categorias que por si só dariam uma dissertação, e que deixar os três juntos provavelmente não me permitiria desenvolver de maneira efetiva e justa todos os pontos. Optei pelo mercado de trabalho, que logo virou “mundo do trabalho” por entender essa categoria não somente como trabalho produtivo, mas também como reprodutivo, sendo justamente esse o mais invisibilizado e que está diretamente associado às mulheres. Notei também que as múltiplas violências de gênero não estão dissociadas do trabalho, pelo contrário, ocorre nos mais diversos setores dessa esfera, podendo ser um ponto a ser abordado, mesmo que indiretamente, nesta dissertação.

Assim, após muitos diálogos com minha orientadora, colegas do grupo de pesquisa e outras acadêmicas, delimitei como assunto de pesquisa o embricamento entre as questões de trabalho, gênero e desenvolvimento. Considerando, então, os inúmeros questionamentos que esses três temas trazem consigo, dentre as diversas questões passíveis de serem formuladas, a pergunta de pesquisa escolhida foi: **qual o papel da divisão internacional e sexual do trabalho no campo do desenvolvimento e das Relações Internacionais?**

Buscando compreender, então, o supracitado papel, e oferecer ao menos um caminho responsivo, a hipótese elaborada é a de que **o trabalho reprodutivo condiciona todos os aspectos da vida em sociedade, tendo a sua invisibilização no sistema capitalista conferido às mulheres um caráter de inferioridade e imputando-as à condição de superexploradas, categoria melhor observada a partir da Teoria Marxista da Dependência.**

Nesse sentido, o objetivo geral desta dissertação é analisar, conforme disposto pela Teoria Marxista da Dependência, a divisão internacional e sexual do trabalho e sua relação com os campos do desenvolvimento e das Relações Internacionais. Assim, de modo a alcançar tal propósito, os objetivos específicos aqui determinados são: 1º) identificar os principais

elementos dos debates sobre mulheres, desenvolvimento e relações internacionais e como eles se correlacionam. E, 2º) analisar o que fomenta o debate da divisão internacional e sexual do trabalho no sistema capitalista e como ele se insere na perspectiva da Teoria Marxista da Dependência.

De modo a esclarecer essa estrutura, trago aqui algumas considerações que acredito serem vitais para o desvelamento deste trabalho. Considerando que esta pesquisa não somente tem um viés crítico marxista, mas também feminista, é imprescindível que eu justifique tal escolha teórica. Embora no âmbito pessoal ela já esteja explícita, certamente no acadêmico ela ainda não está.

É a partir de Ester Boserup (2013 [1970]), portanto, que inicio as explicações acerca de minha adoção teórica. Essa autora, já nos anos 1970, afirmava que as mulheres foram ignoradas pelos planos de desenvolvimento, uma vez que direitos básicos como acesso à educação e ao mercado de trabalho permaneciam negados. Tal argumento foi um dos primeiros passos para a compreensão dos limites, mas também das possibilidades, para os entrelaçamentos entre a Teoria Marxista da Dependência (TMD) e o Feminismo. É observado, no entanto, que apesar de ter sido primordial para questionar a posição das mulheres no desenvolvimento, o trabalho de Boserup logo se converte em agenda internacional, distanciando-se da criticidade da TMD.

No contexto latino-americano essa relação de dependência se aprofunda devido a condição de dependência do continente. Para Vânia Bambirra (1972), o sistema capitalista submete as mulheres a uma posição de inferioridade e, por isso, elas são exploradas e subjugadas, tanto em países desenvolvidos quanto em países dependentes, de duas formas: 1º) no trabalho reprodutivo, devido a sua atribuição irrestrita ao trabalho doméstico que não é remunerado e 2º) no trabalho produtivo, por somar as atribuições domésticas com o trabalho remunerado fora de casa, restringindo-as a condições ainda mais exploratórias e configurando assim a dupla exploração de seu trabalho.

Em países dependentes, o trabalho doméstico tem cada vez mais sido externalizado a outras mulheres, sendo essas em sua maioria negras e pobres. Como afirma Bambirra (1971, p.05, tradução nossa) “Entre a classe média e alta esta situação, em geral, é em boa medida aliviada ou suprimida através da exploração do trabalho das empregadas domésticas, que é possível devido à existência de uma grande oferta de mão de obra”. Enquanto isso, nos países centrais, são as mulheres migrantes dos países periféricos as responsáveis por esse trabalho, fator que permitiu, segundo Rachel Parreñas (2015), a inserção das mulheres dos países desenvolvidos (em sua maioria mulheres brancas) no mercado de trabalho. Há, portanto, também uma questão latente de classe e raça.

Nesse sentido, Loiola (2016, p.59) considera a utilidade da TMD “para desconstruir e identificar discursos e práticas machistas que são prestados na sociedade como realidades e internalizados em homens e mulheres como uma ‘essência’ ou verdade perene”. Ainda sim, por mais que seja possível utilizar a Teoria Marxista da Dependência para delimitar e explicar as três categorias que regem esta pesquisa, considero importante a utilização de teorias feministas para auxiliar nos debates que são lacuna na TMD, como a questão de gênero e da divisão sexual do trabalho, procedimento esse que Triviños (1987, p.74) considera comum pois “diferentes tipos de teoria podem orientar a atividade do investigador”.

Assim, se por um lado a TMD nos permite compreender a relação desigual entre os países desenvolvidos e os países dependentes que na América Latina, de acordo com Marini (2011), por outro, os estudos feministas nos oferecem questionamentos acerca das distintas formas como homens e mulheres foram (e são) atingidos pelo desenvolvimento e como suas realidades são modificadas.

Como argumento no Capítulo 1, portanto, o potencial oferecido pela junção entre as duas correntes analíticas é necessário para uma abordagem mais crítica às relações internacionais, sejam elas com letras maiúsculas ou minúsculas, afinal, embora as estruturas teóricas sejam díspares, elas são passíveis de dialogarem.

Seguindo, e partindo do pressuposto de que as escolhas teórico-metodológicas andam de mãos dadas, e que produção do conhecimento ocorre através de elementos de pesquisa que buscam auxiliar uma melhor compreensão e construção do pensamento, é preciso que algumas questões conceituais sejam debatidas aqui, entre elas a ontológica e epistemológica. Resumidamente, ontologia, epistemologia e metodologia são elementos-chave para a compreensão da política internacional. Segundo Moraes (2015), a ontologia é a parte da filosofia que trata da natureza do ser, da realidade, com o foco na dualidade entre sujeito e objeto.

A epistemologia, por sua vez, está relacionada com a construção do conhecimento científico, a partir de um estudo crítico das hipóteses e resultados (TESSER, 1994). Foi bastante influenciada pelo empirismo que ascendeu com o behaviorismo como uma alternativa para a compreensão dos fenômenos sociais baseados na utilização de métodos estatísticos (SILVA, 2015). Enquanto isso, a metodologia é o meio operacional do conhecimento, o qual está ligado às conceituações do mundo social e às perguntas para a qual elas respondem (LEANDER, 2008).

Essa produção do conhecimento, no entanto, tem sido questionada devido à centralidade no masculino e a invisibilização feminina, principalmente por meio das teorias e metodologias

feministas. Diante desse contexto, é imprescindível fundamentar nesta pesquisa as metodologias feministas enquanto bases necessárias para a construção de um conhecimento plural que não seja marcado por exclusões e que seja capaz de transformar as estruturas existentes de conhecimento. Para isso, utilizarei a compreensão de Teresita de Barbieri (2002) em relação às metodologias feministas ao considerá-las “tanto para se referir às práticas de ação feminista como às formas de geração de conhecimento” (BARBIERI, 2002, p.103, tradução nossa).

Essa questão também está relacionada à forma em que construímos o conhecimento, as metodologias, métodos e epistemologias que utilizamos, e como elas estão enraizadas em bases masculinas que impediram uma compreensão completa da realidade. É então necessário dar visibilidade às mulheres na construção do conhecimento, visando também mudar quaisquer condições opressivas que possam enfrentar, como afirma Reinharz (1992, p. 248, tradução nossa) “tornando o invisível visível, trazendo a margem para o centro, tornando o trivial importante, destacando as mulheres como atores competentes, entendendo as mulheres como sujeitos por direito próprio, em vez de objetos para os homens”.

É a partir do pensamento feminista das RIs que há um questionamento sobre os sistemas de significado de gênero, enfatizando a maneira como a produção do conhecimento sobre o mundo é feita. Segundo Ackerly (2008, p.28, tradução nossa), o foco em teorias e métodos feministas são responsáveis por "provocar autorreflexão, capacitar os pesquisadores a explorar novas questões reveladas por essa reflexão e orientar o processo de pesquisa de maneira atenta ao poder de conhecimento". Assim, uma metodologia feminista tem como base o reconhecimento de hierarquias no nosso campo, que devem ser eliminadas através de uma investigação que busca revelar diferenças e desigualdades. (ACKERLY, 2008)

Refletindo tais considerações, portanto, explico aqui as minhas opções metodológicas: o materialismo histórico dialético e a revisão bibliográfica, que terão como pano de fundo as abordagens feministas. No que diz respeito ao primeiro método, ele em sua historicidade retrata uma interpretação dos fenômenos sociais, sua conflitividade e contraditoriedade. Ademais, centra-se em entender para transformar a realidade. É dialético, exprime o movimento, logo, não é estático. Ao partir da realidade concreta, tal qual ela se apresenta, o método criado por Karl Marx no século XIX, nos permite compreender a história passada e presente através do movimento e da sua superação. Isso significa compreender a realidade do padrão de desenvolvimento versus da dependência de uma maneira de coexistência, ou seja, um não existe sem o outro. O mesmo se aplica à condição das mulheres.

Dessa forma, Leandro Konder (2008, p.82) afirma que “o método dialético nos incita a

revermos o passado à luz do que está acontecendo no presente. Ele questiona o presente em nome do futuro”. Conforme Carcanholo (2008), a dialética se desenvolveu através de uma condição antagônica, concebendo o subdesenvolvimento de alguns países e/ou regiões como resultado direto do fator que determinou o desenvolvimento de outros Estados. Ainda para o autor, “A lógica de acumulação em escala mundial possui características que, ao mesmo tempo, produzem o desenvolvimento de determinadas economias e o subdesenvolvimento de outras.” (CARCANHOLO, 2008, p.253)

Essa estrutura de contradição também pode ser vista na relação de exploração e subordinação das mulheres. Nesse sentido, há uma exclusão das mulheres dos procedimentos de conhecimento que remonta ao início do Estado Moderno - enfatizado pelo capitalismo global - no qual elas não somente foram ignoradas do papel de cidadãs, como também foram removidas da esfera pública da política, da esfera econômica da produção, da ciência e dos espaços decisivos em geral (PETERSON, 1992).

A fim de operacionalizar a pesquisa é necessário ser feita uma revisão bibliográfica profunda dos elementos-chave, de forma a buscar entender a questão de gênero, do trabalho e do desenvolvimento no contexto latino-americano de capitalismo dependente. É a partir de uma revisão bibliográfica que é possível conhecer e entender as diferentes visões sobre as mais diversas temáticas. Segundo Lakatos (2010), a pesquisa bibliográfica envolve qualquer tipo de bibliografia tornada pública e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com o que foi produzido. Assim, a "pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.”. (LAKATOS, 2010, p. 183)

Sobre essa questão é importante frisar o que foi exposto por Barragán e Salman (2001, p.63, tradução nossa) de que a revisão bibliográfica não é apenas “uma bibliografia anotada sobre qualquer autor que tenha dito ‘algo’ de um tema, mas uma leitura crítica e seletiva”. Portanto, a revisão bibliográfica auxiliou na condução da pesquisa para definir as categorias que regem esta pesquisa a partir de autores relacionados com o tema.

Seguindo ambos os aportes, portanto, busco aqui analisar as mulheres, agendas de gênero e desenvolvimento e as relações internacionais a partir do que Tickner (2005) considera como as principais orientações feministas, mas que facilmente também podem ser aplicadas às preocupações da TMD: uma extensa preocupação com as perguntas e os motivos por trás delas; a atenção a utilidade da pesquisa para mulheres e homens; a reflexividade e subjetividade da pesquisadora como centro; e o comprometimento com a produção de conhecimento como forma de emancipação.

Finalizando, com relação a estruturação dos capítulos desta pesquisa, dividi-os em dois: no primeiro deles, “Mulheres, Desenvolvimento e Relações Internacionais na América Latina”, verso sobre o desenvolvimento dos conceitos das três categorias que regem esta pesquisa: gênero, trabalho e desenvolvimento. É a partir deste capítulo que serão expostas as linhas gerais do que é entendido como gênero e suas análises, para ser possível compreender a relação de subordinação das mulheres. Da mesma forma, constitui-se o trabalho produtivo e reprodutivo e como ele está associado à vida das mulheres, apresentando a divisão sexual do trabalho. Por fim, há o enfoque nas agendas de gênero e desenvolvimento, que iniciaram ainda em 1970 como “Mulheres em Desenvolvimento” e passaram para sua fase mais atual “Gênero e Desenvolvimento”.

Após a imersão nas agendas supramencionadas, sigo trabalhando com o entrelaçamento entre os principais temas aqui analisados. No segundo capítulo, intitulado “A divisão internacional e sexual do trabalho: reflexões sobre o debate” entro mais a fundo na realidade da mulher latino-americana, entendendo ela não como uma categoria fixa, imutável ou homogênea, mas sim como um conjunto heterogêneo, expostas em um continente marcado pelas contradições e pela dependência que agudizou a realidade feminina, especialmente no que tange a seu trabalho, seja ele doméstico ou fora de casa. Primeiramente faço um debate inicial sobre a questão do trabalho feminino, recorrendo a autoras como Olympe de Gouges (2019), Mary Wollstonecraft (2016), Nísia Floresta (2016) e Flora Tristán (2015), para refletir categoricamente sobre essa questão, por estarem inseridas em uma época em que as discussões sobre trabalho feminino ainda se formavam. Posteriormente, considero as análises trazidas por Engels (2019), Marx (2017) e Kollontai (1976, 1978) como um contraponto às autoras anteriores, fundamentando o trabalho feminino a partir das consequências do capitalismo. E por fim, voltamos à superexploração do trabalho, definida no capítulo 01, para refleti-la através de uma ótica sobre mulheres.

Mulheres, Agendas de Desenvolvimento e Relações Internacionais: (Des)Conexões Contemporâneas entre o debate do Trabalho (Re)Produtivo e a Teoria Marxista da Dependência, reflete sobre categorias que, separadamente, apresentam visões distintas sobre o mundo, mas que juntas conseguem fornecer uma melhor compreensão da realidade; de modo em que é possível ampliar os debates entre as relações internacionais e a TMD através da interlocução de gênero que, de forma dialética, também é ampliada pelas RIs e a TMD. Longe de tentar esgotar o assunto, o intuito é fincar raízes cada vez mais profundas nessas temáticas e estabelecer, na medida do possível, os pontos de conexões e desconexões que há entre elas.

1 MULHERES, DESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA AMÉRICA LATINA

“O desenvolvimento é uma viagem com mais naufragos do que navegantes”
(GALEANO, 2021, p.199)

“Desde o iluminismo as palavras-chave para a civilização ocidental são racionalidade e progresso. Na economia capitalista moderna, racionalidade não significa nada além de acumulação ilimitada de capital” (MIES, 2014, p.XX-XXI)

As teorias do desenvolvimento ganharam força no pós-Segunda Guerra Mundial a partir do assistencialismo do Ocidente para com aqueles países que eram considerados atrasados, muitos dos quais haviam acabado de se tornar independentes com o processo de descolonização. De acordo com a economista Bianca Bonente (2007), o progresso dos agora "países de Terceiro Mundo" estava enraizado sob o modo de produção capitalista, imposto como uma única alternativa para se alcançar os países desenvolvidos, o "Primeiro Mundo". Esses modelos de desenvolvimento eram então baseados no fordismo, ou seja, no constante processo de mecanização da produção em torno de um modo de consumo em massa no qual a jornada de trabalho foi intensificada. Nos termos de Bonente, cabe aqui ressaltar que,

No período fordista, (...) apesar de aumentar a quantidade de meios de produção em relação ao número de trabalhadores, o aumento de produtividade no departamento I (responsável pela produção das mercadorias que entram no consumo produtivo) faz cair seu valor unitário, quase como uma compensação que mantém o valor dos meios de produção (capital constante) estável. Da mesma forma, a diminuição do número de trabalhadores necessários é compensada pelo aumento proporcional dos salários individuais, o que por sua vez mantém o valor da força de trabalho (capital variável) em certa estabilidade. Nesse sentido, apesar de haver aumentado a composição técnica, não houve um reflexo correspondente na composição em valor, mantendo inalterada a composição orgânica do capital. Explica-se assim que os motivos que mantêm a composição em valor inalterada, e, portanto, a composição orgânica, são em essência fatores contrários à lei de tendência à queda da taxa de lucro (BONENTE, 2007, p.14).

Diante dessa concepção e da crescente expansão capitalista da metade do século XX, as teorias do desenvolvimento ganharam novas facetas, especialmente após a participação cada vez mais eufórica de organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), que a partir da década de 1980, incorporaram novas temáticas ao

desenvolvimento, entre elas a questão da fome, da pobreza, do meio ambiente e das mulheres, desde que adotadas dentro da realidade capitalista e de sua insistente ideia de inclusão social em meio às desigualdades estruturais.

Em contrapartida, desde os anos 1960 já se apresentavam perspectivas críticas como as de André Gunder Frank (1969, 1980) que sustentava que o subdesenvolvimento deveria ser entendido como um produto da acumulação dependente. No continente latino-americano esse tema do desenvolvimento-subdesenvolvimento girou em torno da Questão da Dependência originada dos desdobramentos das teses da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), com Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto como um de seus principais expoentes sustentando a relevância dos ajustes dentro da ordem (interdependência), conforme Traspadini (2014), além das referências marxistas do debate como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra (TRASPADINI, 2005).

Paralelamente, em meio à intensificação do que se tornariam as austeras políticas neoliberais no continente, a começar pelo Chile, diversos movimentos sociais, do campo e da cidade começam a ganhar força na contestação à ordem, dentre os quais destaca-se o movimento feminista. Este, tanto no ambiente cotidiano como no espaço acadêmico, trouxe, dentre tantas reivindicações, a centralidade das mulheres na sociedade. Os esforços desses estudos chegaram em áreas de centralidade na discussão do desenvolvimento em diferentes vozes feministas. Ester Boserup (2013 [1970]), ainda nos anos 1970, afirmava que as mulheres foram ignoradas pelos planos de desenvolvimento, uma vez que direitos básicos como acesso à educação e ao mercado de trabalho permaneciam negados. Essa análise abriu um novo leque para os estudos de desenvolvimento, deixando-o mais abrangente ao incorporar a realidade das mulheres, porém, simplesmente acomodando-as dentro do sistema capitalista.

Os estudos sobre as mulheres também se inseriram nas Relações Internacionais a partir de Cynthia Enloe (2014 [1990]), principalmente, e foram tomando forma ao longo dos anos 1990, buscando seu próprio espaço até os dias de hoje. Nesse sentido, mulheres, desenvolvimento e relações internacionais são categorias tão distintas que a princípio, quem as analisa separadamente, pode não ver nenhuma relação, mas elas estão mais próximas do que se imagina. O objetivo deste capítulo é tentar mostrar o fio condutor que as entrelaça, questionando, na medida do possível, que tipo de desenvolvimento é esse que se esperam alcançar e, mais ainda, que mulheres são essas que serão atingidas. Nesse sentido, a pergunta geradora que norteia este capítulo é a seguinte: **quais os principais elementos dos debates sobre mulheres, desenvolvimento e relações internacionais e como eles se correlacionam?**

1.1 AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Desde a primeira vez que o termo subdesenvolvimento foi utilizado de maneira política no discurso do então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, em 1949¹, diversas foram as teorias que surgiram com o intuito de analisar a relação entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos e o que fazia destes inferiores àqueles. Naquele momento, novos países surgiam com o fim do imperialismo europeu – pelo menos de forma aparente – nos continentes africano e asiático, enquanto o continente independente no século anterior, a América Latina, iniciava, mas não de maneira homogênea, seu processo de industrialização. Seu discurso foi importante pois moldou as bases do desenvolvimento pensado a partir dos países industrializados, angariando aos Estados Unidos e a alguns países europeus o papel de promotores desse desenvolvimento. Não surpreende, no entanto, que essa relação entre países mais e menos desenvolvidos tenha marcado as relações internacionais.

A primeira distinção que aqui precisa ser feita é sobre o que são as relações internacionais. Elas são diferenciadas pela sua escrita com as letras R e I como maiúsculas ou minúsculas. As Relações Internacionais, ou RIs, versam sobre a disciplina, o campo acadêmico surgido na década de 1920 e que está relacionado aos estudos da política internacional e das

¹ Em seu discurso de posse em 20 de janeiro de 1949, Harry Truman expôs o plano de seu governo que servia para “proclamar ao mundo os princípios essenciais da fé pela qual vivemos e declarar nossos objetivos a todos os povos”. Dentre os princípios já conhecidos pelo povo americano, igualdade, democracia e liberdade de expressão, surgiu agora a “preocupação” dos Estados Unidos com as áreas subdesenvolvidas do mundo, sugerindo que cabia ao país lidar com esse assunto através de ajuda econômica e científica que fundasse as estruturas industriais dos países subdesenvolvidos. Alguns trechos de seu discurso: **“devemos embarcar em um novo e ousado programa para disponibilizar os benefícios de nossos avanços científicos e progresso industrial para a melhoria e crescimento de áreas subdesenvolvidas.** Mais da metade das pessoas do mundo estão vivendo em condições que se aproximam da miséria. Sua alimentação é inadequada. Eles são vítimas de doenças. Sua vida econômica é primitiva e estagnada. A sua pobreza é uma desvantagem e uma ameaça tanto para eles como para as áreas mais prósperas. Pela primeira vez na história, a humanidade possui o conhecimento e a habilidade para aliviar o sofrimento dessas pessoas. Os Estados Unidos são proeminentes entre as nações no desenvolvimento de técnicas industriais e científicas. Os recursos materiais que podemos usar para ajudar outros povos são limitados. Mas nossos imponderáveis recursos em conhecimento técnico estão em constante crescimento e são inesgotáveis. Acredito que devemos colocar à disposição dos povos amantes da paz os benefícios de nosso estoque de conhecimento técnico para ajudá-los a realizar suas aspirações por uma vida melhor. E, em cooperação com outras nações, **devemos fomentar o investimento de capital em áreas que precisam de desenvolvimento. Nosso objetivo deve ser ajudar os povos livres do mundo, por meio de seus próprios esforços, a produzir mais alimentos, mais roupas, mais materiais para moradia e mais energia mecânica para aliviar seus fardos. (...) Com a cooperação de negócios, capital privado, agricultura e trabalho neste país, este programa pode aumentar muito a atividade industrial em outras nações e pode elevar substancialmente seus padrões de vida.** Esses novos desenvolvimentos econômicos devem ser planejados e controlados em benefício dos povos das áreas em que estão estabelecidos. As garantias ao investidor devem ser contrabalançadas por garantias no interesse das pessoas cujos recursos e trabalho vão para esses empreendimentos. (...) **Todos os países, inclusive o nosso, se beneficiarão enormemente de um programa construtivo para o melhor uso dos recursos humanos e naturais do mundo.** A experiência mostra que nosso comércio com outros países se expande à medida que avançam industrial e economicamente. (...)” (TRUMAN LIBRARY, 2022, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

interações neste âmbito. De acordo com Robert Jackson e Georg Sørensen (2018, p.26) é o “estudo das relações e interações entre países, incluindo as atividades e políticas de governos nacionais, organizações governamentais internacionais (OGIs), organizações não governamentais (ONGs) e corporações multinacionais (CMNs).” As relações internacionais, escritas com letras minúsculas, por sua vez, representam os fenômenos cotidianos globais que demarcam a disciplina (JATOBÁ, 2013). Esta distinção é importante pois se insere no que alguns autores apontam como uma ainda existente limitação dos estudos sobre a América Latina em ambas as relações internacionais (TICKNER, 2009; TICKNER; SMITH, 2020; SERRANO, 2020; ÁLVAREZ, 2021).

Apesar de ignorado nos estudos hegemônicos e suas pautas irradiadoras de um discurso único, o continente latino-americano foi fundamental para a criação das economias capitalistas desenvolvidas. Formada por colônias produtoras de produtos primários, a América Latina através do crescimento do fluxo de mercadorias, bem como da intensificação dos meios de pagamentos, “permitiu o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa” que acarretou na consolidação do capitalismo nesses países (MARINI, 2017, p.327). Enquanto isso, à América Latina, à medida que o passado colonial dava passo ao status de economias nacionais, a este território foi destinada uma espécie particular de capitalismo, *sui generis*, o qual “não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias chamadas de avançadas” (MARINI, 2017, p.326). Nesse sentido, o continente latino-americano foi inserido no sistema internacional de maneira desigual.

Nas subseções a seguir destacamos o debate do desenvolvimento na América Latina, partindo da Teoria da Dependência e de sua perspectiva crítica, a Teoria Marxista da Dependência (TMD), a fim de situar o continente como peça fundamental das relações internacionais. Do mesmo modo, a última subseção é dedicada às abordagens de gênero sobre desenvolvimento como forma de visualizar um debate geralmente esquecido dos estudos, seja de desenvolvimento ou das relações internacionais.

1.1.1 O Debate Cepalino e a Teoria da Dependência

As teorias do desenvolvimento ganharam força na América Latina no pós-Segunda Guerra Mundial através do debate cepalino que tinha por principal pressuposto expor o atraso econômico do continente (PREBISCH, 2000a). Formada por intelectuais de vários países latino-americanos da época, mas presidida pelo argentino Raul Prebisch, a CEPAL se baseava em um caráter histórico-estruturalista para explicar a condição de subdesenvolvimento dos

países periféricos, focando especificamente na realidade latino-americana. Ricardo Bielschowsky (2000, p.21, tradução nossa) define a CEPAL como “um corpo analítico específico, aplicável às condições históricas da periferia latino-americana”. Ao longo de mais de 70 anos esse debate, no entanto, não tem sido homogêneo, compreendendo diversas análises de acordo com o momento vigente. O que busco nesta seção é sintetizar alguns de seus principais pensamentos.

Um dos precursores mais relevantes do ideário cepalino foi o argentino Raul Prebisch (2000a). O autor aponta que os países periféricos, como os latino-americanos, não foram beneficiados pelo desenvolvimento industrial da mesma forma que os países centrais. Enquanto estes conseguiram passar pelo processo de industrialização – com seu início na Revolução Industrial, ainda no século XVIII, na Inglaterra – os países periféricos foram condicionados a produtores de alimentos e de matéria-prima a serem exportados aos países industrializados. Para Prebisch, essa relação gerou um “desequilíbrio patente” entre centro e periferia, de modo que é possível entender, por exemplo, as diferenças nos padrões de vida desses dois lados do sistema econômico. Segundo Prebisch: "Os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia numa medida mundial comparável àquela que logrou desfrutar a população desses grandes países" (PREBISCH, 2000a, p.72). Para o autor, o nosso continente dependia do investimento estrangeiro dos países centrais, o que poderia ser um fator de risco em momentos de crises como a Grande Depressão, mas por outro lado também poderia ser positivo como o boom econômico dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. De qualquer forma, os países latino-americanos deveriam buscar a industrialização como um meio para o progresso, de modo a melhorar o padrão de vida das massas.

A industrialização, no entanto, não deveria ocorrer em detrimento da produção primária, "a industrialização da América Latina não é incompatível com o desenvolvimento eficaz da produção primária (...) necessitamos de uma importação considerável de bens de capital e também precisamos exportar produtos primários para consegui-la" (PREBISCH, 2000a, p.73).

Todo esse debate é pautado pelo enfoque histórico-estrutural da América Latina. Ou seja, as estruturas econômicas e institucionais que foram herdadas do continente devido ao seu período primário exportador, deveriam ser substituídas – modelo de substituição de importações (ISI) – por um processo de modernização capitaneado pelo Estado nacional exportador. De acordo com Ricardo Bielschowsky (1998), essa conjuntura condicionou comportamentos específicos à América Latina em relação aos países centrais, razão pela qual ela está inserida na periferia do mundo. Para o autor, a periferia, portanto, é assim definida como

produtora de bens e serviços com demanda internacional pouco dinâmica, importadora de bens e serviços com demanda doméstica em rápida expansão e assimiladora de padrões de consumo e tecnologias adequadas ao centro, mas muitas vezes inadequadas para a disponibilidade de recursos e nível de renda da periferia (BIELSCHOWSKY, 1998, p.24, tradução nossa).

Esse enfoque na estrutura, com vistas a diferenciar os países centrais dos países periféricos, é a base do debate cepalino, definido por José A. Ocampo (1998, p.13, tradução nossa) como a “ênfase no modo como as instituições e a estrutura produtiva herdadas condicionam a dinâmica econômica dos países em desenvolvimento e geram comportamentos diferentes das nações mais desenvolvidas”. Nesse sentido, seriam as estruturas subdesenvolvidas da nossa região que impediam a América Latina e outros países periféricos de alcançar o progresso técnico atingido pelos países centrais.

Ainda sobre a estrutura dos países latino-americanos, Prebisch considera que

os males que afligem a economia latino-americana não correspondem a fatores circunstanciais ou transitórios. São a expressão da crise da ordem de coisas existentes e da precária aptidão do sistema econômico - por falhas que não sabemos ou não podemos corrigir - para atingir e manter um ritmo de desenvolvimento que corresponda ao crescimento da população e as exigências de melhorias rápidas (PREBISCH, 2000b, p.453).

Para os teóricos da CEPAL, é, portanto, a estrutura social dos países latino-americanos a responsável por impedir o progresso e desenvolvimento do continente. O problema da América Latina resultou de uma economia voltada para o intercâmbio de produtos primários por produtos manufaturados, na qual foi se desenvolvendo, a partir dessa estrutura, a industrialização. Isso remonta ao “desequilíbrio patente” da América Latina sugerido por Prebisch, pois a importação dos produtos manufaturados nos países periféricos ocorre de maneira mais rápida do que a exportação dos produtos primários. As razões para isso ocorrer, porém, são em grande parte alheias às decisões dos países latino-americanos (PREBISCH, 2000b, p.457).

Celso Furtado (2000), companhia fiel de Raúl Prebisch na condução teórico-política da CEPAL, credita à Revolução Inglesa as condições necessárias, como a evolução da tecnologia, para que os países centrais alcançassem seu desenvolvimento econômico. Esse tipo de desenvolvimento, no entanto, ficou condicionado à Europa Ocidental e aos Estados Unidos, ocorrendo de maneira desigual no restante do mundo. Um dos pontos do autor é que a Revolução possibilitou uma expansão colonialista em países de estrutura pré-capitalista ou “arcaicas”. Esses seriam os países subdesenvolvidos, que teriam por base um núcleo industrial voltado para a substituição de importações. Esse processo de subdesenvolvimento é chamado

de autônomo por Furtado, ou seja, não significa que este seja uma etapa necessária para atingir o desenvolvimento. Os países centrais, por exemplo, não passaram pelo subdesenvolvimento para se tornarem economias capitalistas modernas. Como afirma o autor: “o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas” (FURTADO, 2000, p.261).

Oswaldo Sunkel (2000), por sua vez, desconsidera que o subdesenvolvimento seja autônomo, pois possui, na verdade, uma relação de interdependência com o desenvolvimento. Em suas palavras,

o desenvolvimento faz parte do processo histórico global de desenvolvimento, que o subdesenvolvimento e o desenvolvimento são duas faces de um mesmo processo universal, que ambos os processos são historicamente simultâneos, que estão funcionalmente vinculados, isto é, interagem e se condicionam mutuamente, e que sua expressão geográfica materializa-se em duas grandes polarizações: por um lado, a polarização do mundo entre os países industrializados, avançados, desenvolvidos e centrais e os países subdesenvolvidos, atrasados, pobres, periféricos e dependentes; e por outro, uma polarização, dentro dos países, em espaços, grupos sociais e atividades avançados e modernos, e em espaços, grupos e atividades atrasados, primitivos, marginalizados e dependentes (SUNKEL, 2000, p.529).

Essa seria, portanto, a formação do sistema internacional, baseado em uma estrutura dicotômica de poder entre dominantes (países desenvolvidos) e dependentes (países subdesenvolvidos).

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (2002) apontam que esse tipo de pensamento dominou as teorias de desenvolvimento. Com o fim da II Guerra Mundial, de fato acreditava-se em um desenvolvimento auto-sustentado de alguns países da América Latina, causado por uma crença de que os Estados seriam capazes de completar seus processos de industrialização uma vez que adotassem as políticas necessárias para esse fim. O que os autores argumentam, no entanto, é que o desenvolvimento é um processo social marcado por uma “especificidade histórica” das relações entre centro e periferia. Nesse sentido, seria preciso analisar essa historicidade para compreender as estruturas do subdesenvolvimento e sua nítida relação com a expansão do capitalismo. Vejamos uma de suas explicações:

A situação de subdesenvolvimento ocorreu historicamente quando a expansão do capitalismo comercial e, posteriormente, do capitalismo industrial vinculava economias a um mesmo mercado que, além de apresentarem variados graus de diferenciação do sistema produtivo, passaram a ocupar diferentes posições na estrutura global do sistema capitalista (CARDOSO; FALETTTO, 2002, p.23, tradução nossa).

A estrutura do subdesenvolvimento, porém, está além das razões simplesmente econômicas, estando também vinculada nos âmbitos políticos e sociais. A relação entre essas três áreas é imbricada em uma situação de dependência, a qual “historicamente começou com a expansão das economias dos países capitalistas originais” (CARDOSO; FALETTTO, 2002, p.24, tradução nossa). Para tanto, há uma diferenciação entre dependência, economias periféricas e subdesenvolvimento

A noção de dependência refere-se diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando as ligações entre os dois, tanto no plano interno dos países quanto no externo. A noção de subdesenvolvimento caracteriza um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo – embora, como vimos, isso implique algumas “consequências sociais” sem enfatizar os padrões de controle das decisões de produção e consumo, seja internamente (socialismo, capitalismo, etc.) ou externamente (colonialismo, periferia do mercado mundial, etc.). As noções de “centro” e “periferia”, por sua vez, sublinham as funções desempenhadas pelas economias subdesenvolvidas no mercado mundial, sem destacar em nada os fatores político-sociais envolvidos na situação de dependência (CARDOSO; FALETTTO, 2002, p.24-25, tradução nossa).

Segundo Traspadini (2014), essa perspectiva interdependentista, entendia que quanto mais as economias menos desenvolvidas se abrissem para vincular-se às mais desenvolvidas, tanto maiores possibilidades de êxito para aquelas em tempos de monopólios competitivos. Nesse sentido, a integração de capitais, frente à ausência de uma burguesia nacional inovadora, tornava-se meta do desenvolvimento.

É possível perceber, a partir desses autores, que o subdesenvolvimento estaria relacionado à economia primária, monocultora-latifundista-baixa produtividade média do trabalho, dos países latino-americanos e que haveria uma possibilidade de se conduzir ao desenvolvimento capitalista para o setor mais moderno, o urbano-industrial. Mais ainda, este tipo de desenvolvimento é apresentado de uma maneira positiva, ao qual a América Latina deveria alcançar. Porém, é possível pensar em desenvolvimento sem haver algum tipo de exploração? A próxima seção centra-se nessa questão ao analisarmos a Teoria Marxista da Dependência.

1.1.2 A Teoria Marxista da Dependência (TMD)

Começo esta subseção com um trecho de Eduardo Galeano (1992) que considero ser muito importante, não só para contrapor as teorias do desenvolvimento do ponto anterior e a

pergunta que foi deixada, mas para delinear a Teoria Marxista da Dependência (TMD) e o caminho por onde passa esta dissertação.

Promesa de los políticos, razón de los tecnócratas, fantasía de los desamparados: el Tercer Mundo se convertirá en Primer Mundo, y será rico y culto y feliz, si se porta bien y si hace lo que le mandan sin chistar ni poner peros (...) **Podemos ser como ellos**, anuncia el gigantesco letrero luminoso encendido en el camino del desarrollo de los subdesarrollados y la modernización de los atrasados (GALEANO, 1992, p.121, grifo nosso).

“*Podemos ser como ellos*” descreve a utopia desenvolvimentista latino-americana. A ideia, o desejo e a ambição de ser como eles (desenvolvidos) mascaravam uma realidade latente: não podemos ser como eles. E não podemos por alguns fatores muito precisos. O primeiro, como o próprio Galeano traz em seu ensaio, é o fato de que o mundo não suportaria que todos os países fossem desenvolvidos dentro do modo de produção capitalista devido ao esgotamento de recursos - e pessoas - causado pela constante exploração desse sistema². Um segundo ponto, o qual a TMD irá se debruçar, é de que não há possibilidade de desenvolvimento para os países periféricos se a condição desigual destes países é causada pelo próprio desenvolvimento do sistema capitalista. Ou seja, respondendo a pergunta que finalizou a seção anterior, não seria possível qualquer forma de desenvolvimento sem superexploração.

Esse pensamento é pautado por Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, três grandes expoentes da Teoria da Dependência, que deram, nos anos 1960/70, a ela um viés crítico, marxista, pautado no materialismo histórico e dialético. Dessa forma, Theotônio dos Santos definirá a teoria da dependência da seguinte maneira:

a teoria da dependência, surgida na segunda metade da década de 1960, representou um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas, mesmo quando uma parte delas entrava em crise e abria oportunidade para o processo de descolonização (DOS SANTOS, 1998, p.18).

Essa visão mais crítica tinha por finalidade expor o sistema capitalista e suas mazelas enquanto um sistema que produzia de maneira conjunta tanto o desenvolvimento quanto o subdesenvolvimento.

² Além de Eduardo Galeano, outros autores, em perspectivas mais recentes, denunciam a exploração constante e a acumulação infinita do sistema capitalista e como elas estão associadas a uma inevitável destruição do planeta se esse tipo de sistema não for modificado. A conhecer algumas dessas leituras: Saito (2021), Ouviaña (2021), Fernandes (2020), Löwy (2014).

Diante dessa visão, Bambirra (2013) aponta que a inserção da América Latina no sistema internacional esteve, desde o princípio, definida pelo caráter de sua função produtiva enquanto exportadora de produtos primários. Por essa razão, o capitalismo aqui presente assume uma forma diferente dos países centrais, como podemos ver abaixo:

O capitalismo na América Latina se desenvolveu dentro do contexto da expansão e evolução do capitalismo mundial. Em função disso, assumiu formas específicas que, sem negar as leis gerais do movimento do sistema, configuraram no continente tipos específicos de capitalismo dependente, cujo caráter e modo de funcionamento estão intrinsecamente conectados à dinâmica que assume historicamente o capitalismo nos países centrais (BAMBIRRA, 2013, p. 33).

Portanto, o papel da América Latina, desde a invasão europeia, seria o de “consolidação do capitalismo mundial - sob suas formas comercial e industrial - como área periférica, subordinada e dependente” (BAMBIRRA, 2013, p.44). E é justamente esse caráter de dependência e subordinação que permitiu o que a autora considera como um movimento contraditório das leis de desenvolvimento, pois, “o atraso” dos países dependentes foi uma consequência do desenvolvimento do capitalismo mundial e, ao mesmo tempo, a condição desse desenvolvimento nas grandes potências capitalistas mundiais.” (BAMBIRRA, 2013, p.44).

Marcelo Carcanholo (2008) apresenta essas leis através da dialética do desenvolvimento, explorando seu caráter antagônico:

o subdesenvolvimento de alguns países/regiões resulta precisamente do que determina o desenvolvimento dos demais. A lógica de acumulação em escala mundial possui características que, ao mesmo tempo, produzem o desenvolvimento de determinadas economias e o subdesenvolvimento de outras. (CARCANHOLO, 2008, p.253).

Seguindo esta mesma linha, caracterizo a importância do estudo da América Latina enquanto inserida em um contexto de capitalismo dependente também a partir das palavras de Ruy Mauro Marini (2013, p.47):

A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Seu estudo é indispensável para quem deseja compreender a situação que este sistema enfrenta atualmente e as perspectivas que a ele se abrem. Inversamente, apenas a compreensão segura da evolução capitalista mundial e dos mecanismos que a caracterizam proporciona o marco adequado para situar e analisar a problemática da América Latina.

Ao escrever o ensaio “Dialética da Dependência”, em 1973, Ruy Mauro Marini apresenta uma outra perspectiva da realidade latino-americana, de maneira a combater as ideias

desenvolvimentistas da época ao criticar a possibilidade dos países da América Latina serem desenvolvidos. Partindo do materialismo histórico, Marini demonstra como o nascimento do capitalismo no continente latino-americano, esteve sujeita a uma relação de dependência dos países periféricos em relação aos países centrais (MARINI, 2017 [1973]).

Em consonância com Bamberger, Marini (2017) destaca que enquanto os países europeus, sobretudo a Inglaterra, passavam pela Revolução Industrial e com isso o fortalecimento da grande indústria moderna e a consolidação do capitalismo na região, a América Latina ainda permaneceu durante longos anos sob domínio colonial, que ainda continuará forte mesmo após as independências ocorridas ao longo do século XIX. Suas economias agora estavam voltadas às diretrizes inglesas numa lógica de produção e exportação de bens primários em troca de manufaturas, sendo essa relação de subordinação as bases da divisão internacional do trabalho. É a partir desse momento que é possível estabelecer a dependência, compreendida nas palavras de Marini como:

Relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada maior do que dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de poder nela envolvida (MARINI, 2017, p.327).

É, portanto, o caráter de dependência que caracteriza a América Latina nas relações internacionais:

[A América Latina] desempenha um papel relevante na formação da economia capitalista mundial (principalmente com sua produção de metais preciosos nos séculos 16 e 17, mas sobretudo no 18, graças à coincidência entre o descobrimento de ouro brasileiro e o auge manufatureiro inglês), somente no curso do século 19, e especificamente depois de 1840, sua articulação com essa economia mundial se realiza plenamente. Isto se explica se considerarmos que é com o surgimento da grande indústria que se estabelece com bases sólidas a divisão internacional do trabalho (MARINI, 2017, p.327).

Nesse sentido, a produção latino-americana não nasceu para atender às demandas internas, e sim as exigências da circulação de capital, pois sua produção está voltada para o mercado externo. Mas isso só ocorre devido ao que Marini (2017) aponta como a essência da dependência latino-americana: a superexploração.

Desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado, e determinavam seu caráter e sua expansão. Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição: chamada para

contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. E nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana (MARINI, 2017, p.337).

Para Marini a acumulação de capital ocorreu de duas formas: 01) nos países industrializados, baseado na produtividade do trabalho; e 02) nos países dependentes, mediante a superexploração do trabalho. Essa divisão é importante porque evidencia as diferenças entre os países centrais e os países periféricos ao mesmo tempo em que aborda a essência da dependência latino-americana.

À América Latina, assim como aos demais países dependentes, coube a posição de produção de alimentos e matérias-primas necessárias para suprir os países centrais, enquanto estes se especializaram na produção de manufaturas. Esse processo de industrialização nos países centrais foi responsável por aproximar a relação entre mercado e acumulação, uma vez que os trabalhadores desses países deixaram de produzir para subsistência e passaram a consumir do mercado. Esse mesmo processo não ocorreu nos países dependentes pois há a separação entre a produção e a circulação de mercadorias, sendo a primeira a nível nacional e a segunda a nível mundial. Prestemos atenção em suas palavras:

Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, o eixo de articulação está constituído pelos países industriais, e centrada portanto sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização. Opera-se, assim, desde o ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital - a produção e a circulação de mercadorias -, cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, ou seja, a que opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias (MARINI, 2017, p. 337).

Nesse sentido, a superexploração não permite a necessidade de haver o consumo individual de trabalhadores ou consumo em massa, uma vez que a produção interna está totalmente voltada para o mercado externo.

Assim, é possível perceber que os países dependentes, e especialmente a América Latina, possuem particularidades nas formas de exploração e acumulação de capitais, atingindo os trabalhadores de maneiras diferentes aos trabalhadores das economias centrais - mesmo que estes também sejam explorados. Se nos países industrializados há acumulação por meio do aumento da capacidade produtiva, nos países dependentes ela ocorre através da exploração do trabalhador, que tem sua jornada de trabalho prolongada.

Nos países industrializados a acumulação de capital se desloca da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, mas isso não ocorre nos países dependentes pois estes intensificam a exploração do trabalhador.

Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador” (MARINI, 2017, p. 328).

A superexploração, então, se caracteriza pelo pagamento de salário abaixo do valor mundial, não permitindo aos trabalhadores a capacidade de se manter e se reproduzir. O valor pago à força de trabalho é reduzido e não permite que haja uma criação de um consumo de massa. Diferentemente dos países centrais, os trabalhadores e as trabalhadoras dos países dependentes não serão consumidores dos seus produtos, tanto pelo mercado estar voltado para a exportação quanto pelos baixos salários que não permitem esse consumo.

Para além do que já foi exposto, Maíra Bichir (2021) caracteriza a importância da Teoria Marxista da Dependência enquanto teoria fundamental para compreender a participação latino-americana na divisão internacional do trabalho, caracterizada pelas trocas desiguais entre os países centrais e os países periféricos. A TMD, ao analisar a acumulação e reprodução de capital, oferece uma investigação particular do capitalismo dependente e, portanto, a relação de hierarquia e de subordinação de um país para outro. Sua trajetória revela não somente uma relação entre Estados, mas explicita também a luta de classes nacional e internacionalmente. Sobre a relevância da TMD Bichir aponta,

compreende-se que a dependência constitui um objeto fundamental e estruturante dos sistema internacional, articulando e condicionando a relação entre Estados e entre classes sociais, explicitando o entrecruzamento entre essas duas dimensões, nacional e classista e destacando os nexos que se constroem a partir do exercício do poder prático (BICHIR, 2021, p.278-279).

A TMD, portanto, me permite compreender a relação desigual entre os países desenvolvidos e os países dependentes que na América Latina, de acordo com Marini (2011, p.04) "dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalho". Essa exploração e a subordinação, no entanto, não ocorre somente na relação entre países, mas também entre homens e mulheres.

José Loiola (2016) aponta a utilidade da TMD na análise de gênero no continente latino-americano. Para o autor, é possível compreender a dependência tanto na relação entre países

quanto na relação entre seres sociais. A TMD permite, então, “o desmantelamento tanto da estrutura quanto da epistemologia causadoras da obliteração da integridade física, social, política e econômica, da América Latina tão sofrida, quanto as suas mulheres (negras, indígenas, pobres e imigrantes)” (LOIOLA, 2016, p.48).

Vânia Bambirra advoga sobre a exploração das mulheres dentro e fora do lar e também em economias dependentes, mais ainda ela assevera: "a dona de casa é a mulher cujo serviço não acarreta nenhuma remuneração. Quando trabalha fora de casa desempenha a dupla função de empregada doméstica e de complementação do pressuposto familiar (BAMBIRRA, 1971, p. 06, tradução nossa).

Nesse sentido, Loiola (2016, p.59) considera a utilidade da TMD “para desconstruir e identificar discursos e práticas machistas que são prestados na sociedade como realidades e internalizados em homens e mulheres como uma ‘essência’ ou verdade perene”.

No entanto, embora essa intersecção da TMD com os estudos sobre as mulheres tenha começado ainda na década de 1970 com Vânia Bambirra, ela ainda é um campo novo e em aberto, que possui muito a oferecer. O caráter teórico da TMD também enxerga como necessidade o imbricamento com outros movimentos, onde podemos encontrar a relação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. O que cabe aqui nesta dissertação não é desvendar todas as facetas da relação entre o debate da TMD e o feminismo, por exemplo, mas apresentar não somente que essa relação existe, como também sua importância para os estudos de ambas as temáticas.

1.1.3 As Agendas Das Mulheres no Desenvolvimento

Indagando a ausência das mulheres nas pesquisas de desenvolvimento, a inserção dos estudos das mulheres nessa área ganhou notoriedade a partir da década de 1970³, momento no qual houve uma proliferação das teorias do desenvolvimento, sendo fortalecidas aquelas que se baseavam na modernização dos Estados. Durante a mesma época, o movimento feminista ganhava cada vez mais força, especialmente nos Estados Unidos e nos países europeus, questionando a exclusão feminina das mais variadas esferas da sociedade. Um desses

³ Apesar dessa proliferação dos estudos feministas no campo do desenvolvimento, eles estavam ocorrendo no eixo EUA-Europa, e, portanto, desconsideravam a realidade de outros lugares, como a própria América Latina. No caso do nosso continente, a década de 1970 foi marcada por golpes militares na região, caracterizados pela subserviência aos Estados Unidos e organizações como o FMI. Durante esse período, países como Argentina e Chile foram pilares do neoliberalismo latino-americano e sua onda de precarização, desconstrução dos direitos sociais do trabalho, expansão capitalista e uma nova divisão internacional do trabalho (ANTUNES, 2011).

questionamentos foi gerado devido aos processos de desenvolvimento terem desconsiderado as mulheres de forma que elas não foram beneficiadas pelas suas medidas e ações, sendo invisibilizadas, principalmente, por serem consideradas economicamente inativas. O marco desse momento foi a publicação, em 1970, do livro "*Woman's Role in Economic Development*" [O Papel da Mulher no Desenvolvimento Econômico], de Ester Boserup, no qual contesta a vasta literatura sobre desenvolvimento em que não há nenhuma abordagem sobre a situação das mulheres.

Para Boserup (2007) era preciso analisar a contribuição das mulheres tanto na agricultura quanto na indústria, promovendo maior participação delas nesses setores, de maneira que assim seria possível reduzir a pobreza mundial e a desigualdade de gênero. Seus argumentos mostraram, pela primeira vez, como homens e mulheres foram impactados pela modernização de maneiras diferentes, responsável por marginalizar essas mulheres, exatamente em uma época em que pensar na inclusão feminina no desenvolvimento econômico era praticamente impossível.

A centralidade da análise de Boserup consiste no papel que as mulheres desempenham no desenvolvimento econômico dos países. Para a autora, esse desenvolvimento está diretamente ligado com o padrão de especialização do trabalho, ou seja, "com o desenvolvimento econômico mais e mais pessoas se tornam especializadas em tarefas particulares e a autarquia econômica do grupo familiar é substituída pela troca de bens e serviços" (BOSERUP, 2007, p.03, tradução nossa). Isso significaria, portanto, a acentuação da divisão do trabalho que anteriormente estava relacionada ao eixo das famílias.

Essa divisão, como afirma Boserup, sempre existiu. Desde as comunidades primitivas o trabalho era dividido seja por idade ou pelo sexo, o que causou, por meio deste último, uma noção de que as atividades exercida por homens e mulheres seriam algo natural e biológico, existindo trabalhos exclusivamente femininos ou masculinos. Apesar disso, todas as funções exercidas, independente do sexo, possuíam sua devida importância. O ponto chave da autora é que essa importância foi modificada com a modernização e impactou as mulheres de maneira a excluí-las e invisibilizá-las na esfera do trabalho. Um dos exemplos no qual esse ponto fica mais nítido, segundo Boserup, é na agricultura, onde ela dedica grande parte de suas análises: "o estudo do papel das mulheres no desenvolvimento econômico pode convenientemente começar com um exame das tarefas das mulheres na produção agricultora em várias partes das regiões subdesenvolvidas do mundo" (BOSERUP, 2007, p.07, tradução nossa).

Concentrando-se principalmente no continente africano, Ester Boserup observou que as mulheres exerceram participação ativa na agricultura quando, nos sistemas primitivos, o que

diferenciava o trabalho entre homens e mulheres era a força. As atividades destinadas às mulheres de plantação e colheita dos grãos, no entanto, eram de vital necessidade para o funcionamento do grupo em que elas estavam. Porém, com a mecanização do campo, o trabalho feminino é minimizado, empurrando-as quase exclusivamente para as tarefas do cuidado, enquanto os homens se encarregam agora de operar as máquinas. Como Boserup (2007, p.18, tradução nossa) ressalta, “onde há uma baixa participação feminina no trabalho agrícola o cultivo extensivo com arado é a regra, e há pouca necessidade de mão-de-obra feminina, exceto na época da colheita”.

Sua perspectiva foi importante pois enfatiza, como afirmam Lourdes Beneria, Günseli Berik e Maria S.Floro (2016, p.28, tradução nossa):

Os principais problemas que afetam a condição das mulheres no mundo em desenvolvimento - desde questões relacionadas à divisão de gênero do trabalho em setores, países e regiões até a subestimação do trabalho feminino em atividades domésticas e não remuneradas e a exclusão das mulheres do emprego industrial.

Do trabalho de Boserup foram inspirados a Década para as Mulheres das Nações Unidas (1976-1985)⁴ e a concepção da agenda de Mulheres em Desenvolvimento (MED) (do inglês *Women in Development* (WID)). O MED, juntamente com seus sucessores Mulheres e Desenvolvimento (do inglês *Women and Development* (WAD)) e Gênero e Desenvolvimento (do inglês *Gender and Development* (GAD)) são considerados “um conjunto de teorias e práticas sobre mulheres como categoria distinta nos discursos de desenvolvimento, no âmbito das organizações internacionais, governos e ativismos locais” (NANES, QUADROS, ZARIAS, 2017, p.18 e 19).

Segundo Caroline Moser (1993), o termo MED foi criado em meados dos anos 1970 por estudiosas estadunidenses do *Women's Committee of the Washington, DC, Chapter of the Society for International Development*, sendo posteriormente adotado pela agência norte-americana *United States Agency for International Development* (USAID). A intenção da

⁴ A Década para as Mulheres das Nações Unidas foi aprovada em 1975 durante a I Conferência Mundial da Mulher, ocorrida na Cidade do México, sob os princípios norteadores da igualdade de gênero. Pelos próximos dez anos os países se comprometeram a eliminar a discriminação e violência contra as mulheres, aumentar seu acesso à educação e ao mercado de trabalho, promover a participação plena nos processos de desenvolvimento e de paz, e enfrentar os demais impasses causados pela desigualdade de gênero. Durante a Década, mais duas conferências ocorreram, a II Conferência Mundial da Mulher (1980), em Copenhague, e a III Conferência Mundial da Mulher (1985), em Nairóbi, nas quais surgiram temas como igualdade jurídica e política, além da continuidade das diretrizes anteriores. Ao final, foi criado o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM). O fim da Década para as Mulheres não significou, no entanto, o encerramento das conferências, ocorrendo em 1995 a IV Conferência da Mulher, em Pequim (ONU MULHERES, 2020).

agência visava a criação de um programa que utilizasse as mulheres como um recurso de contribuição ao desenvolvimento econômico, considerando essencialmente a maior inserção feminina no trabalho produtivo. Dessa forma, o MED se consolidou através não somente como um campo teórico, mas principalmente como um formulador de políticas para Estados, ONGs e organizações internacionais como a ONU, o FMI e o Banco Mundial, sobretudo fundamentado nos ideais estadunidenses.

Um exemplo desses ideais foi a aprovação no Congresso estadunidense da *Percy Amendment to the Foreign Assistance Act*, em 1973, que requeria aos programas de assistência bilaterais dos Estados Unidos “ser administrado de maneira a dar particular atenção aos programas, projetos e atividades que tendem a integrar mulheres na economia nacional dos países externos, aumentando seus status e auxiliando os esforços de desenvolvimento total (USAID, 1982, p.05, tradução nossa).

Baseado nas ideias do feminismo liberal de maior acesso à educação, ao mercado de trabalho, a crédito e a títulos de propriedade como forma das mulheres serem melhor integradas aos processos de desenvolvimento, a agenda destacou como a modernização estava impactando de maneira diferenciada homens e mulheres, deteriorando cada vez mais o status feminino na sociedade. As diretrizes do MED buscaram proporcionar uma mudança nas normas de gênero, modificando o status das mulheres enquanto mães e esposas, portanto membros improdutivos, para agentes econômicas da sociedade (BENERIA; BERIK; FLORO, 2016).

Nessa perspectiva, a modernização dos países ocorreu apesar das desigualdades contra as mulheres, ignorando suas necessidades e direitos básicos e, portanto, invisibilizando-as ainda mais na sociedade. Isso gerou uma relação de subordinação das mulheres, que não é recente, mas que estaria diretamente relacionada com a sua exclusão dos papéis econômicos. Nesse sentido, o ponto chave do MED era dar visibilidade às mulheres nas políticas de desenvolvimento, partindo de quatro abordagens: equidade, antipobreza, eficiência e empoderamento, que iam contra as políticas de bem-estar⁵ da época. Cada uma delas possuía objetivos específicos sobre como inserir as mulheres no desenvolvimento e mantiveram-se durante certo período de tempo até serem substituídas por outra considerada mais completa

⁵ Moser (1995) afirma que as abordagens de bem-estar do desenvolvimento foram utilizadas amplamente por governos e ONGs durante as décadas de 1950 a 1970 e se baseavam na aceleração do desenvolvimento econômico dos países do Terceiro Mundo. Nessa abordagem as mulheres eram vistas exclusivamente a partir do seu papel reprodutivo (mães), sendo beneficiárias passivas do desenvolvimento. As políticas destinadas a elas, portanto, estavam relacionadas ao eixo familiar, como ajuda alimentar para os filhos.

(NANES, QUADROS, ZARIAS, 2017). O quadro a seguir (Quadro 1) exemplifica cada uma dessas abordagens:

Quadro 1 – As abordagens do MED

	Equidade	Antipobreza	Eficiência	Empoderamento⁶
Período	1975-1985	1970 em diante	1980 em diante	1990
Objetivo	Reduzir as desigualdades entre homens e mulheres na divisão sexual do trabalho	Reduzir a desigualdade de renda entre homens e mulheres, com foco nas mulheres do Terceiro Mundo, consideradas as mais pobres entre todos	Reconhecer a importância do trabalho reprodutivo das mulheres tanto quanto do produtivo	Garantir a autossuficiência das mulheres, reconhecendo outros fatores que causam desigualdade como raça e classe
Justificativa	As mulheres possuem um papel crucial, para o crescimento econômico	A desigualdade entre homens e mulheres era causada pela pobreza e não pela subordinação	O desenvolvimento é mais eficiente quando o papel econômico das mulheres, tanto produtivamente quanto reprodutivamente, é levado em consideração.	A subordinação das mulheres tem raízes também coloniais, o que as colocou em desvantagem
Recomendação	Promover políticas de acesso ao mercado de trabalho para as mulheres	Aumentar a produtividade das mulheres pobres, garantindo-as acesso à renda e à terra	Alcançar a igualdade econômica das mulheres através do acesso à educação, ao mercado de trabalho, a títulos de crédito e posses	Redistribuição de poder. Garantir que as mulheres possam tomar decisões próprias em sua vida.

Fonte: elaboração própria a partir de Moser (1995), Pereira e Rambla (2010), Nanes, Quadros e Zarias (2017)

De acordo com Carol Miller e Shahra Razavi (1995) a mudança no status econômico das mulheres, viabilizada pela sua inserção no mercado de trabalho, proporcionou também que o MED tentasse incluir as contribuições produtivas e reprodutivas femininas nas estatísticas do Produto Interno Bruto (PIB) dos países. Isso significaria que o aumento da produtividade levaria a um impacto positivo no desenvolvimento nacional. Ademais, as autoras também asseveraram que os principais defensores dessa agenda alegaram que quaisquer custos que fossem utilizados para o aumento da produtividade das mulheres seriam justificáveis, pois levaria a grandes retornos econômicos e sociais, fato que também é observado por Connelly et al (2000, p.57, tradução nossa):

Para aumentar o acesso das mulheres ao desenvolvimento, esses planejadores pediram

⁶ Algumas autoras como Connelly et al (2000) consideram que o enfoque do empoderamento já seria o início da estruturação da abordagem de Gênero e Desenvolvimento, ou a própria abordagem em si, ao invés de estar relacionada com o MED.

medições mais precisas das experiências vividas pelas mulheres (isto é, estatísticas voltadas para as mulheres) e melhorias no acesso das mulheres à educação, treinamento, propriedade e crédito e por mais e melhores empregos. Para atingir essas metas, eles afirmaram que as mulheres devem ser integradas aos projetos e planos de desenvolvimento e ter uma palavra a dizer na formulação e implementação de políticas. Eles argumentaram ainda que, até que isso acontecesse, as políticas de desenvolvimento continuariam a minar o status das mulheres no Terceiro Mundo. Para induzir os tecnocratas da modernização a perseguir esses objetivos, esses especialistas prometeram que as políticas voltadas para as mulheres aumentariam a eficiência das mulheres e, conseqüentemente, melhorariam o desenvolvimento econômico.

Tão logo o MED se consolidou, diversas críticas foram feitas à agenda. A principal delas estava relacionada com alguns aspectos econômicos que foram ignorados, como o impacto do colonialismo para os países de Terceiro Mundo e o fato de não questionar o sistema causador das desigualdades, o capitalismo. Beneria, Berik e Floro (2016) analisaram que a maior inserção das mulheres na educação e no mercado de trabalho não significava um desafio a ordem socioeconômica, e enquanto algumas mulheres eram beneficiadas por essas políticas, outras eram ainda mais marginalizadas, especialmente aquelas que estavam nos países periféricos. Além disso, não havia nenhum recorte de classe e raça, ou seja, as mulheres eram compostas por um grupo homogêneo que sofriam os mesmos tipos de desigualdades independente da sua realidade local.

Ainda para as autoras, ao ignorar as mazelas causadas pelo colonialismo, o MED desconsiderou que não foram só as mulheres a serem invisibilizadas nos processos de desenvolvimento, mas os próprios homens dos países colonizados também não foram privilegiados. Portanto, não era somente uma questão de quem havia sido excluído ou excluída, e sim de todo um sistema que foi constituído para gerar exclusão. Nesse sentido, Lourdes Beneria e Gita Sen (1982, p. 290, tradução nossa) afirmam que

O problema para as mulheres não é apenas a falta de participação neste processo como parceiras iguais dos homens; é um sistema que gera e intensifica as desigualdades, fazendo uso das hierarquias de gênero existentes para colocar as mulheres em posições subordinadas em cada nível diferente de interação entre classe e gênero. Isso não significa negar a possibilidade de que o desenvolvimento capitalista possa quebrar certas rigidezes sociais opressoras para as mulheres. Mas essas tendências libertadoras são acompanhadas por novas formas de subordinação.

Seguindo a mesma linha, V. Eudine Barriteau (2000) afirma que um dos principais problemas do MED era simplesmente buscar acomodar as mulheres no sistema que as oprime ao invés de questionar as hierarquias de gênero. Isso ocorreu, em grande parte, devido à relação desta abordagem com os Estados Unidos e suas agências nacionais, a partir de valores liberais, como podemos observar a seguir:

A Percy Amendment to the Foreign Assistance Act of 1973 exigia que a assistência externa dos EUA se concentrasse em programas, projetos e atividades que tendiam a integrar as mulheres às economias nacionais de países estrangeiros. Isso ajudou a integrar a abordagem política do WID à formulação de políticas. Também significou que a política WID inicial herdou implicitamente os problemas de dar prioridade à produção capitalista e aos valores e instituições ocidentais. (BARRITEAU, 2000, p.169, tradução nossa)

Paralelamente à abordagem de Mulheres em Desenvolvimento, outra perspectiva surgiu a partir da década de 1980, Mulheres e Desenvolvimento, uma mudança não somente gramatical, mas que visava, acima de tudo, uma alteração estrutural do processo de desenvolvimento, incorporando os impactos do colonialismo, as reivindicações das mulheres do Terceiro Mundo, e o questionamento da crescente acumulação de capital (BENERÍA; SEN, 1982). Diferentemente do MED, foi dada pouca atenção a essa abordagem, com muitas autoras ignorando-a completamente, sobretudo devido à ascensão de uma nova abordagem, Gênero e Desenvolvimento (GED), como veremos a seguir. Para Connelly et al (2000), no entanto, isso ocorreu pois muitos de seus estudos não foram documentados, com as defensoras dessa abordagem preferindo o engajamento ativo na comunidade ao invés da teorização.

Na década de 1990, com a intensificação dos estudos de gênero – entendendo que os papéis entre mulheres e homens foram socialmente construídos em vez de serem determinados biologicamente –, houve uma mudança significativa na abordagem de desenvolvimento que integra as mulheres, agora denominada Gênero e Desenvolvimento (SARDENBERG, 2008). A mudança de mulher para gênero ocorreu para resolver limitações à primeira categoria, para que as análises não utilizassem as mulheres de uma maneira individual, mas elas em relação aos homens:

O foco no gênero e não nas mulheres torna crítico olhar não apenas para a categoria “mulheres” - uma vez que isso é apenas metade da história - mas para as mulheres em relação aos homens, e a forma como as relações entre essas categorias são socialmente construídas. (MOSER, 1993, p.03, tradução nossa)

Ou seja, havia a necessidade de uma categoria que fosse mais abrangente, para que fosse possível analisar de forma mais adequada as desigualdades entre homens e mulheres. Ademais, questões como raça e classe também precisavam ser incorporadas e entendidas como socialmente construídas.

Com a agenda do GED foi possível enfatizar as relações de poder e desigualdades estruturais formadas pelo gênero. Rejeitando a análise categorial das mulheres de forma isolada,

tão crucial para o MED, a ênfase a partir deste momento estava na construção social de gênero enquanto molde para as disparidades entre homens e mulheres, e não algum tipo de determinismo biológico que os faziam desiguais. A perspectiva do GED, portanto, era uma alternativa às outras duas abordagens de desenvolvimento anteriores, possuindo como pressuposto argumentar “que os status das mulheres na sociedade é profundamente afetado por suas condições materiais de vida e por suas posições nas economias nacionais, regionais e global” (CONNELY et al, 2000, p.62, tradução nossa). Seria preciso então modificar o sistema de gênero, pois este é baseado em um modelo patriarcal que subordinou, oprimiu e marginalizou as mulheres.

GED reconhece os impactos diferentes das políticas e práticas de desenvolvimento nas mulheres e homens e enxerga as mulheres como agentes, e não simplesmente recipientes, do desenvolvimento. Essa perspectiva, portanto, questiona tanto as relações de gênero quanto os processos de desenvolvimento (CONNELY et al, 2000, p.63, tradução nossa).

Símbolo da época e do GED foi a Conferência de Pequim que, através da Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, propôs um conjunto de objetivos estratégicos em doze áreas⁷ visando a igualdade entre homens e mulheres como uma forma de assegurar a paz e o desenvolvimento dos países. A Plataforma representou uma verdadeira mudança na agenda de desenvolvimento, pois além de investir na perspectiva de gênero, também foi responsável por introduzir dois outros importantes pontos, a transversalidade, que deve assegurar que a igualdade de gênero seja introduzida nas políticas públicas de todos os países; e o empoderamento, como uma medida que “consiste em realçar a importância de que a mulher adquira o controle sobre o seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade criar as condições para tanto e apoiá-la nesse processo” (VIOTTI, 2013). Este último ponto se tornou central para a Plataforma e para o GED como um todo, podendo ser percebido já no primeiro artigo da Declaração que afirma que “a Plataforma de Ação é um programa destinado ao empoderamento das mulheres” (ONU MULHERES, 2013, p.151). Ainda,

⁷ Eles estão divididos de maneira complementar entre si em: 01) Mulher e Pobreza; 02) Educação e treinamento; 03) Saúde; 04) Violência contra a mulher; 05) Conflitos armados; 06) A mulher e a economia; 07) A mulher no poder e na tomada de decisões; 08) Mecanismos institucionais; 09) Direitos Humanos; 10) A mulher e os meios de comunicação; 11) A mulher e o meio ambiente; e 12) A menina (ONU MULHERES, 2013)

O empoderamento e o avanço das mulheres, nesses incluído o direito à liberdade de consciência, religião e crença, contribuindo assim para atender às necessidades morais, éticas, espirituais e intelectuais de homens e mulheres, individual ou coletivamente, e, desse modo, lhes garantindo possibilidade de realizarem todo o seu potencial na sociedade, e a construírem suas vidas de acordo com suas próprias aspirações. (...) O empoderamento da mulher e sua total participação, em base de igualdade, em todos os campos sociais, incluindo a participação no processo decisório e o acesso ao poder, são fundamentais para a realização da igualdade, do desenvolvimento e da paz (ONU MULHERES, 2013, p.151-152).

Dessa forma, Estados, organizações internacionais e a sociedade civil foram reiterados a assumir um compromisso comum no qual visava a igualdade de gênero através de medidas como “o acesso das mulheres, em condições de igualdade, aos recursos econômicos, incluindo terra, crédito, ciência e tecnologia, treinamento vocacional, informação, comunicação e mercados”, reconhecendo as disparidades existentes também entre mulheres que as impedem de acessar o desenvolvimento de forma igualitária (ONU MULHERES, 2013, p.153). Para isso ocorrer era preciso estruturar a independência financeira das mulheres, principalmente através do acesso ao trabalho pago, de modo a reduzir a pobreza e assegurando que todas as mulheres sejam agentes vitais do desenvolvimento.

Com isso, Josephine Ahikire (2008) afirma que o GED ganhou popularidade devido ao grande potencial em realizar mudanças significativas às vidas das mulheres, sendo uma oportunidade para integrar os problemas de desenvolvimento com a natureza de gênero. Portanto, diferentemente do MED, no qual as mulheres deveriam trabalhar para o desenvolvimento, no GED isso não ocorre, pois são criados pilares para o desenvolvimento que trabalhe a favor das mulheres, como pode ser observado no quadro a seguir (Quadro 2):

Quadro 2 – Comparação entre as agendas de mulheres e desenvolvimento (MED e GED)

	Data	Foco	Problema	Solução
Mulheres em desenvolvimento (MED)	Entre as décadas de 1970-1990	Integrar as mulheres nas perspectivas de desenvolvimento. Baseada no feminismo liberal.	Metade da população mundial foi excluída das abordagens de desenvolvimento e isso significou em maior desigualdade e subordinação das mulheres	Integrar as mulheres nos programas de desenvolvimentos vigentes, buscando melhorar a vida das mulheres através de medidas como acesso igualitário à educação e ao mercado de trabalho
Gênero e desenvolvimento (GED)	Entre a década de 1990 até os dias atuais	Foco em gênero – relação entre homens e mulheres – enquanto uma	Existem diversas relações de poder desiguais, causados por fatores como	Transformação da sociedade com base no empoderamento – as mulheres

		construção social que, juntamente com questões de raça e classe, fundamenta a subordinação das mulheres	raça, classe e gênero, que impedem as mulheres de alcançar participação plena no desenvolvimento, bem como a igualdade entre homens e mulheres	devem alcançar plena capacidade e controle de suas próprias vidas, enquanto motores fundamentais para garantir o desenvolvimento
--	--	---	--	--

Fonte: elaboração própria a partir de Moser (1995), Connely et al (2000), Beneria, Berik e Floro (2016)

Por esses motivos, o GED se apresentava como uma abordagem não somente mais inclusiva a partir da intersecção entre classe, gênero e raça, mas também com maior capacidade transformadora. Contudo, com o crescente envolvimento de organizações internacionais esse potencial de transformação parece ter sido desviado por simplesmente acomodar as mulheres em um sistema que tem por sua premissa a exploração ao invés de modificá-lo. Este assunto será melhor elaborado nos capítulos posteriores.

Atualmente a Plataforma de Pequim continua sendo um instrumento de ação para medir os avanços dos países em questões relacionadas à igualdade de gênero, sendo agora associada, junto ao GED, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁸ - anteriormente Objetivos do Milênio (ODM) - das Nações Unidas. Nesse sentido, a ONU se posicionou como a grande promotora da igualdade e do desenvolvimento, sendo responsável por incorporar a perspectiva de gênero e empoderamento em todas as suas agências e incentivar outras organizações internacionais a fazer o mesmo (BENERIA; BERIK; FLORO, 2016).

A intervenção da ONU enquanto promotora da emancipação das mulheres, no entanto, levou a uma limitação dos movimentos feministas devido às suas agendas sociais terem sido adaptadas aos objetivos capitalistas. De acordo com Silvia Federici (2019), a divulgação e o financiamento da instituição foi capaz de deslegitimar os movimentos das mulheres, que abandonaram o caráter anti-sistêmico para associarem-se às políticas neoliberais. Como a autora afirma:

ao contrário da crença popular de que o feminismo patrocinado pela ONU serviu para a causa de libertação feminina, eu me inclino a pensar que o "feminismo global" despolitizou o movimento de mulheres, debilitando a preciosa autonomia de outrora

⁸ Firmado em 2015, os ODS são um conjunto de 17 objetivos que visam, até 2030, lançar “um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade”, sendo a igualdade de gênero um desses objetivos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2021).

e contribuindo para desarticular as mulheres frente à expansão capitalista (FEDERICI, 2019, p.238)

Portanto, era preciso haver um controle para impedir que houvesse uma mudança social radical.

Gênero então, nas palavras de Miller e Razavi (1995), se tornou uma espécie de “panacéia” que seria capaz de resolver todos os tipos de desigualdades existentes no mundo. Os programas que incorporaram a igualdade de gênero tornaram as mulheres um público alvo fundamental e central para servir às demandas do desenvolvimento, utilizando-se de afirmações exageradas para atribuir às mulheres funções que deveriam ser estatais, colocando uma carga adicional a seu trabalho. Sobre essa questão as autoras ainda apontam que:

A cura para a crise alimentar da África, o bem-estar infantil, a degradação ambiental e o fracasso das políticas de ajuste estrutural são todos baseados nas mulheres (mais recentemente em gênero). Embora isso tenha dado às mulheres um perfil mais elevado no discurso político, o perigo é que agora se espera que as mulheres compensem as provisões públicas, o que por uma série de razões - entre elas políticas fiscais rigorosas e má gestão de recursos - podem não acontecer (MILLER; RAZAVI, 1995, p.09, tradução nossa).

Quem também aborda esse argumento é David Lampert (2014) ao argumentar que as agendas de desenvolvimento tiraram o foco de pautas como genocídio, ecocídio e poder estatal em prol de simplesmente promover maior oportunidade para as mulheres. E esse tipo de discurso pode ser visto em diversos relatórios de organizações internacionais que têm buscado a equidade de gênero. Como exemplo, segundo relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2013), a desigualdade de gênero não afeta apenas o âmbito social como também é prejudicial aos avanços econômicos e, conseqüentemente, ao desenvolvimento mundial. Se as mulheres tivessem as mesmas oportunidades no mercado de trabalho, o Produto Interno Bruto (PIB) dos países aumentaria consideravelmente; Esses números seriam de 12% na Arábia Saudita, 9% no Japão e 5% nos Estados Unidos da América (EUA).

Em outro relatório mais recente, *Women in Finance: a case for closing gaps* (2018), o FMI aborda a importância da igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, pois promoveria economias mais resistentes e maior crescimento econômico para os países. Além disso, assevera a necessidade de paridade no setor financeiro, o qual as mulheres são majoritariamente excluídas pelo difícil acesso à contas e transações bancárias, como forma de garantir resultados macroeconômicos de longo prazo (FMI, 2018). Estimativas do Banco Mundial, por sua vez, sugerem que a economia global alcançaria a marca de 160 trilhões de dólares se as mulheres ganhassem o mesmo que os homens (WODON; DE LA BRIÈRE, 2018).

Além disso, segundo a Fundação Malala⁹ (2021), o acesso à educação para as meninas fortaleceria a economia e geraria empregos, adicionando cerca de 12 trilhões de dólares na economia mundial.

Portanto, promover a equidade entre homens e mulheres é crucial não porque seja correto ou justo, mas pelo retorno financeiro que os países irão usufruir no futuro, como pode ser observado nas palavras da ex-presidente e diretora executiva do FMI Christine Lagarde sobre a atuação da Organização “nos últimos anos aumentamos nossa ênfase no empoderamento das mulheres precisamente porque, além das importantes considerações éticas, também representa uma oportunidade perdida na busca por estabilidade macroeconômica e crescimento inclusivo” (LAGARDE, 2019, p.05, tradução nossa). Porém isso não ocorreria se todas as pessoas possuísem igualdade de oportunidades?

Antes de qualquer conclusão precipitada, não estou questionando a importância da igualdade de gênero nem muito menos afirmando que não devemos aumentar o acesso feminino aos espaços que comumente nos foram negados devido aos longos anos de relações patriarcais. O que busco trazer com os pontos acima é uma reflexão mais abrangente sobre a nossa realidade atual, entendendo que a forma como a igualdade de gênero está sendo concretizada também exclui diversas parcelas da sociedade, inclusive as próprias mulheres. Pois conceber essa igualdade de maneira individualizada não permite que todas as pessoas usufruam dela.

V. Spike Peterson (2010) explora esse assunto em conjunto com a noção de empoderamento feminino, que tem cada vez mais se tornado pauta do feminismo *mainstream* e é a base do GED, como visto anteriormente, mas que tem em seu cerne uma visão individualizada das problemáticas que cercam as mulheres, de modo que simplesmente fornecê-las as oportunidades de acesso iguais aos homens - a propósito brancos, heterossexuais e cisgênero - é suficiente.

Igualdade de gênero está inteiramente relacionada ao empoderamento das mulheres, medido de acordo com seu nível de acesso ao mercado de bens e oportunidades. Esta é uma categorização restrita que exclui não apenas qualquer trabalho fornecido por aquelas que não se identificam como mulheres, mas também o trabalho ‘informal’ que

⁹ Fundada em 2013 pelos ativistas paquistaneses Malala e Ziauddin Yousafzai, a Fundação Malala tem por objetivo garantir que todas as meninas tenham acesso à educação gratuita e de qualidade de maneira segura. Para isso, a fundação atua em regiões nas quais as meninas possuem maior evasão escolar, seja por questões financeiras, religiosas ou culturais (FUNDAÇÃO MALALA, 2021). A fundação surgiu da experiência vivida por Malala, em 2012, ao levar um tiro na cabeça quando voltava da escola por defender o acesso à educação das meninas da sua região. Sobrevivendo milagrosamente, Malala deu continuidade à sua luta pela igualdade de gênero, mas distante do Paquistão, onde é jurada de morte. Devido ao seu trabalho, tornou-se a pessoa mais jovem a receber o Prêmio Nobel da Paz, aos dezesseis anos de idade (YOUSAFZAI; LAMB, 2013).

as mulheres contribuem para manter a economia 'formal' sustentável (PETERSON, 2010, p.225).

Além disso, Runyan e Peterson (2014) analisam que essa forma de empoderamento ignora as desigualdades causadas pelo crescimento econômico capitalista, se tornando um mecanismo que não busca a igualdade de gênero em si, mas sim acomodar “as próprias crises globais que o ‘empoderamento das mulheres’ agora deve resolver” (RUNYAN; PETERSON, 2014, p.10, tradução nossa).

Em relação a esse quesito, Rosângela Pereira e Francesc Rambla (2010) asseguram que é inegável que as políticas de desenvolvimento contribuíram positivamente sobre a vida das mulheres. Ora, cada vez mais elas estão inseridas na esfera pública, podendo participar ativamente da política, do mercado de trabalho e dos sistemas de ensino. Por outro lado, os autores constataam que essas políticas praticamente não têm contribuído para uma reconfiguração da desigualdade de gênero, uma vez que a divisão sexual internacional do trabalho, a quantidade de carga doméstica que é recaída sob as mulheres e os inúmeros casos de violência sexual ainda são situações constantes do cotidiano feminino. Ademais,

com o aumento continuado das mulheres no mercado de trabalho e na vida pública, boa parte do impulso inicial do movimento de mulheres e de seus objetivos passam a dissipar-se na obtenção de metas individuais para um número limitado de beneficiárias, em lugar de um processo coletivo para todas as mulheres e suas famílias” (PEREIRA; RAMBLA, 2010, p.54).

Como foi possível notar ao longo deste ponto, o debate sobre desenvolvimento, seja a partir de uma perspectiva das mulheres ou não, está inserido em um momento de intensas transformações do sistema internacional. De um lado, a América Latina viveu as mudanças provocadas pela acumulação dependente de capital, que mobilizou uma efervescência de estudos teóricos os quais, como aponta Maíra Bichir (2020), foram responsáveis por questionar a ordem hierárquica do sistema internacional ao partir da centralidade latino-americana. A TMD, constituindo uma perspectiva crítica do desenvolvimento, constata que os países periféricos foram alvo da constante acumulação e reprodução de capital dos países centrais, ocasionando a condição de dependência daqueles países. Portanto, o papel da América Latina nas relações internacionais assume um sentido dialético, partindo do pressuposto descrito anteriormente de que “a lógica de acumulação em escala mundial possui características que, ao mesmo tempo, produzem o desenvolvimento de determinadas economias e o subdesenvolvimento de outras” (CARCANHOLO, 2008, p.253).

Esse movimento dialético também pode ser analisado pelo viés de gênero quando questiona-se as distintas formas como homens e mulheres foram (e são) atingidos pelo desenvolvimento e como suas realidades são modificadas. As agendas de gênero, portanto, trazem a possibilidade de indagar o esquecimento das mulheres nas políticas de desenvolvimento e buscar diminuir a desigualdade de gênero. Esses estudos surgiram de forma paralela à TMD e por pouquíssimas vezes se encontraram, pois seguiram direções distintas quanto à forma e estrutura teórica. Enquanto a Teoria Marxista da Dependência assumiu uma postura crítica quanto ao desenvolvimento e centrou-se na exploração dos trabalhadores latino-americanos, os estudos de gênero sobre desenvolvimento questionavam justamente como essas teorias ignoraram o papel das mulheres, inclusive a exploração do trabalho feminino, internacionalmente. No entanto, não necessariamente possuíam a mesma carga crítica da TMD no questionamento desse desenvolvimento. Ainda assim, as agendas de gênero no desenvolvimento surgem em um momento de efervescência das pesquisas feministas nas mais diversas áreas do conhecimento que chegará, inclusive, às Relações Internacionais, a qual a próxima seção é dedicada.

1.2 “ONDE ESTÃO AS MULHERES?” UMA PESQUISA FEMINISTA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS?

Situar a centralidade das mulheres nas relações internacionais, sejam elas formais ou convencionais, pode ser, por diversas vezes, um pouco frustrante. Como vimos na seção anterior, essa frustração também se aplica em outras questões como a do desenvolvimento, quando as análises existentes costumam ignorar a importância da centralidade feminina nesses debates.

Enquanto escrevo esta seção meu irmão se aproxima, olha e questiona “uma pesquisa feminista das relações internacionais?”, e eu lhe pergunto o que ele imagina com essas palavras. A resposta consiste em longos minutos de silêncio. Faço-lhe então outra pergunta, “o que você imagina com mulheres nas relações internacionais?” e sua resposta franca foi “uma embaixadora”. Início o primeiro capítulo da dissertação com este diálogo porque considero que ele representa muito sobre uma pesquisa feminista das relações internacionais. Claro que meu irmão, apesar de ser um grande entusiasta dos dois temas, não é um estudioso nem das Relações Internacionais nem do feminismo, e exigir qualquer resposta diferente seria esperar, no mínimo,

pelo incomum. Esse diálogo, no entanto, em muito se aproxima dos obstáculos das mulheres em se situarem nesse campo.

Retomando a distinção feita no ponto 1.1 entre relações internacionais maiúsculas e minúsculas, ela se faz aqui necessária para definir a direção desta pesquisa, uma vez que quando abordo sobre as mulheres nas relações internacionais ou, uma pesquisa feminista como está no título da seção, estou me referindo tanto à área de conhecimento quanto aos fenômenos mundiais e como esses dois espaços são marcados pela exclusão, superexploração ainda mais intensa e invisibilização feminina.

A partir dessas definições é possível entender um pouco da frustração que mencionei acima, afinal, se as relações internacionais são baseadas nas interações entre Estados e/ou instituições e, mais ainda, versam sobre as dinâmicas de paz e guerra no globo, onde as mulheres se encontram nessas situações? Quando escrevo nas linhas iniciais sobre um ocorrido com o meu irmão não é somente para exemplificar algo que é comum entre pessoas que não estudam as RIs, mas exatamente e, principalmente, por também ser comum em nossa área.

Quando J. Ann Tickner (1997) escreve um de seus principais artigos, “*You Just Don’t Understand: Troubled Engagements between Feminists and IR Theorists*” [Você simplesmente não entende: envolvimento problemáticos entre feministas e teóricos de RI] ela traz um pouco dessa angústia devido à dificuldade de estabelecer um diálogo entre o feminismo e as relações internacionais¹⁰. “O que gênero tem a ver com o mundo real?” ou “o que gênero tem a ver com explicar o comportamento dos Estados no sistema internacional?”. Estas se tornaram perguntas frequentes em um campo ainda extremamente fechado (TICKNER, 1997, p.612). Para Marysia Zalewski (1995) esses tipos de perguntas ocorrem devido à maneira tardia com que as teorias feministas se “infiltraram” nas relações internacionais, se comparado a outras áreas acadêmicas.

De acordo com Locher (1998) a imbricação entre feminismo e relações internacionais, embora tenha acontecido de maneira tardia, teve forte influência da ascensão dos movimentos feministas que já se faziam presentes na vida política, pública e teórica ao longo do século XX

¹⁰ Nesse mesmo artigo, também em uma nota de rodapé, Tickner discorre sobre essas dificuldades como uma experiência real, vivida não somente por ela, mas também por outras colegas que estudam sobre feminismo e relações internacionais. Quase vinte e cinco anos depois, compartilho de seu relato não apenas por uma questão pessoal, mas também por colegas que passam pela mesma situação, especialmente quando estudam assuntos ainda mais específicos dentro desses dois temas, como maternidade, raça e sexualidades.

a partir das três ondas feministas¹¹. Nesse sentido, a constante luta e busca das mulheres¹² pela igualdade de gênero, manifestando como as disparidades entre os sexos gerou inúmeras consequências nas sociedades, ganhou espaço nas relações internacionais ao final da década de 1980 a partir da pergunta “Onde estão as mulheres?”. Esse questionamento deu escopo para pensar e ressignificar a centralidade das mulheres nas relações internacionais tanto como no campo teórico, quanto como nas relações entre os atores existentes no sistema internacional.

É a partir de *Bananas, Beaches and Bases* que Cynthia Enloe (2014 [1990]), ao indagar a ausência das mulheres da política internacional, investiga as noções de masculinidade e feminilidade que fortalecem uma hierarquia masculina no âmbito internacional. Assim, é através da pergunta “onde estão as mulheres?” que é possível, com base nos argumentos da autora, elucidar quais os espaços destinados aos homens e às mulheres e questionar por que nós fomos ignoradas no campo internacional mesmo representando metade da população mundial.

Fazer uma pesquisa feminista, em qualquer área do conhecimento¹³, e aqui especificamente nas RIs, porém, não é somente questionar onde nós estamos e instar por mais participação feminina em todas as esferas da sociedade, mas é, acima de tudo, buscar entender e alterar a nossa realidade composta de hierarquias, sejam elas de gênero, de raça ou de classe. Como apresenta Cynthia Enloe, não é mostrar as mulheres como heroínas boas e pacíficas prontas para salvar o mundo, ou as vítimas subjugadas que precisam de salvação, mas significa compreender nossas diferenças e refutar os nossos lugares “como meramente 'privados', 'domésticos', 'locais', ou 'triviais'” (ENLOE, 2014, p.03, tradução nossa). Retornando à resposta do meu irmão, o espaço das mulheres nas relações internacionais vai além de simplesmente “embaixadoras” ou apenas mulheres em posição de liderança, mas sim em todos os seus mais variados cotidianos.

¹¹ Ao final do século XIX até os dias atuais a luta feminina pela igualdade de gênero foi dividida no que conhecemos como Ondas Feministas. A primeira delas marca a busca pelo direito ao voto e a plena participação das mulheres na vida pública, possuindo como referência a atuação das *Suffragettes* no Reino Unido. Com a conquista do voto em diversos países os anseios foram voltados para as questões da vida privada e do corpo feminino, caracterizando a Segunda Onda Feminista por uma série de denúncias contra o trabalho não remunerado da mulher, a violência doméstica, o abuso sexual e as imposições patriarcais sobre o corpo feminino. A Terceira Onda, por sua vez, ampliou o escopo da categoria mulher para a categoria gênero, como uma forma de integrar mais identidades ao movimento. O discurso da década de 1990 era de viabilizar uma luta democrática capaz de comportar as pessoas de diferentes camadas sociais, tendo em vista que as dificuldades enfrentadas por mulheres negras, homossexuais, pobres e mulheres que habitavam regiões rurais não tiveram suas demandas abraçadas pela causa (VIANNA, 2017).

¹² Da mesma forma que essa luta não se iniciou apenas no século XX, ela também não é exclusivamente feminina. Nomes como François Poullain de la Barre e Nicolas Condorcet (ver Maxime Rovere, 2019), John Stuart Mill (2009) e José Mariátegui (2020) também tiveram suas contribuições em assegurar a importância da igualdade entre homens e mulheres. Porém decidi enfatizar a luta de mulheres devido a sua importância histórica e para dar voz a alguns nomes que não são amplamente conhecidos.

¹³ Ver Harding (1987), Bartra (2002), Millán (2014).

Para Christine Sylvester, Cynthia Enloe foi fundamental para repensar o papel dos indivíduos em geral na política internacional,

Enloe nos pediu, em todos os lugares, que desistíssemos de pensar que as relações internacionais consistiam em Estados sem pessoas, sociedades abstratas, princípios de ordenação estáticas, e começássemos a procurar as muitas pessoas, lugares e atividades da política internacional cotidiana (SYLVESTER, 2004, p.03, tradução nossa).

É curioso notar, no entanto, que Enloe não está escrevendo para o campo teórico das RIs, visto que neste ela jamais teria o espaço necessário para fazer suas indagações uma vez que as Relações Internacionais eram - e em certa medida ainda são - centradas em perspectivas estadocêntricas e androcêntricas¹⁴, o que seria responsável por limitar suas análises (SOUZA, 2018). O fato de Enloe ter se distanciado das RIs convencionais para traçar uma linha tênue entre as mulheres no âmbito internacional muito nos revela sobre o nosso campo de pesquisa. Segundo Laura Shepherd (2010) isso nos mostra a dificuldade que as RIs têm em absorver as perspectivas feministas porque geralmente o indivíduo não é importante e, portanto, questionar onde estão as mulheres seria irrelevante para as análises internacionais.

Mas como essa presença feminina, seja ela teórica, empírica ou simbólica, foi ignorada nas relações internacionais? E, mais ainda, qual a importância de nos tornar visíveis nesse campo?

De acordo com J. Ann Tickner (2005) uma vez que as Relações Internacionais foram construídas com um foco no comportamento dos Estados em um sistema internacional anárquico, os indivíduos - e especialmente as mulheres - se tornaram uma categoria secundária dos estudos internacionais.

Acadêmicas feministas afirmam que as diferenças de gênero permeiam todas as facetas da vida pública e privada, uma divisão socialmente construída que consideram problemática em si mesma; estudiosos de RI, no entanto, podem acreditar que gênero diz respeito às relações interpessoais entre homens e mulheres, mas não à política internacional (TICKNER, 1997, p.614, tradução nossa).

Dessa forma, os estudos de relações internacionais geralmente se apresentam de uma maneira neutra ou até mesmo assexuada, nos quais, “os seus sujeitos, nomeadamente homens e mulheres, estão subordinados a atores estatais, instituições internacionais, regimes, empresas e

¹⁴ Estadocentrismo e androcentrismo se referem à centralidade dos estudos, das pesquisas, e do pensamento, respectivamente, no Estado e nos homens. Essas visões se tornaram centrais nas RIs, sendo um dos pontos questionados pelas feministas (TICKNER, 1997; SYLVESTER, 2004; ENLOE, 2014).

estruturas multinacionais” (LOCHER, 1998, p.01, tradução nossa). O que as autoras questionam, no entanto, é essa suposta neutralidade das RIs em seus conceitos-chave, como anarquia e soberania, e a centralidade no ator estatal.

Para Marysia Zalewski (2010, p.35, tradução nossa) as mulheres sempre estiveram presentes nas relações internacionais, mas assumindo papéis específicos “como esposas, mães, trabalhadoras, cuidadoras e reprodutoras de feminilidade, fazedoras e apoiadoras da masculinidade” que reforçaram as desigualdades de gênero e serviram para invisibilizá-las, uma vez que esses papéis são característicos da esfera privada, logo, feminina. Porém relegar as mulheres ao âmbito privado e não reconhecer sua devida importância é não compreender a própria realidade internacional, “se deixarmos as atividades das mulheres sem serem examinadas, acabaremos com uma compreensão devastadoramente fraca e inadequada de como funciona a política internacional” (ZALEWSKI, 2010, p.36, tradução nossa). Como também afirma Tickner (2001, p.02, tradução nossa) “embora as mulheres sempre tenham desempenhado um papel importante na política internacional, muitas vezes suas vozes não foram ouvidas nem nas arenas políticas nem na disciplina que as analisa”.

Nesse sentido, Birgit Locher (1998) afirma que a desigualdade de gênero condiciona e é condicionada pelas relações internacionais: “por um lado, a política internacional pressupõe concepções estereotipadas dos sexos e, por outro, esses estereótipos são continuamente fortalecidos e perpetuados pela prática internacional” (LOCHER, 1998, p.21, tradução nossa). A formação do Estado e suas análises, categoria central das RIs, contribui para reforçar e manter esses estereótipos, sendo necessário compreender não apenas que o Estado não é a única categoria relevante nas relações internacionais, mas também abolir as fronteiras entre política externa e interna como base para uma perspectiva de gênero das RIs. “Uma perspectiva centrada no gênero também exige abolir a separação entre o individual, o político-interno e o internacional, níveis que do ponto de vista feminista só podem ser observados em sua interdependência” (LOCHER, 1998, p.12, tradução nossa).

Uma pesquisa feminista das relações internacionais, no entanto, não é homogênea. Segundo Tickner (2001) as teorias feministas são multidisciplinares e, portanto, assimilam fontes de diversas áreas. No geral, o cerne das teorias feministas está na busca por explicar a subordinação das mulheres, suas posições econômicas, sociais, históricas, e como mudá-las. A diferenciação de um feminismo para o outro consiste no que constitui essa subordinação e em quais estratégias são utilizadas para acabar com essa subordinação. Assim, os feminismos mais proeminentes são o liberal, o radical, o socialista e o pós-colonial.

Não é o intuito deste trabalho se aprofundar nas mais diversas vertentes do feminismo e como elas se encaixam na luta e no movimento feminista, mas, para fins metodológicos, é preciso delimitar onde esta pesquisa se insere. Para isso, recorro a duas autoras para me apoiar nesse quesito. Primeiramente, Marysia Zalewski considera que

O feminismo é melhor compreendido como numerosos conjuntos de práticas, teorias, filosofias e perspectivas que consideram gênero uma categoria de análise central e importante. Nas relações internacionais, as feministas trabalham para repensar e representar os conhecimentos e entendimentos convencionais da disciplina, em grande parte colocando duas questões centrais: “que trabalho o gênero está fazendo?” e, “e quanto às mulheres?” (ZALEWSKI, 1995, p.341, tradução nossa).

A latino-americanista Mária Millán¹⁵ (2014), por sua vez, não considera o feminismo com um só, estático, mas uma categoria ampla, além de marcá-lo como uma teoria crítica ao sistema capitalista

Pensar os feminismos como parte de uma teoria crítica da modernidade capitalista e de seu horizonte civilizacional (...) Reconheço no feminismo um amplo campo de práticas e teorias, que tomou a forma de um movimento, com demandas específicas, mas que também se dissemina em diversos contextos e culturas, prefigurando diferentes sistemas de gênero. É por isso que escolho falar de feminismos e não de feminismo; Interesse-me pela divulgação da intencionalidade feminista, pelas apropriações e pelas criações de feminismos situados (MILLÁN, 2014, p.119-120, tradução nossa).

Para além dessas duas visões, também considero a proposta da obra “O Feminismo para os 99%” e sua centralidade nas mulheres da classe trabalhadora, a qual este trabalho se dedica:

Concentra os interesses das mulheres da classe trabalhadora de todos os tipos: racializadas, migrantes ou brancas; cis, trans ou não alinhadas à conformidade de gênero; que se ocupam da casa ou são trabalhadoras sexuais; remuneradas por hora, semana, mês ou nunca remuneradas; desempregadas ou subempregadas; jovens ou idosas. (ARRUZZA, BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p.32)

O Feminismo para os 99% se faz aqui importante devido a seu esforço por combater as perspectivas que pensam as mulheres de maneira individualizada, sem qualquer recorte de raça e classe, como se o nosso problema fosse resolvido com a mera inserção de mulheres na classe dominante, para agora serem livres para explorar outros corpos. Como afirma Talíria Petrone

¹⁵ É importante aqui ressaltar que Mária Millán, em conjunto com Ruy Mauro Marini, produziu na década de 1990 uma antologia que recupera os principais temas e textos do debate do desenvolvimento dependente na América Latina. Ver Marini e Millán (1994a), (1994b), (1995) e (1996).

(2019, p.12) há uma urgência para o feminismo, mas um que seja libertador e emancipador e que abarque a centralidade feminina de maneira plural, uma vez que “não é possível que nosso feminismo deixe corpos pelo caminho. Não há liberdade possível se a maioria das mulheres não couber nela”.

O Feminismo para os 99%, portanto, não se insere como uma vertente feminista, mas como um manifesto, que tem por suas raízes o Manifesto Comunista de Friedrich Engels e Karl Marx produzido no século XIX, porém a partir da realidade das mulheres no século XXI, articula gênero, classe e raça. O Feminismo para os 99% é um manifesto expressamente anticapitalista, antirracista, antilgbtfóbica, ecossocialista e internacionalista.

Na mesma perspectiva crítica, anti-mercantil, aborda Federici (2017) o tema em *O Calibã e a Bruxa* (2017), ao definir a história das mulheres como a história das classes. Segundo a autora, a pergunta que devemos nos fazer é, se ao longo do modo de produção capitalista, foi transcendida, ou não, a divisão sexual do trabalho. Disto desdobra para Federici a centralidade das mulheres no debate teórico e político internacional e a explicitação de “mulher” como categoria analítica legítima. Nos termos da autora: ‘mulher’ é uma categoria de análise legítima, e as atividades associadas à reprodução seguem sendo um terreno de luta fundamental para as mulheres — como eram para o movimento feminista dos anos 1970 — e um nexo de união com a história das bruxas” (FEDERICI, 2017, p.31).

1.2.1 Gênero: Uma Categoria Útil das Relações Internacionais

Uma das categorias centrais dos estudos feministas, seja nas RIs ou em outras áreas diz respeito ao gênero, comumente entendido como um sinônimo de mulheres, mas que apresenta várias facetas. Joan Scott (2019), a quem eu devo o título desta subseção, discorre sobre esse tema abordando como gênero foi uma categoria criada pelas feministas estadunidenses para contrapor as visões de determinismo biológico vigentes, ou seja, a noção de que as desigualdades entre homens e mulheres resultam de comportamentos naturais/biológicos. Surge então a noção de gênero enquanto construção social que incide sobre os papéis atribuídos aos homens e às mulheres ao longo dos anos, portanto, “é uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres” (SCOTT, 2019, p.54, tradução nossa).

Cabe destacar que, à luz dos estudos e do método de Marx, uma categoria expõe e explica o real tal qual ele é, se organiza e consolida as mediações estruturantes da vida concreta.

A projeção do real ao reflexivo, assentada na mediação de primeira ordem entre o capital e o trabalho, se de capitalismo se trata, explícita, no percurso das indagações a forma como se organiza o pensamento em meio a um todo caótico. Então, ao invés do uso polissêmico de conceitos cujos sentidos não engendram a substância analítica das explicações, uma categoria referência, em si mesmo, um posicionamento, engajamento, aproximação ao tema abordado. Nesse sentido, gênero é entendido neste trabalho como categoria estruturante dentro da teoria feminista. José Paulo Netto (2011), ao resgatar a importância do estudo do método em Marx, reforça:

As categorias, diz ele [MARX] “exprimem (...) formas de modo de ser, determinações de existência, frequentemente aspectos isolados de uma sociedade determinada” – ou seja: elas são objetivas, reais (pertencem à ordem do ser – são ontológicas); mediante movimentos intelectivos (basicamente mediante a abstração), o pesquisador as reproduz teoricamente (e, assim, também pertencem à ordem do pensamento – são categorias reflexivas). Por isso mesmo, tanto real quanto teoricamente, as categorias são históricas e transitórias: as categorias próprias da sociedade burguesa só têm validade plena no seu marco (um exemplo: trabalho assalariado. (NETTO, 2011, p.46)

Ao reivindicar gênero enquanto uma categoria de análise, é fundamental, no bojo das desigualdades estruturantes do capitalismo, explicitar que a mesma enraíza-se nas relações hierárquicas desiguais e violentas que definem os sentidos de se ser e sentir como homens e mulheres. Scott traduz essa categoria como “uma forma primeira de significar as relações de poder” e “um meio de decodificar e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 2019, p.69, tradução nossa).

O termo gênero faz parte das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre homens e mulheres (SCOTT, 2019, p.65, tradução nossa).

Na mesma linha, Runyan e Peterson (2014, p.02, tradução nossa) definem gênero como “comportamentos socialmente aprendidos, desempenhos repetidos e expectativas idealizadas que estão associadas e distinguem entre os papéis de gênero proscritos de masculinidade e feminilidade”. E em continuidade, Zalewski (1995, p.341, tradução nossa) posiciona gênero como “categorias culturalmente e socialmente construídas de masculinidade e feminilidade”.

Em *Manly States* (2001) Charlotte Hooper argumenta que as identidades de gênero não são uma construção fixa e imutável, mas uma categoria formada por processos abertos e múltiplos. O discurso biológico das relações homem/mulher vem do Ocidente, que deu muita ênfase ao corpo feminino como cerne da identidade das mulheres, e as análises de gênero

surgiram como um questionamento a esse tipo de discurso. Ainda, seria contraproducente estabelecer que gênero é uma categoria universal e estática, uma vez que ela se modifica de acordo com o tempo-espaço.

Marcela Lagarde (2005, p.36, tradução nossa), por sua vez, trata a realidade das mulheres como uma na qual somos impedidas de agir enquanto sujeitos sociais, privadas de liberdade e, portanto, eternamente presas em cativeiros, “todas as mulheres são cativas pelo simples fato de serem mulheres no mundo patriarcal”. Em sua concepção, a liberdade é uma construção hegemônica em que homens, burgueses, heterossexuais e cristãos são privilegiados enquanto as mulheres foram relegadas a uma “condição genérica” na sociedade, impedindo-as de se firmarem enquanto sujeitos, “para uma mulher, ser mulher não passa pela consciência. É preciso construir uma vontade política e teórica, para historicizar o que nos constitui por 'natureza'.” (LAGARDE, 2005, p.25, tradução nossa).

Dessa forma, a condição feminina é histórica, compartilhada por todas as mulheres a partir do gênero, porém diferentes em relação a outras formas de opressão.

A situação das mulheres é o conjunto de características que as mulheres têm a partir de sua condição de gênero em determinadas circunstâncias históricas. A situação expressa a existência concreta de determinadas mulheres a partir de suas reais condições de vida: a formação social em que cada uma nasce, vive e morre, as relações de produção-reprodução e com ela a classe, o grupo de classe, o tipo de trabalho ou atividade vital, padrão de vida e acesso a bens materiais e simbólicos, língua, religião, conhecimento, definições políticas, faixa etária, relações com outras mulheres, com homens e com o poder, assim como preferências eróticas, costumes, tradições próprias e subjetividade pessoal (LAGARDE, 2005, p.33-34, tradução nossa).

Apesar de considerar as diferentes condições nas mulheres na sociedade, Lagarde (2005) assevera que existem poucas as formas de ser mulher, uma vez que a privação de liberdade nos impede de atingir outros níveis:

São poucas e reduzidas as formas de ser mulher. A sociedade é definida de tal forma que as mulheres são canalizadas e estimuladas em torno de um pequeno número de opções culturais dominantes, que compõem modos de vida particulares. Esses grupos e esses modos de vida se caracterizam por serem especializações sociais e culturais da mulher, e se configuram em torno de algumas das características substantivas da condição da mulher. (LAGARDE, 2005, p.38, tradução nossa).

É importante notar que a autora apresenta a situação das mulheres enquanto condicionadas ao patriarcado e às classes sociais, “nascer mulher implica um futuro predeterminado, e nascer em uma classe específica, no mundo agrário ou urbano, em uma certa tradição religiosa e viver em um mundo analfabeto ou alfabetizado, tem um enorme passo na

definição de mulher” (LAGARDE, 2005, p.51, tradução nossa). No entanto, fica nítido em sua abordagem a falta da questão da raça e de como ela também está historicamente entrelaçada ao gênero.

Sobre essa questão Oyèrónke Oyewùmí (1997) analisou o caráter universalista que foi dado à categoria gênero. A noção de que mulheres são automaticamente inferiores aos homens ou que existam papéis específicos que ambos são obrigados a cumprir em sociedade vem de uma lógica ocidental que inferiorizou aqueles considerados diferentes, sendo considerados meros corpos que não pensam e, por isso, agem por instinto, e se utilizou dessa posição para privilegiar e hierarquizar homens brancos enquanto seres pensantes. Em outras regiões, e aqui a autora utiliza o continente africano¹⁶ para fazer sua análise, esse sistema de gênero foi imposto, em suma, pela Europa através da colonização, e quebrou com os sistemas anteriores em que as mulheres eram eixos fundamentais da sociedade.

Por isso, é preciso tomar cuidado com as análises que tratam gênero com um caráter universalista, partindo da noção de que as formas de opressão contra as mulheres existem e são iguais em todas as sociedades

Não apenas as mulheres não compartilham as mesmas experiências ou interesses como resultado de suas múltiplas identidades derivadas de suas diferentes localizações sociais no mundo, mas também os contextos sociopolíticos, culturais e históricos em que as mulheres vivem variam significativamente, exigindo estratégias variadas para a mudança social (RUNYAN; PETERSON, 2014, p.16, tradução nossa).

O que podemos considerar a partir desses apontamentos é que nós, mulheres, não somos um grupo homogêneo e, portanto, não sofremos as mesmas formas e intensidades de opressão, ainda que todas estejamos sob a lógica violenta da opressão e superexploração, o patriarcado. No entanto, a tentativa de padronizar o ser feminino é recorrente nos debates feministas. Essa, no entanto, é uma visão recorrente a qual Chandra Mohanty se debruçará em *Under Western Eyes* [Sob os Olhos Ocidentais] (1988) para questionar a posição das mulheres do Terceiro Mundo. De acordo com Mohanty (1988), essas mulheres são consideradas um grupo apolítico, sem poderes, constituídas apenas enquanto vítimas do sistema cultural, “ignorantes, pobres,

¹⁶ Apesar de não ser o foco deste trabalho, cabe aqui citar a importância das teóricas feministas africanas para uma compreensão mais completa das análises de gênero. Além de Oyewùmí (1997; 2002), Mekgwe (2007), Landaluze e Espel (2014), Omolara Ogundipe-Leslie (1987), entre outras, questionaram a ênfase da universalidade da categoria de gênero e voltaram-se para uma compreensão africana das relações entre homens e mulheres, entendendo-as, principalmente, a partir do foco na raça e em outros tipos de opressão como a escravidão, o racismo e o colonialismo.

sem educação, limitadas pelas tradições religiosas, doméstica, restringida à família, vítimas” (MOHANTY, 1988, p.61, tradução nossa).

Dessa forma, noções como esta reforçam visões binárias sobre quem tem ou não poder, o opressor e o oprimido, quem subordina e quem é subordinado, transformando as mulheres em “uma categoria estável de análise que assume uma unidade universal ahistórica entre mulheres baseado na noção generalizada de sua subordinação” (MOHANTY, 1988, p.72, tradução nossa).

Raquel Gutiérrez Aguilar (2014) também questiona o universalismo, mas considera esse um produto da modernidade capitalista na qual o universal - masculino, branco, dominante e capitalista - é a tendência da humanidade. Para a autora, a modernidade significa a destruição do comum e se baseia em formas de exploração e de opressão que estabelecem hierarquias e divisões, sustentadas pela acumulação de capital, como podemos ver em suas palavras:

Considero, então, a modernidade capitalista como o processo tendencialmente global de enclausuramento, assédio e destruição do comum em suas múltiplas formas de existência concreta e é a partir daí, a partir dos espaços-tempos femininos, que a ordem moderna de exploração-opressão se torna inteligível para mim não apenas como capitalista, mas também como masculina (AGUILAR, 2014, p.88, tradução nossa).

Em continuidade, Aguilar (2014) afirma que essa forma de modernidade centralizada no masculino é fruto da expansão europeia, na qual o homem é a representação do ser humano, e foi responsável por uma série de invisibilizações, não somente das mulheres, mas também de homens que não se enquadrassem no padrão branco europeu. É essa ordem masculina, branca e capitalista que transformou, por exemplo, o trabalho feminino, em especial o trabalho reprodutivo – ou seja, aquele ligado não somente à reprodução de novas vidas, mas também relacionado a atividades de cuidado em geral – em uma atividade secundária, ignorada e invisibilizada¹⁷:

Ou seja, é na ordem masculina e moderna do capital —do valor sendo valorizado na produção incessante de mercadorias, que ao mesmo tempo ignora as atividades de reprodução embora imponha a produção da força de trabalho como mercadoria— onde tudo relacionado à produção do comum e com a reprodução da espécie se estabelece como secundária e é registrada como ausência, como falta; onde um conjunto de atividades valiosas e essenciais, geralmente consideradas femininas, são negadas e escondidas para subjugar-las repetidamente (AGUILAR, 2014, p.88, tradução nossa).

¹⁷ Apesar de apresentar este assunto já no primeiro capítulo, ele será melhor explorado no segundo capítulo, o qual destina-se especificamente a tratar das questões de trabalho produtivo e reprodutivo.

Pesquisar sobre mulheres, portanto, é uma categoria central para entender a realidade que nos cerca, e é um passo para criarmos relações internacionais mais justas e inclusivas, desde que possamos questionar onde estão *todas* as mulheres.

1.2.2 Mulheres e Relações Internacionais na América Latina: a constituição do outro do outro

O ponto anterior esclarece algumas dúvidas, mas também traz novos questionamentos. Se as relações internacionais foram e ainda são moldadas diante de um viés estadocêntrico, masculino, branco e europeu, precisamos indagar a todo momento de que realidade estamos falando quando nos referimos ao real concreto no espaço-tempo da vida tal qual ocorre. . Quando autoras como Oyewùmí (1997) e Mohanty (1988) se debruçam sobre a visão das mulheres do Terceiro Mundo, como visto anteriormente, elas a fazem para criticar também uma hegemonia dentro dos próprios estudos de mulheres e de gênero, ainda ancorados sob perspectivas ocidentais. É preciso, portanto, que nosso contexto seja conhecido e reconhecido.

Mas ao partirmos da conjuntura das relações internacionais, podemos perceber que a história e o discurso dominante europeu e estadunidense marginalizou qualquer outra perspectiva, minando a possibilidade da própria existência dos povos enquanto tais.

O sociólogo Agustín Cueva (1983, p.41), grande referência no debate crítico latino-americano, reforça que “para a perspectiva do colonizador, todo povo colonizado carece de história” e nossa região foi retratada desde a invasão europeia a partir da destruição de tudo o que aqui existia em prol do que os colonizadores entendiam por civilização. Foi, portanto, uma forma de “ahistoricizar” a América Latina, torná-la tão invisível ao ponto de ser reconhecida somente através da sua invasão.

Essa destruição, no entanto, atendia uma necessidade. O esvaziamento sem precedentes da América era essencial para a acumulação primitiva da Europa o que, segundo Cueva, prejudicou a formação e o desenvolvimento dos Estados latino-americanos. Vejamos,

Se a colonização da América Latina está relacionada com algum movimento fundamental da história, esse movimento é a acumulação primitiva em escala mundial, entendida como um processo que, além de implicar a acumulação sem precedentes em um dos pólos do sistema, supõe necessariamente a desacumulação, também sem precedentes, no outro extremo (CUEVA, 1983, p. 24).

Ou ainda, nas palavras de Eduardo Galeano (2021, p.18) “do descobrimento aos nossos dias atuais, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano”. A América Latina seria, nesse sentido, uma mera serviçal, a qual sua existência está diretamente

relacionada em atender às necessidades dos países centrais, é a região das veias abertas, é o continente que se especializou em perder para a Europa ganhar. Somos os sem cultura e sem história, os impossíveis de se desenvolverem, a barbárie completa, o outro da história compartilhada pelos vencedores, o Calibã ou o canibal que só existem enquanto subservientes ao Próspero¹⁸.

É o que Retamar (2005) pontua como ideologia do inimigo, quando os colonizadores impõem uma visão unificada, estereotipada e degradada aos colonizados. Quem somos enquanto latino-americanos? Qual o espaço que nos foi imposto nas relações internacionais? São algumas perguntas que se cristalizam em torno das heranças coloniais existentes até os dias atuais, que, como sugere Retamar, põem em dúvida a existência do ser e da cultura da América Latina, “el colonizador es quien nos unifica, quien hace ver nuestras similitudes más allá de asesorías diferencias” (RETAMAR, 2005, p.39). Mas como superamos essa etapa? para Retamar a América Latina deve se erguer como resistência através da “nuestra cultura”, definida como “es - y solo puede ser - hija de la revolución, de nuestro multiseular rechazo a todos los colonialismos; nuestra cultura, al igual de toda cultura, requiere como primera condición nuestra propia existencia” (RETAMAR, 2005, p.80).¹⁹

Ao fazermos uma constituição do outro, no entanto, não podemos deixar de analisar algumas características que afetam de diferentes maneiras esses seres sociais. Se no subponto anterior destaquei a “ausência” das mulheres das relações internacionais, levantando também a questão de que mulheres seriam essas, neste é imprescindível aprofundar esse questionamento. Os processos de colonização anteriormente descritos por Cueva, Galeano e

¹⁸ Calibã e Próspero são personagens da peça teatral “A Tempestade”, escrita por Shakespeare entre 1610 e 1611. Na peça, Calibã vive em uma ilha desconhecida com sua mãe, Sycorax, até a chegada de Próspero e sua filha Miranda, nobres que fugiram da corte italiana devido a um golpe de Estado. A presença de pai e filha na ilha configura uma mudança drástica no local e na vida de Calibã, que passa a ser um servo de Próspero, aprendendo, à luz de muita violência, sua língua e seus costumes. Alguns séculos mais tarde, Roberto Retamar (2005) associa A Tempestade com a história da invasão das Américas, com o Calibã representando os povos originários da América Latina e a subjugação que lhe foi imposta pela Europa/Próspero. A narrativa que foi criada pelo invasor é a de que os indígenas aqui presentes eram o outro, o bárbaro, o animal, aquele que deve ser domesticado ou exterminado, tal qual o Calibã em “A Tempestade”. Retamar consegue nos mostrar como Shakespeare criou o personagem do Calibã a imagem e semelhança dos povos caribenhos e dos territórios latino-americanos, no entanto o autor reverte essa imagem para um personagem que se transforma em um símbolo do nosso continente.

¹⁹ Os estudos do Retamar que estão presentes nesta dissertação são resultado dos encontros do grupo de pesquisa Saberes em Movimento, coordenado pela professora Dra. Roberta Traspadini, que teve participação ativa nos últimos anos, mesmo com o enfrentamento das dores atuais pandêmicas. No primeiro semestre de 2021, nos dedicamos inicialmente à obra de Shakespeare, “A Tempestade”, como forma de conhecer o trabalho ao qual Retamar se referia. Posteriormente, passamos para a leitura de Todo Calibán, obra de Retamar que, como explicitado na nota de rodapé anterior, refaz a imagem do famoso personagem de Shakespeare à luz dos povos latino-americanos. Os estudos feitos coletivamente no grupo moldaram nossa concepção crítica quanto ao caráter latino-americanista que nos foi incrustado, exercendo, assim como Retamar fez com o Calibã, uma reconstrução do que conhecemos, percebemos e assimilamos enquanto latino-americanos.

Retamar nos apontam a condição latino-americana tanto como Estados quanto um conjunto de povos subjugados das relações internacionais. O continente que se especializou em perder, como afirmou Galeano, é o continente no qual se intensificaram as trocas desiguais, não somente de mercadorias mas também de produções teóricas (CYPRIANO, 2013).

Quando adentramos no campo dos estudos de mulheres e de gênero, Sonia Montecino (1996) deixa nítida essa desigualdade ao expor como esta produção teórica se iniciou no Primeiro Mundo a partir da década de 1970 para posteriormente chegar na América Latina. Embora esses estudos denunciassem o androcentrismo como força motora da inferiorização das mulheres, não questionava seus próprios preconceitos etnocêntricos, ou seja, a dominação ocidental que, em forma de colonialismo e capitalismo, influenciaram o lugar das mulheres na sociedade. Por esse motivo,

É urgente fazer uma leitura de como em nosso continente as reflexões e modelos teóricos de mulheres e gênero têm sido relidos e reinterpretados a partir de nossa condição mestiça e colonizada. A tarefa que resta a ser feita é fazer a história do campo de produção latino-americano sobre mulheres e gênero e seus próprios processos, suas diferenças e semelhanças com as interpretações do Primeiro Mundo. Por fim, acredito que é preciso fazer a transição de sermos faladas pela teoria (ou pensadas por outros) para falar de nós mesmas com os sincretismos, amálgamas e miscigenações que nos definem. (MONTECINO, 1996, p.34, tradução nossa).

O feminino foi, portanto, retratado pelos colonizadores através de um discurso estereotipado e coisificado, o qual denota “as forças irracionais da natureza, a barbárie, um estado de subordinação ou escravidão, característico do Terceiro Mundo” (STEPHAN, 1992, p.20, tradução nossa). As mulheres do Terceiro Mundo, e aqui dou ênfase às mulheres latino-americanas, seriam então o outro do outro, a Calibã de Shakespeare, a que teve suas terras invadidas e foi escravizada pelos colonos; ou ainda sua mãe, Sycorax, invisibilizada, destituída de qualquer fala ou desejo, perpetuada como a eterna bruxa. Esse ser mulher homogêneo, no entanto, não existe. Como aponta Raquel Aguilar (2014, p.89, tradução nossa) “cada uma de nós é mulher de maneiras tão diferentes que em muitas ocasiões não nos reconhecemos. Somos tremendamente heterogêneos e as relações entre nós até se tornam antagônicas em certos casos”.

Essa heterogeneidade é traduzida por Gloria Anzaldúa (2019) como “la mestiza” latino-americana, quem carrega as tradições e contradições do meio em que vive, sobrevivendo como “um produto da transferência de valores culturais e espirituais de um grupo para outro” (ANZALDÚA, 2019, p.324, tradução nossa). “La mestiza” seria o símbolo do nosso continente, a criação de uma nova consciência através do choque de culturas que ocorreu desde as invasões do final do século XV:

La mestiza tem de se mover constantemente para fora das formações cristalizadas - do hábito; para fora do pensamento convergente, do raciocínio analítico que tende a usar a racionalidade em direção a um objetivo único (modo ocidental); para um pensamento divergente, caracterizado por um movimento que se afasta de padrões e objetivos estabelecidos, rumo a uma perspectiva mais ampla, que inclui em vez de incluir (ANZALDÚA, 2019, p.325, tradução nossa).

Nesse sentido, não existe nada mais desafiador para as relações internacionais do que reverter a nossa imagem e identidade, torná-la comum, superar e transpor essa ideia do outro, nos reconhecer enquanto somos. Nos reconhecer enquanto Calibã é “repensar nuestra historia desde el otro lado, desde el otro protagonista” (RETAMAR, 2005, p.52). Da mesma forma, é reconhecer o feminino e suas mais variadas maneiras de ser, ou, como aponta Anzaldúa:

A resposta para o problema entre a raça branca e a de cor, entre homens e mulheres, reside na cicatrização da divisão que se origina nos próprios fundamentos de nossa vida, nossa cultura, nossas línguas, nossos pensamentos. Extirpar de forma massiva qualquer pensamento dualista no indivíduo e na consciência coletiva representa o início de uma longa luta, que poderá, com a melhor das esperanças, trazer o fim do estupro, da violência, da guerra” (ANZALDÚA, 2019, p.326, tradução nossa).

Ambas as abordagens, no entanto, ainda que constituam relevância teórica para as análises do sistema internacional, se encontram distantes das relações internacionais, sejam minúsculas ou maiúsculas. Embora as teorias do desenvolvimento tenham ganhado um espaço dentro dos estudos de economia política internacional, elas se deram muito mais através de teorias como a do sistema-mundo, distanciando-se do debate latino-americano em torno da dependência e de seu caráter crítico por meio da TMD. A questão feminina, porém, esteve marginalizada em todos esses espaços. Retomando o argumento de Locher (1998) de que a desigualdade de gênero condiciona e é condicionada pelas relações internacionais, podemos ir além e afirmar que a desigualdade de gênero condiciona e é condicionada, seja em maior ou menor grau, em todos os âmbitos de nossas vidas. O que vai ser diferente é a forma como isso vai ocorrer pois, como vimos anteriormente, gênero não é o único parâmetro de exploração.

No entanto, um aspecto que é central em cada um dos itens é o trabalho. Seja no desenvolvimento e suas perspectivas críticas, seja nos estudos de mulheres e gênero, o trabalho realizado por homens e mulheres assume um caráter decisivo na sociedade que, na visão de Cynthia Enloe (2014), também é decisivo internacionalmente. No que tange à América Latina, seu papel enquanto continente dependente também se estende às pessoas aqui presentes, incidindo de maneira desigual sobre homens e mulheres.

2 A DIVISÃO INTERNACIONAL E SEXUAL DO TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE O DEBATE

Como vimos no capítulo anterior, a história dos estudos de mulheres se entrelaça com os estudos de desenvolvimento e das RIs, ainda que não seja um ponto central em ambas as áreas. Se no Capítulo Um o objetivo foi relacionar as três temáticas, buscando entender não somente como elas se constroem individualmente, mas também como se complementam; neste capítulo, adentramos na particularidade que consideramos fundamental aos estudos anteriormente mencionados: a divisão internacional e sexual do trabalho.

A história da divisão sexual do trabalho, embora invisibilizada, representa os pilares da nossa história, ou seja, de onde viemos e para onde vamos. Isso significa que refletir e teorizar sobre qualquer evento, especialmente aqueles relacionados às relações entre homens e mulheres, perpassam pela questão do trabalho. Alexandra Kollontai (1976) retrata sobre esse assunto a partir da realidade das mulheres ao longo da história. Segundo a autora, "a situação da mulher é sempre o resultado das tarefas de trabalho que lhes são atribuídas na fase eventual do desenvolvimento de um sistema econômico (KOLLONTAI, 1976, p.02, tradução nossa). Nesse sentido, é possível dizer que as posições dicotômicas entre homens e mulheres vão além do determinismo biológico, e se centram nas relações de trabalho.

A atual falta de direitos, sua privação de independência, seus direitos limitados na família e na sociedade de nenhuma maneira se explicam por propriedades congênicas especificamente femininas. Nem tampouco se esclarecem com o argumento de que a mulher é menos inteligente do que o homem. Não, a situação de privação de direitos, a dependência da mulher, a falta de igualdade não se explica por nenhuma propriedade natural, mas por causa da natureza do trabalho atribuído a ela em uma determinada sociedade" (KOLLONTAI, 1976, p.02, tradução nossa).

O que Kollontai nos mostra é que houve uma desvalorização do trabalho feminino, mas que esta não se explica por determinações biológicas, e sim pelas relações de trabalho que foram modificadas pelo capitalismo. Para a autora, a divisão sexual do trabalho sempre existiu, porém foi através da introdução da propriedade privada que as mulheres perderam sua importância econômica, sendo relegadas ao trabalho, agora inferiorizado, de reprodução da vida e de cuidados, enquanto desapareciam, em parte, do trabalho produtivo.

Este capítulo tem por finalidade fazer uma construção teórica a respeito da divisão internacional e sexual do trabalho, utilizando o sistema capitalista e sua incidência sobre as mulheres como plano estruturante. Nas subseções a seguir será feita uma linha histórica do debate a partir dos estudos de Olympe de Gouges (2019), Mary Wollstonecraft (2016) e Nísia

Floresta (2016), com o intuito de enfatizar a posição do trabalho feminino nos âmbitos privados e públicos a partir do século XVIII. Lélia Gonzalez (2020a, 2020b), por sua vez, surge como uma posição crítica aos estudos dessas formas de trabalho, trazendo para o debate a questão racial. Enquanto isso, Alexandra Kollontai (1976, 1978), Flora Tristán (2015) e Engels (2019) aparecem para desvendar a posição de classe existente na divisão internacional e sexual do trabalho. Vânia Bambirra (1971, 1972, 1975), por sua vez, é a referência em torno do trabalho feminino no capitalismo dependente.

No mais, conceitos como os de trabalho produtivo e trabalho reprodutivo são apresentados para revelar a relação entre mulheres x trabalho e como ela resulta na dupla jornada de trabalho feminina. Por essa razão, a pergunta geradora que apoia este capítulo é **o que fomenta o debate da divisão internacional e sexual do trabalho no sistema capitalista e como ele se insere na perspectiva da Teoria Marxista da Dependência?**

2.1 DE OLYMPE DE GOUGES A FLORA TRISTÁN: BREVES CONSTRUÇÕES TEÓRICAS SOBRE TRABALHO FEMININO NO SÉCULO XIX

Ainda que seja um assunto que ganhou maior notoriedade atualmente a partir de estudos como os de Silvia Federici em *O Calibã e a Bruxa* (2017), *O Ponto Zero da Revolução* (2019) e *O Patriarcado do Salário* (2021); os questionamentos, em especial de mulheres, sobre a divisão sexual do trabalho não são recentes²⁰. Se traçarmos uma linha histórica, podemos voltar a Cristina de Pisano (1363-1430), Marie de Gournay (1565-1645), Juana Inés de la Cruz (1651-1695), dentre outras que, aos seus modos e dentro de seus contextos, denunciavam a desigualdade entre homens e mulheres especialmente no sentido de lhes serem negados alguns direitos, como por exemplo o de acesso à educação e, conseqüentemente, ao trabalho organizado fora de casa. Nesta seção focamos em quatro mulheres, Olympe de Gouges, Mary Wollstonecraft, Nísia Floresta e Flora Tristán, que dentre seus modos e contextos fomentaram o debate sobre o trabalho feminino entre os séculos XVIII e XIX.

Em 1791, Marie Gouze, mais conhecida pelo pseudônimo de Olympe de Gouges, escreveu o que viria a ser uma grande crítica à Declaração Universal do Homem e do Cidadão

²⁰ Alguns estudos relevantes no tema: Elisabeth Souza-Lobo (2021), Heleieth Saffioti (2013), Silvia Federici (2019), Cynthia Enloe (2014), Anne Sisson Runyan e V. Spike Peterson (2014), Vânia Bambirra (1971; 1972), Alexandra Kollontai (1976), Angela Davis (2016) e Lélia Gonzalez (2020).

de 1989. Indignada com o caráter masculino da Declaração e seu consequente esquecimento das mulheres, Gouges (2019) não somente questionou a quem era direcionado os direitos instaurados pela Revolução Francesa, como também escreveu e publicou uma nova declaração, a ser considerada mais justa do que a anterior – a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. Gouges portanto, escreveu:

Homem, você é capaz de ser justo? É uma mulher que lhe faz a pergunta – você não despojará desse direito, pelo menos. Diga-me, **quem lhe deu o poder soberano para oprimir meu sexo?** A sua força? Os seus talentos? Observe o criador em sua sabedoria, percorra a natureza em toda a sua grandeza, da qual você parece querer aproximar-se, e dê-me, se você ousa, o exemplo desse império tirânico. Retorne aos animais, consulte os elementos, estude os vegetais, enfim, olhe todas as modificações da matéria organizada (...) procure, pesquise e distinga, se você puder, os sexos na administração da natureza. Em toda parte, você encontrará os sexos confundidos, em toda parte eles cooperam com um conjunto harmonioso para essa obra prima imortal. Somente o homem costurou para si um princípio dessa exceção. Estranho, cego, inflado de ciências e degenerado neste século de luzes e de sagacidade, na ignorância mais abjeta, **ele quer comandar como um déspota sobre um sexo que recebeu todas as faculdades intelectuais. Ele pretende usufruir da Revolução e reivindicar seus direitos à igualdade, para nada mais dizer** (GOUGES, 2019, p.256, grifo nosso).

Em 17 artigos, essa nova Declaração tinha por objetivo clamar por direitos iguais entre homens e mulheres, enfatizando que o sexo feminino foi tratado por inferior e por isso esquecido das reivindicações da Revolução Francesa²¹, porém não haveria nenhuma evidência natural para tal ato. Gouges questionou a exclusão das mulheres da vida pública, o que impossibilitou seus reconhecimentos enquanto cidadãs, e reforçou a igualdade entre os sexos através do acesso das mulheres à propriedade privada, à participação política, à liberdade e à justiça, bem como na distribuição de funções públicas, como podemos perceber abaixo:

Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração, as contribuições da mulher e do homem são iguais. Ela deve contribuir com todos os impostos e em todas as tarefas penosas. Ela deve então ter a mesma participação na distribuição dos cargos, dos empregos, das funções públicas, das honrarias e da indústria (GOUGES, 2019, p.260).

²¹ “Mulher, acorde! O toque de alarme da razão faz-se ouvir em todo o universo. Reconheça os seus direitos! O poderoso império da natureza não está mais cercado de preconceitos, de fanatismo, de superstição e de mentiras. A tocha da verdade dissipou todas as nuvens da tolice e da usurpação. Ao multiplicar suas forças, o homem escravo precisou recorrer às forças da mulher, para quebrar as correntes que o prendiam. Tornando-se livre, ele se tornou injusto com a sua companheira. Ó mulheres! Mulheres, quando deixarão de ser cegas? Quais são as vantagens que vocês obtiveram na Revolução? Um desprezo mais marcado, um desdém mais assinalado. Durante séculos de corrupção, vocês só reinaram sobre a fraqueza dos homens. O poder que pertencia a vocês está destruído; então o que lhes resta? A convicção das injustiças do homem.” (GOUGES, 2019, p.261).

Seguindo a mesma linha, um ano mais tarde, na Inglaterra, Mary Wollstonecraft publicou *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, que viria a se tornar um marco na luta por direitos iguais entre homens e mulheres na Europa (MORAES, 2016). Ao longo do livro a autora retrata as dificuldades das mulheres em viver em uma sociedade desenvolvida em torno das aptidões físicas ao mesmo tempo que negligenciava suas aptidões mentais, o que teria favorecido a primazia masculina. Não somente Wollstonecraft critica esse modelo de sociedade como também denuncia a realidade feminina proveniente dela, cujas mulheres são tratadas de maneira inferior por não possuírem os mesmos direitos que foram dados aos homens, como podemos ver adiante em suas palavras:

Lamento ver-me obrigada a confessar que ou a natureza estabeleceu grande diferença entre um homem e outro, ou a civilização que até agora conhecemos tem sido muito parcial. (...) [Há para mim] uma profunda convicção de que a educação negligenciada de meus semelhantes é a principal causa da miséria que deploro e de que as mulheres, em particular, são tornadas fracas e infelizes por uma variedade de causas concomitantes, originadas de uma conclusão precipitada. A conduta e as maneiras das mulheres são, de fato, a prova evidente de que a mente delas não se encontra em um estado sadio (...). O entendimento do sexo feminino tem sido tão distorcido por essa homenagem ilusória que as mulheres civilizadas de nosso século, com raras exceções, anseiam apenas inspirar amor, quando deveriam nutrir uma ambição mais nobre e exigir respeito por suas capacidades e virtudes (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.25).

Com o enfoque na educação feminina, Mary Wollstonecraft não nega que há uma superioridade masculina no que diz respeito às questões físicas, “No ordenamento do mundo físico, observa-se que a fêmea, sob o ponto de vista da força, é, em geral, inferior ao macho. Essa é a lei da natureza – e não parece que possa ser suspensa nem revogada a favor da mulher”, mas esta não pode ser uma prerrogativa para uma inferiorização das faculdades mentais femininas, não justificando, portanto, sua falta de acesso à educação e outros direitos. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.26).

A razão das mulheres, segundo Wollstonecraft, é um passo para torná-las menos dependentes dos aspectos societários que as inferiorizam. No entanto, seu papel de dona de casa é amplamente reforçado enquanto uma necessidade para a formação familiar. É a razão feminina que tornaria os lares mais justos e igualitários e proporcionaria a criação de famílias mais ideais. Mas de quais mulheres Mary Wollstonecraft está se referindo? Vejamos o trecho abaixo:

Para se tornarem virtuosas, as mulheres pobres devem trabalhar, e as mulheres de classe média, caso tivessem outra preocupação que não copiar a moda da nobreza, poderiam empregá-las, enquanto elas mesmas se ocupariam da família,

instruindo os filhos e exercitando a própria mente. A jardinagem, a filosofia experimental e a literatura lhes proporcionariam assuntos para pensar e matéria para conversação que de alguma forma exercitariam seu entendimento (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.102-103).

A separação que a autora faz entre as mulheres pobres, de classe média e de classe alta é em relação ao tipo de trabalho que cada uma se destina. Utilizando-se do exemplo da costura, Wollstonecraft afirma que o trabalho feminino das classes pobres está relacionado às suas obrigações familiares como a de costurar as roupas de maridos e filhos. Já na classe média as mulheres somente costuravam para si, visto que os homens designavam essa tarefa a pessoas externas, e esse trabalho feminino as deixavam frívolas por não se dedicarem a outras atividades que não a si mesmas. As mulheres da classe alta, no entanto, não precisavam trabalhar e podiam se empenhar, portanto, em melhorar seu grau de instrução, acompanhando os homens de sua classe:

As mulheres ricas raras vezes fazem qualquer parte manual de suas roupas; em consequência, apenas seu bom gosto é testado e, assim, por encarar os adereços como uma coisa natural, elas adquirem aquela elegância que raramente aparece no porte das mulheres que se vestem somente pelo ato de fazê-lo. De fato, a observação sobre a classe média, na qual os talentos se desenvolvem melhor, não se estende às mulheres, porque as de classe superior, ao obter pelo menos uma noção superficial de literatura e conversar mais com os homens sobre temas gerais, adquirem mais conhecimentos do que as mulheres que copiam sua moda e seus defeitos sem compartilhar de seus benefícios. No que diz respeito à virtude, para usar a palavra no sentido pleno, eu a tenho visto mais na classe baixa. Muitas mulheres pobres sustentam os filhos com o suor de sua fronte e mantêm unida a família que os vícios dos pais teriam dispersado; mas as mulheres nobres são indolentes demais para ser ativamente virtuosas, e são mais refreadas do que refinadas pela civilização (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 102-103).

É curioso notar que essa associação de Wollstonecraft entre trabalho e virtude recai sobre as mulheres pobres não somente como uma necessidade da classe, mas das próprias mulheres. Ainda que não discorra sobre esse tema extensivamente nem o defina categoricamente, como ainda será feito neste capítulo, Wollstonecraft está atribuindo ao trabalho, e em especial o trabalho feminino, uma função essencial. Diferentemente de Olympe de Gouges, que em seu contexto de Revolução Francesa estava reivindicando o direito e, portanto, a liberdade, de trabalhar fora de casa, Wollstonecraft reforçou o trabalho feminino dentro de casa. Ao se dedicarem a atividades variadas e com funções familiares as mulheres estariam se libertando da frivolidade e da degradação que as acometem, desde que também possuíssem acesso à educação, pois sem ela “elas são tornadas incapazes de cumprir os deveres particulares que a natureza lhes atribuiu” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.214).

Se as mulheres não possuíam virtude e por isso eram tratadas de maneira inferior aos

homens era devido à falta de instrução e não por um fator biológico. Wollstonecraft acredita que somente uma REVOLUÇÃO - assim mesmo, em letras maiúsculas - dos modos femininos seria capaz de provocar uma mudança:

Acredito ser indiscutível que as mulheres atualmente são tornadas tolas ou viciosas pela ignorância; e parece surgir da observação, pelo menos com uma aparente probabilidade, que os mais salutareos efeitos que tendem a aperfeiçoar a humanidade poderiam ser esperados de uma REVOLUÇÃO nos modos femininos (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.67).

O poder creditado à educação é tão importante para a evolução feminina, de acordo com Wollstonecraft, que a autora conclui sua obra da seguinte maneira:

Afirmando os direitos pelos quais as mulheres, juntamente com os homens, devem lutar, não tentei atenuar suas faltas, mas provar que elas são a consequência natural de sua educação e sua posição na sociedade. Assim, é razoável supor que mudarão seu caráter e corrigirão seus vícios e sua insensatez quando a elas for permitido ser livres no sentido físico, moral e civil. (...) que a mulher compartilhe dos direitos, e ela irá emular as virtudes do homem, pois se aperfeiçoará quando emancipada; caso contrário, que se justifique a autoridade que escraviza um ser tão frágil a seu dever (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.243-244).

Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft abriram espaço para questionar o sistema desigual em que viviam, indagando sobre a forma na qual as mulheres foram tratadas ao longo dos séculos, sujeitas a invisibilizações e exclusões, e como isso incidia sobre diversas partes da vida feminina. Gouges trazia consigo a efervescência da Revolução Francesa, seja em ensaios ou nas peças produzidas por ela²², e criticava tanto o Antigo Regime quanto o novo país que ali se formava pela falta de direitos das mulheres em ambos os casos. Wollstonecraft, por sua vez, acompanhava da Inglaterra as mudanças incertas do país vizinho, reconhecendo as dificuldades de sua realidade local. Ambas enxergavam o poder de degradação imposto às mulheres e clamavam pela mudança.

²² Apesar de A Declaração dos Direitos da Mulher ser a sua produção mais famosa, Olympe de Gouges produzia desde a década de 1780 ensaios e peças sobre a realidade francesa da época. Com seus ideais muito bem definidos, Gouges escreveu uma peça sobre a escravidão negra, *L'Esclavage des noirs* (A Escravidão dos Negros), em que denunciava as violências sofridas pela população negra africana escravizada, porém considerava que os nativos africanos eram tanto vítimas do colonialismo francês quanto se beneficiavam dele. Do mesmo modo crítico e mais pessoal, escreveu também *The Mémoire de Madame de Valmont*, que conta a história de uma filha em busca do reconhecimento de sua paternidade por um aristocrata francês, condenando o abandono paterno, o papel do Estado em negligenciar as mulheres que foram desamparadas e clamando por políticas para resolver a situação. O escrito se assemelha a sua vida pessoal, pois assim como a personagem principal Gouges nunca foi reconhecida pelo seu pai, que também era um aristocrata, e sofreu as consequências de ser filha de uma mãe solteira, com um meio-irmão paterno que possuía todos os seus direitos garantidos por lei enquanto ela não possuía nada. Para conhecer mais sobre a vida e produção de Olympe de Gouges ver Sherman (2013) e Rovere (2019). Catel e Bocquet (2014) retratam a vida de Gouges através de um romance gráfico - quadrinhos -, desde o abandono de seu pai até sua morte na guilhotina em 1793.

De maneira um pouco mais comedida do que sua predecessora, Nísia Floresta traz a obra de Wollstonecraft para o Brasil em 1832 em forma de tradução livre, de sua autoria, chamada de *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*. Durante toda a obra Nísia busca provar, assim como estabelece o título, que há uma injustiça na forma em que os homens tratam as mulheres. Injustiça essa que não se explica diante da “utilidade” delas.

Em uma palavra, mostremos-lhes, pelos poucos que fazemos sem o socorro da educação, de quanto seríamos capazes se se nos fizessem justiça. Obriguemo-lo a envergonhar-se de si mesmo, se é possível, a vista de tantas injustiças que praticam conosco, e façamo-los enfim confessar que a menor das mulheres merece um melhor tratamento de sua parte, do que o que hoje prodigalizam a mais digna dentre nós. "Se este sexo altivo quer fazer-nos acreditar que tem sobre nós um direito natural de superioridade, por que não nos prova o privilégio, que para isto recebeu a Natureza, servindo-se de sua razão para se convencerem?" (FLORESTA, 2016, p.115)

Partindo de uma visão utilitarista, em que "todos concordam em respeitar as pessoas à proporção de sua utilidade", Nísia Floresta questiona se as mulheres não seriam mais úteis do que os homens dentro do contexto social que as cerca: "Ora, sendo esta regra aplicável a todas as circunstâncias da vida, por que não devem ter as mulheres, mais que todos, direito à estima pública, contribuindo mais, sem comparação, a seu bem estar?" (p.124-125). Seu argumento central se baseia na noção de que seriam as mulheres a parte primordial para a manutenção da vida, seja no sentido biológico, pois sem elas não haveria vida, literalmente; seja na parte que lhes cabe de cuidados da família e da casa. Se aos homens coube a tarefa de gerar filhos e às mulheres a sua criação, por que este último não foi reconhecido da mesma forma que o primeiro?

É verdade que o emprego de nutrir as crianças nos pertence, assim como a eles unicamente pertence o de gerá-los: se este último lhes dá algum direito à estima e respeito públicos, o primeiro nos deve merecer uma porção igual, pois que o concurso imediato dos dois sexos é tão essencialmente necessário à propagação da espécie humana, que um será absolutamente inútil sem o outro (FLORESTA, 2016, p.123).

Continuando na sua perspectiva de que as mulheres seriam mais úteis do que os homens Nísia ainda comenta:

que direito pois têm eles de nos desprezar e pretender uma superioridade sobre nós, por um exercício que eles partilham igualmente conosco? Todos sabem, nem se pode negar, que os homens olham com desprezo para o emprego de criar filhos e que é isto, às suas vistas, uma função baixa e desprezível; mas se consultassem a Natureza nesta parte, sentiriam sem que fosse preciso dizer-lhe, que não há no Estado Social um emprego que mereça mais honra, confiança e recompensa. Basta atender às vantagens que resultam ao gênero humano para convir-se nisto; **eu não sei se até por esta razão unicamente, as mulheres não mereciam**

o primeiro lugar na sociedade civil. (FLORESTA, 2016, p.124, grifo nosso)

Aqui podemos perceber a importância que a autora dá ao trabalho feminino doméstico, enaltecendo-o enquanto fundamento da sociedade. Em outro momento, Nísia Floresta traz uma colocação que continua bastante atual, se esse trabalho exercido por mulheres deveria ser pago ou não:

Estimam-se e recompensam-se os Soldados, porque combatem para defender os homens feitos, que são tão capazes, e mesmo mais que eles, de se defenderem. Com quanta maior razão não merece o nosso sexo essa estima e recompensa, trabalhando para defender os homens numa idade em que não sabem o que são, não podem distinguir os amigos dos inimigos, e nem têm outra defesa mais, que suas lágrimas? (...) Tais são os generosos ofícios que lhes prestamos; tal é a ingratidão com que nos recompensam (FLORESTA, 2016, p.125).

Ainda que Floresta discorde de tal possibilidade, “eu não pretendo queixar-me de não recebermos recompensa”, ela enfatiza o quão injusto é esse trabalho não possuir reconhecimento por ser considerado simples e trivial aos olhos dos homens, mas que carrega consigo tanta importância. Essa não poderia, por exemplo, ser uma prerrogativa para a superioridade masculina nem significaria dizer que o trabalho doméstico seria a única atividade possível para as mulheres, pois, “por sermos mais capazes que os homens em desempenhar este cargo, não se segue que não possamos também desempenhar outro qualquer” (FLORESTA, 2016, p.126).

Da mesma forma que Wollstonecraft, Nísia Floresta atribuiu à falta de educação, ou de ciência, como diz, a exclusão feminina de outros cargos que estão além da esfera privada. E a única justificativa plausível para não ser permitido o estudo às mulheres era um certo temor de que elas pudessem exceder os homens em qualquer outro cargo. Assim, sem possuírem acesso à educação, as mulheres não possuíam também a oportunidade de assumirem cargos públicos:

É um grande absurdo pretender que as ciências são inúteis às mulheres, pela razão de que elas são excluídas dos cargos públicos, único fim a que os homens se aplicam. A virtude e a felicidade são tão indispensáveis na vida privada, como na pública, e a ciência é um meio necessário para se alcançar uma e outra. (FLORESTA, 2016, p.135)

Mas o que Nísia Floresta afirma é que as mulheres possuíam capacidade e direito para as mesmas atividades que os homens exerciam:

nós temos o mesmo direito que eles, aos empregos públicos: a Natureza nos deu um gênio como a eles, tão capaz de os preencher e nossos corações são tão susceptíveis de virtudes, como nossas cabeças o são de aprender as ciências: nós temos espírito,

força e coragem para defender um País e bastante prudência para governá-los. (FLORESTA, 2016, p.163)

Por fim, distanciando-se da obra original em que Wollstonecraft evoca a necessidade de uma revolução dos modos femininos, Nísia Floresta esquiva-se de qualquer mudança na realidade em que vivia. Com “fiquem as coisas no seu mesmo estado”, Nísia se assegura de que a intenção do livro era de trazer conhecimento a respeito das injustiças dos homens sobre as mulheres, mas sem requerer que houvesse uma transformação da ordem muito menos incitação de revolta. As várias declarações anteriores de haver uma certa maior utilidade feminina nos eixos sociais são deixadas de lado para passagens como “sem procurarmos elevar-nos e engrandecer-nos” (FLORESTA, 2016, p.161-164).

Apesar disso, Nísia reforça que é preciso fazer os homens entenderem que as mulheres são tratadas de maneira injusta por eles:

façamos ver que merecemos dos homens tanta parte de usa estima, quanto arrogam a si além de nós. Em uma palavra, mostremos-lhes, pelos poucos que fazemos sem o socorro da educação, de quanto seríamos capazes se se nos fizessem justiça. Obriguemo-lo a envergonhar-se de si mesmo, se é possível, a vista de tantas injustiças que praticam conosco, e façamo-los enfim confessar que a menor das mulheres merece um melhor tratamento de sua parte, do que o que hoje prodigalizam a mais digna dentre nós. (FLORESTA, 2016, p.164)

Os estudos realizados por essas três mulheres – Olympe de Gouges, Mary Wollstonecraft e Nísia Floresta – expõem o início do pensamento político e teórico em torno dos direitos femininos. Ainda que de maneira incipiente, as três autoras discutem sobre o trabalho realizado pelas mulheres e como ele sempre esteve voltado para o ambiente doméstico, ainda que as capacidades femininas estivessem para além dele. Nesse sentido, é possível perceber dois pontos: 1) o anseio, especialmente por parte de Olympe de Gouges, por oportunidades de trabalho na esfera pública, no qual as mulheres pudessem exercer atividades similares aos homens e, ainda mais importante, de maneira remunerada. Esse ponto demonstra a proximidade com o que cerca de um século mais tarde se tornaria parte essencial do pensamento feminista – a busca pela igualdade de direitos entre homens e mulheres; e 2) O reconhecimento do trabalho doméstico enquanto uma atividade de responsabilidade feminina, mas não inferiorizante, pois seria essencial para o estabelecimento da vida em sociedade.

No entanto, os estudos construídos pelas autoras também são passíveis de alguns questionamentos pertinentes. Entendendo a realidade de cada uma delas, não é possível deixar passar despercebido que mesmo naquela época já havia a existência de múltiplas mulheres em suas múltiplas vivências e realidades. Como os estudos de Angela Davis (2016) e Lélia

Gonzalez (2020a, 2020b) nos revelam anos mais tarde, não havia a possibilidade de pensar em uma igualdade de homens e mulheres diante de um contexto de escravidão da população negra nas Américas. As mulheres brancas lutavam e exigiam direitos iguais aos homens brancos, enquanto homens e mulheres negras jaziam aos montes ao longo de anos de trabalho escravo. Também era uma realidade diferente das populações indígenas que aqui sempre viveram.

Talvez seria muito exigir que Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft abordassem com afincos sobre uma questão tão distante de seus contextos. Nísia Floresta, por outro lado, estava inserida naquela realidade e trouxe em suas obras perspectivas abolicionistas, ainda que na visão do branco enquanto salvador do povo negro (FLORESTA, 2016). Mais de dois séculos depois nos cabe, no entanto, refletir sobre quem eram essas mulheres que buscavam igualdade e que tipo de igualdade era essa. Nos cabe, da mesma forma que diversas mulheres antes de nós que ergueram suas vozes para denunciar a maneira como eram tratadas na sociedade, reconhecer os limites dessas análises e questionar a quem elas se destinam. É preciso se atentar quando Lélia Gonzalez argumenta que “a libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra” (2020a, p.43). Isso significa dizer que o acesso à educação, tão primordial para que mulheres brancas pudessem realizar o trabalho tanto na esfera privada quanto pública, não se estendia às mulheres negras. Essas, no entanto, eram responsáveis pelas tarefas domésticas nas casas de suas senhoras, da mesma forma que exerciam o trabalho braçal nas plantações de alimentos na América Latina.

Essa dualidade está presente não somente de maneira acadêmica nas obras de autoras negras do século XX e XXI, mas também na literatura da época. Maria Firmina dos Reis (1822-1917), foi uma escritora negra brasileira e abolicionista que trouxe em suas obras o questionamento dos regimes escravocratas bem como da posição da mulher na sociedade. Em “A Escrava”, a autora retrata a dor de uma mãe negra que teve seus filhos vendidos e levados para o Rio de Janeiro, escancarando a barbárie da sociedade escravocrata da época, como é possível perceber no seguinte trecho:

— Não sabe, minha senhora, eu morro, sem ver mais meus filhos! Meu senhor os vendeu... eram tão pequenos... eram gêmeos. Carlos, Urbano...Tenho a vista tão fraca... é a morte que chega. Não tenho pena de morrer, tenho pena de deixar meus filhos... meus pobres filhos!... Aqueles que me arrancaram destes braços... Este que também é escravo! (...) Um homem apeou-se à porta do Engenho, onde juntos trabalhavam meus pobres filhos – era um traficante de carne humana. Ente abjeto, e sem coração! Homem a quem as lágrimas de uma mãe não podem comover, nem comovem os soluços do inocente (REIS, 2018, p.171-173).

Do mesmo modo podemos notar as inclinações abolicionistas que surgem no trecho a seguir:

Por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é, e será sempre um grande mal. Dela a decadência do comércio; porque o comércio e a lavoura caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura; porque o seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro; o seu trabalho não é indenizado; ainda dela nos vem o opróbrio, a vergonha; porque de frente ativa e desassombrada não podemos encarar as nações livres (REIS, 2018, p.164).

Além da questão de raça, outro aspecto se torna relevante e que foi retratado naquela época pela Flora Tristán: a luta de classes. Contemporânea de Marx e Engels, Tristán não teve o espaço político e acadêmico dos autores citados, nem mesmo citação de suas obras nos crescentes estudos da época, mas a autora foi responsável por tecer críticas e buscar ampliar o escopo de atuação ao inserir a perspectiva feminina na luta de classes. Diferentemente de Gouges, Wollstonecraft e Floresta, Flora Tristán concentra suas análises na causa operária e nas mulheres que fazem parte dela, reconhecendo a importância da luta feminina para a emancipação operária.

Mulheres, a UNIÃO OPERÁRIA volta o olhar a vocês. – Ela compreendeu que não poderia ter auxiliares mais dedicados, mais inteligentes, mais poderosos do que vocês. (...) Oprimidas pelas leis, pelos preconceitos, UNAM-SE aos oprimidos e por meio desta legitimidade e santa aliança, poderemos lutar igualmente, lealmente, contra as leis e os preconceitos que nos oprimem (TRISTÁN, 2015, p.150).

Em União Operária, Flora Tristán constrói a narrativa de que uma luta não está dissociada da outra pois ambas retratam a marginalização de parte considerável da população e somente sua união seria capaz de fazê-los/as sair da condição de miséria que os/as atingem.

Até o momento a mulher não contou para nada nas sociedades humanas. – Do que isto resulta? Que o padre, o legislador, o filósofo a trataram como uma verdadeira pária. A mulher (é a metade da humanidade) foi colocada fora da Igreja, fora da lei, fora da sociedade. (...) Entretanto, o que nos dá esperança para que possamos questionar este julgamento, é que também durante seis mil anos os sábios dos sábios emitiram um juízo não menos terrível sobre outra raça da humanidade: os PROLETÁRIOS (TRISTÁN, 2015, p.110-112).

Ao unir a luta feminina à causa operária, Tristán propõe dois pontos: o estabelecimento de um 01) Palácio da União Operária e da 02) igualdade absoluta entre homens e mulheres. O Palácio da União Operária eram dispostos como espaços feitos por e para os operários e as operárias, de modo a garantir-lhes um local de apoio aos idosos e doentes, de educação igualitária entre homens e mulheres até os 18 anos de idade e uma aposentadoria aos mais velhos, sendo descritos por Tristán da seguinte forma:

(..) poderão construir vastos palácios-oficinas-fazendas com um aspecto grandioso e

alegre (...) A ideia de que eles próprios tivessem uma bela habitação, de poder aí educar muito bem suas crianças; de receber os operários acidentados no trabalho e de encontrar eles mesmos uma aposentadoria honrosa quando forem velhos. (...) Lá, seriam educadas as crianças dos dois sexos, dos seis aos dezoito anos, ali ainda receberíamos os operários doentes ou acidentados e os idosos (...) PALÁCIO DA UNIÃO OPERÁRIA Construído e mantido graças a uma cotização anual de dois francos doada pelos operários e operárias para honrar o trabalho como ele merece ser e recompensar os trabalhadores que nutrem a nação, enriquecem-na e constituem sua verdadeira força (TRISTÁN, 2015, p.41-71).

A constituição do Palácio da União Operária era um modo de garantir que a classe trabalhadora francesa pudesse se unir em uma causa principal que era a eliminação de sua própria miséria. Com a contribuição de dois francos anuais de cada trabalhador e trabalhadora seria possível construir vários desses estabelecimentos pelo país e assim poderiam garantir não somente uma educação para seus filhos e filhas, mas também um local para descansarem quando mais velhos. Estariam aptos a usufruir desses palácios qualquer operário e operária francesa que se encaixassem nos seguintes moldes:

Entendemos por operário e operária todo indivíduo que trabalha com suas mãos, não importa como. Assim, empregados domésticos, porteiros, mensageiros, lavradores e toda gente pobre serão considerados operários. Devemos excetuar somente os militares e marinheiros. – Eis a causa desta exceção: 1º o Estado auxilia militares e marinheiros por meio da caixa dos inválidos; 2º os militares só sabem fazer um trabalho destrutivo e os marinheiros um trabalho no mar, nem um nem outro poderia se ocupar de forma útil nos palácios da UNIÃO OPERÁRIA (TRISTÁN, 2015, p.137-138).

Aqui Tristán considera como trabalho útil aquele que permitiria a construção e manutenção dos Palácios, visto que estes,

deve[m] (...) satisfazer ao mesmo tempo às exigências do interior de uma casa e da vida doméstica, às exigências da oficina e ainda, às numerosas e variadas necessidades dos trabalhos na agricultura. Não se trata apenas de fazer uma casa, uma fábrica, um sítio; aqui os três devem estar combinados de maneira a tornar-se um, de fato os três são membros de um mesmo corpo, e esse corpo deve ser belo e proporcional (TRISTÁN, 2015, p.156).

A ideia dos Palácios, embora descrita inicialmente para ocorrer na França, não se restringia a esse único país pois, de acordo com Tristán, a união operária francesa era parte da unidade universal – como considerava a associação de trabalhadores ao redor do mundo. Por isso, não somente trabalhadores estrangeiros poderiam ser registrados como membros da União e, portanto, admitidos nos Palácios, como também comitês da unidade francesa deveriam ser criados nas capitais europeias. Isso demonstra o ímpeto de Tristán por uma unidade internacional trabalhadora, constituída pela trajetória de similaridades, em especial a miséria,

que atingia a classe operária. Por isso acreditava na emancipação proletária²³ quando propôs que:

Operários, o que se pode dizer agora em defesa de vossa causa? (...) É chegado o dia, é preciso agir e **cabe a vocês, somente a vocês agir no interesse de vossa própria causa.** (...) Se quiserem firmemente, só depende de vocês sair do círculo de misérias, de sofrimentos e de humilhações onde vocês definham. Vocês têm somente uma ação que pode ser confessada diante de Deus e dos homens: – É a UNIÃO UNIVERSAL DOS OPERÁRIOS E DAS OPERÁRIAS. Proponho a vocês uma união geral entre os operários e as operárias, sem distinção de profissões, habitando o mesmo reino: união que teria por objetivo CONSTITUIR A CLASSE OPERÁRIA (...) (TRISTÁN, 2015, p.66-68, grifo nosso).

Assim, a constituição de uma classe operária se fazia cada vez mais necessária frente as outras classes francesas como a nobreza, o clero e a recém-organizada e forte classe burguesa²⁴. A organização dessas outras classes não ocorria da mesma forma para a classe trabalhadora, uma vez que não possuíam nada além de seus braços, vista por Tristán como sua única propriedade e principal meio de trabalho. A burguesia, no entanto, já se organizava de modo a controlar os espaços políticos franceses, “[ela] representa a si mesma na Câmara e frente à nação, não para ali defender seus interesses, porque ninguém a ameaça, mas para impor suas condições aos 25 milhões de proletários, seus subordinados”. Diferentemente da classe trabalhadora que somente possuía seus braços, a burguesia era proprietária da terra, sendo responsável pela regulamentação de preços “a seu bel prazer” e, com sua inserção também na política, passava a ser formuladora de leis (TRISTÁN, 2015, p.93-94).

A constituição de uma união operária não seria possível, no entanto, sem a igualdade absoluta entre homens e mulheres. Para a autora, a Revolução de 1789 havia sido um momento de emancipação masculina burguesa, porém não feminina. Da mesma forma que as autoras anteriores a ela, Tristán condenava o esquecimento das mulheres nos espaços políticos e como isso estava associado a longos séculos de uma construção em torno do feminino que as limitava

²³ Alguns autores consideram que Flora Tristán foi uma das primeiras, se não a primeira, a abordar sobre a autoemancipação do proletariado, conceito utilizado por Karl Marx anos mais tarde. Embora hajam possíveis influências de Tristán nos trabalhos de Marx e Engels não há, no entanto, qualquer menção à sua obra ou reconhecimento de sua contribuição (DÍAZ, 2012; VARIKAS, 2015; CAMPOS, 2018)

²⁴ Para Tristán (2015), a Revolução Francesa (1789-1799) demarcou o período de ascensão e consolidação da classe burguesa na França, atingindo seu auge com a Revolução de 1830 quando a burguesia ajudou a destituir o então rei francês Carlos X e apoiou o monarca Luís Filipe I na ascensão do trono. Segue um trecho importante de Tristán sobre o assunto: “Em 1789 a classe burguesa conquistou sua independência. Sua carta data da tomada da Bastilha. – Durante mais de duzentos anos, os burgueses combateram com coragem e fúria contra os privilégios da nobreza e pelo triunfo de seus direitos. Mas tendo chegado o dia da vitória mesmo reconhecendo a igualdade de direitos de fato a todos, tomaram somente para si os benefícios e as vantagens desta conquista. (...) Enfim em 1830 seu poder [da burguesia] chega ao apogeu e sem se preocupar com as consequências, declara a queda do último rei da França; – ela escolheu seu rei, procedeu a sua eleição sem ouvir o resto da nação e, enfim, estando de fato soberana, se coloca à frente dos negócios e governa o país à sua maneira” (TRISTÁN, 2015, p.93).

e as impedia de atingir plenas capacidades:

Acreditando que à mulher, por sua organização, faltava força, inteligência e capacidade e que era imprópria para trabalhos sérios e úteis, se conclui logicamente que seria perda de tempo lhe proporcionar uma educação racional, sólida, severa, capaz de fazer dela um membro útil para a sociedade (TRISTÁN, 2015, p.114).

Sendo assim, as mulheres, de maneira geral, deixaram de ser instruídas pois não precisavam atuar em trabalhos úteis, porém Tristán considerava que eram justamente elas as que mais precisavam de educação por serem encarregadas dos cuidados de seus filhos, como vemos a seguir:

(...) eu acuso a sociedade por mantê-las tão incultas, vocês mulheres; vocês mães, que ao contrário têm que ser instruídas e desenvolvidas a fim de poder instruir e desenvolver homens e crianças confiadas a seus cuidados. (...) Repito, a mulher é tudo na vida de um operário: como mãe tem influência sobre ele durante a infância; é dela e unicamente dela que ele adquire as primeiras noções desta ciência importante a adquirir, a ciência da vida, esta que nos ensina a viver de forma conveniente para nós e para os outros de acordo com o meio em que o acaso nos colocou (TRISTÁN, 2015, p.117-121).

Nesse sentido, o apelo de Tristán à classe operária era para que as mulheres não fossem esquecidas da causa e que pudessem lutar juntas como uma grande forma de libertação. Educar as mulheres seria, portanto, o primeiro de muitos passos em direção à união operária e a criação de seus estabelecimentos. Se antes haviam sido excluídas de outras causas, as mulheres não poderiam ser excluídas desta²⁵.

Esses dois pontos descritos por Flora Tristán ainda em 1843 mostram sua contribuição, tanto para a causa operária quanto para os direitos femininos, que foi esquecida ao longo desses quase dois séculos. A concepção dos Palácios Universais revelam seu desejo de buscar formas

²⁵ É interessante notar como Flora Tristán encontrou na causa operária a possibilidade de libertação que a afligia enquanto mulher na sociedade francesa. Filha de um aristocrata peruano e uma mulher francesa, Tristán foi obrigada a se casar muito nova com um homem mais velho e violento que a agredia constantemente. Vítima de violência do marido, Tristán não encontrou apoio para o divórcio, visto que não era permitido na época, e foi obrigada a fugir de casa a fim de garantir sua sobrevivência. Sem ser aceita pela sociedade francesa, vai ao Peru para conhecer a família do seu pai, onde é mal recebida por ser considerada uma bastarda. Dessa viagem escreve a autobiografia *Peregrinações de uma Pária* (1833), onde, cada vez mais desamparada da sociedade, Flora Tristán atribuiu para si o adjetivo de pária, o qual denotava a marginalização que sofria enquanto mulher e como ela era similar a de outras ao seu redor. O termo, no entanto, era atribuído a quem quer que tivesse sido invisibilizado e excluído, como operários e escravos. É possível perceber que a busca pela luta feminina vinha de sua vivência, mas ganhou ainda mais forma com sua viagem para a Inglaterra em 1840, onde conheceu o trabalho de Mary Wollstonecraft. Nessa viagem, documentada em *Passeios por Londres* (1840), Tristán além de firmar sua posição enquanto defensora dos direitos das mulheres, escreveu sobre a realidade dos operários ingleses, fatores que a inspiraram a publicar *União Operária* três anos mais tarde (KONDER, 1994; TRISTÁN, 2003; VARIKAS, 2014; VARIKAS, 2015; CAMPOS, 2018).

alternativas à violência (ou qualquer alteração brusca da ordem) para acabar com a marginalização tanto feminina quanto da classe operária, e em muito se aproxima das proposições feitas mais de um século depois por teóricas feministas marxistas sobre a socialização dos trabalhos femininos (ANDRADE, 2015; FEDERICI, 2017; FEDERICI, 2019). Assim como a busca pela igualdade absoluta - como ela descreve várias vezes - entre homens e mulheres, especialmente através do acesso à educação, mostra uma mulher à frente do seu tempo, que já no século XIX entendia a importância de metade da classe trabalhadora francesa como peça econômica fundamental para a sociedade. Além disso, embora não chegue a desenvolver tão bem esse ponto, ela indica que os Palácios deveriam ser construídos pelas classes operárias de outras localidades além da França, mostrando um caráter também internacionalista.

Como vimos no capítulo anterior, as desigualdades afetam as mulheres de maneiras que estão além da questão de gênero, sendo necessário inserir também as perspectivas de raça e também de classe. No que tange ao trabalho feminino, a incipiência do debate nos leva a mulheres que lutavam para poderem participar ativamente da vida pública, o que incluiria participação no mercado de trabalho; ou o reforço do trabalho feminino doméstico. A discussão trazida aqui entre Olympe de Gouges, Mary Wollstonecraft, Nísia Floresta e Flora Tristán nos revelam diferentes visões de estudiosas do final do século XVIII e início do século XIX sobre o trabalho feminino. Podemos perceber que a educação das mulheres foi um ponto de convergência entre todas as autoras, pois estaria diretamente associada com os tipos de trabalhos que poderiam ser exercidos pelas mulheres e quais os espaços que seriam ocupados por elas.

Ainda assim, também podemos notar que a busca pela inserção feminina no trabalho fora de casa disposta pelas autoras não necessariamente significaria a redução do trabalho doméstico exercido por essas ou outras mulheres. Na verdade, o trabalho de casa ainda era uma característica quase que exclusivamente inerente ao gênero feminino, mas que foi intensificado devido à falta de acesso das mulheres à educação. Atualmente surgem outras perspectivas como as de Biroli (2018) que reflete sobre como a palavra mulheres não deveria nem mesmo ser utilizada no sentido abstrato, mas sim a partir dos níveis de exploração do trabalho. Sendo assim, “mulheres” torna-se “mulheres trabalhadoras”, “mulheres negras”, “mulheres migrantes”, entre outros termos. Aqui passado e presente se encontram para nos levar à reflexão. Que trabalhadoras são essas que estamos falando? Ou, mais ainda, quais são os tipos de trabalho e de exploração que estamos nos referindo? A próxima seção se dedica a essas perguntas.

2.2 ENTRE TRABALHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO E A DUPLA JORNADA FEMININA DO TRABALHO

Se na seção anterior delineamos a incipiência do debate acerca da busca pela igualdade entre homens e mulheres no que diz respeito ao trabalho, nesta, precisamos definir alguns conceitos e categorias. Discutir sobre trabalho e, especialmente, o trabalho feminino, nos requer tomarmos bastante atenção ao que estamos nos referindo, visto que essa categoria, assim como várias outras que apareceram nesta dissertação, não são estáticas, ou seja, sofreram modificações através do espaço-tempo. Um exemplo disso é a definição de trabalho utilizada por Flora Tristán. Como vimos anteriormente, Tristán associa o trabalho à condição de operário, sendo este definido como “todo indivíduo que trabalha com as mãos” que, portanto, pertence à “classe mais numerosa e mais útil”. A utilidade da classe trabalhadora para Tristán torna-se, nesse sentido, um ponto chave, atribuído por ela como uma “qualidade preciosa” e um “título incontestável” (TRISTÁN, 2015, p.77-137).

É possível perceber em Tristán que o trabalho é o estado de magnificência do ser humano, “a única coisa verdadeiramente honorável”, é o que permite a vida pois é sua única fonte de “possibilidade de comer”²⁶, que, para ser legitimado enquanto tal, deve estar associado

²⁶ Segundo o relatório mais recente sobre má nutrição e insegurança alimentar no mundo, *The State of Food Security and Nutrition in the World* (SOFI), uma realização conjunta da UNICEF, FAO e PMA, cerca de 811 milhões de pessoas tiveram fome em 2020. Esse número, no entanto, tende a ser cerca de 660 milhões até 2030, 30 milhões a mais do que as projeções anteriores à pandemia. Dessas pessoas, mulheres e crianças são as que se encontram em situação mais vulnerável (FAO, 2020). Em um outro contexto, Tristán destacava a fome e a miséria como o tipo de morte mais terrível e aquela que mais aflige a classe trabalhadora. Invisível aos olhos de quem não a sente, a fome continua presente em nossa sociedade, de maneira cada vez mais frequente e atenuante, encontrando outras formas de persistência. Enquanto mulher nascida no sertão nordestino eu devo confessar-lhes que não conheço a fome e a miséria. Em toda minha existência não tive sequer noção do que é não ter o que comer. Mas meus pais tiveram, assim como meus avós, bisavós e todos os seus parentes antes deles. Ali no sertão enfrentaram períodos de seca extrema em que se plantava mas não se colhia e o gado morria dilacerado pela falta de água e de comida, tal qual os seres humanos daquela região. A fome pode nunca ter sido sentida por mim ou pelos meus irmãos, mas ela marcou profundamente a minha família, pois só quem a sente sabe o quanto ela se aprofunda dentro de si. Quando Tristán aborda sobre a “possibilidade de comer” da classe trabalhadora não poderia deixar de fazer esse breve relato pessoal, mas também de lembrar Carolina Maria de Jesus, renomada escritora brasileira, que retrata em *Quarto de Despejo* (1960) seus relatos de uma vida de miséria e muita fome. Sem ter o que comer nem o que dar a seus filhos, Carolina descreve situações dolorosas como: “Os meus filhos estão sempre com fome. Quando eles passam muita fome eles não são exigentes no paladar (...) E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual — a fome (...) Eu amanheci nervosa. Porque eu queria ficar em casa, mas eu não tinha nada para comer. ...Eu não ia comer porque o pão era pouco. Será que é só eu que levo esta vida? O que posso esperar do futuro? (...) ...Para mim o mundo em vez de evoluir está retornando a primitividade. Quem não conhece a fome há de dizer: “Quem escreve isto é louco”. Mas quem passa fome há de dizer: —Muito bem, Carolina. Os generos alimentícios deve ser ao alcance de todos. (...) A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estomago” (JESUS, 2014, p. 26-38). Através de Carolina Maria de Jesus é impossível não pensar em como a fome

à utilidade do que é produzido, literalmente, pelos braços do operariado:

A única propriedade que a classe operária pode possuir são seus braços. Sim, seus braços! Eis seu patrimônio, sua única riqueza! – Seus braços são os únicos instrumentos de trabalho em sua possessão. – Estes constituem, portanto, sua propriedade e, penso, não podemos contestar nem sua legitimidade, nem, sobretudo, sua utilidade porque se a terra produz é graças ao trabalho dos braços (TRISTÁN, 2015, p.71-.89).

O grande problema da classe trabalhadora seria, no entanto, não poder usufruir livremente de sua propriedade. Por isso seria necessário garantir o direito ao trabalho e à organização do trabalho, definidos por Tristán como ter “livre gozo da propriedade”, “poder utilizar seus braços onde e como quiser” e “garantia da propriedade”. Tais direitos, como pensava a autora, seriam difíceis de conseguir devido à dificuldade das outras classes em atender essas reivindicações.

Mas haverá quem diga que o que demandamos para a classe operária é impossível – Direito ao trabalho! Ela não o obterá. Esta reivindicação por mais justa e legal que seja, será considerada como um ataque à propriedade (terras, casas e capitais) e a organização do trabalho será considerada como um ataque aos direitos da livre concorrência: ora, como aqueles que manejam a máquina governamental são proprietários de terras e de capitais é evidente que eles jamais consentirão tais direitos à classe operária (TRISTÁN, 2015, p.90).

É por essa razão que a classe trabalhadora dividida não seria capaz de alcançar esses direitos, pois somente a união dessa classe - a união operária - daria a possibilidade de garantir o cumprimento do direito ao trabalho e à organização do trabalho.

Nota-se, portanto, que Tristán já trazia em suas produções conceitos como o de trabalho, operário(a) e propriedade e como essas categorias estavam imbricadas umas às outras. Não era de seu propósito fazer uma extensa discussão teórica e conceitual das categorias citadas, pois tinha como propósito apresentar ideias que pudessem ser facilmente assimiladas pelos operários e operárias franceses, como uma forma de instigar a união da classe. Ainda sim, é possível validar seus esforços em buscar construir uma práxis da classe trabalhadora, além de reconhecer a importância do trabalho feminino, como vimos na seção anterior.

demarca as nossas relações e nossa própria existência. Se 800 milhões de pessoas passam fome em todos os continentes do mundo, decerto que esse assunto é um assunto também das relações internacionais. Apesar do tema ainda escasso no nosso campo, Thiago Lima (2014) considera que a fome é fundamental para entender as RIs, pois não somente ela sempre existiu na humanidade como podemos analisá-la nos níveis individual, nacional e internacional. No tocante à esfera internacional, os números por si só já seriam um motivo suficiente de análise, mas também podemos incidir sobre as cadeias de produção e, consequentemente, quem produz os alimentos e quem os consome. Como vimos no capítulo anterior, a América Latina foi destinada a um papel de produtora mundial de alimentos, mas a fome ainda está longe de ser erradicada no continente.

Da utilidade do trabalho que observamos em Tristán podemos seguir à Karl Marx quando afirma que “es productivo aquel trabajo que valoriza directamente al capital, o que produce plusvalía, o sea que se realiza —sin equivalente para el obrero, para su ejecutante— en una plusvalía (surplusvalue), representada por un plusproducto (surplusproduce)” (MARX, 1971, p.77). Se Flora Tristán não se aprofundou na categoria trabalho, Karl Marx se concentrará nela para explicar o modo de produção capitalista.

Em O Capital Karl Marx (2017) explicita como as relações de produção e de circulação de mercadoria definem o modo de produção capitalista. A utilidade aqui está relacionada ao valor de uso, ou seja, à qualidade enquanto substância do valor a qual uma mercadoria é produzida, levando em consideração que toda mercadoria existe para atender uma necessidade social. O valor de uso é expresso pelo trabalho humano concreto, suplantado no capitalismo pelo trabalho abstrato despendido para a realização de um produto. Da mesma forma que existe o valor de uso, também encontramos o valor de troca, definido como a dimensão quantitativa do valor, ou seja, pela quantidade de tempo de trabalho necessária (expressa em horas, dias) para a produção de uma mercadoria.

O produto não é mais uma mesa, uma casa, um fio ou qualquer coisa útil. Todas as suas qualidades sensíveis foram apagadas. E também já não é mais o produto do carpinteiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato (MARX, 2017, p.116).

No processo de valorização de capital o trabalho útil é aquele cuja utilidade se representa no valor de uso de seu produto, “no valor de uso de toda mercadoria reside uma determinada atividade produtiva adequada a um fim, ou trabalho útil” (MARX, 2017, p.120).

Vale destacar que da mesma maneira que Flora Tristán anteriormente considerava o trabalho como o ponto mais característico de um ser humano, Marx também o faz constatando sua relação com a natureza:

(...) o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (...) O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza (MARX, 2017, p.120-255).

O trabalho, portanto, representa a própria dignidade do ser humano e se constitui de uma

eterna dialética na qual modifica a natureza ao mesmo tempo em que é modificado por ela²⁷. Cabe aqui, no entanto, algumas considerações mais profundas. O trabalho para Marx pode ser dividido em concreto e abstrato. O trabalho concreto é aquele em que é destinado a um fim, dentro da lógica da propriedade privada, é o produto resultante, ou a expressão humana, do trabalho abstrato. Vejamos o exemplo dado por Marx,

O corpo da mercadoria que serve de equivalente vale sempre como incorporação de trabalho humano abstrato e é sempre o produto de um determinado trabalho útil, concreto. Esse trabalho concreto se torna, assim, expressão do trabalho humano abstrato. Se o casaco, por exemplo, é considerado mera efetivação [Verwirklichung], então a alfaiataria, que de fato nele se efetiva, é considerada mera forma de efetivação de trabalho humano abstrato. Na expressão de valor do linho, a utilidade da alfaiataria não consiste em fazer roupas, logo, também pessoas, mas sim em fazer um corpo que reconhecemos como valor e, portanto, como geleia de trabalho, que não se diferencia em nada do trabalho objetivado no valor do linho. Para realizar tal espelho de valor, a própria alfaiataria não tem de espelhar senão sua qualidade abstrata de ser trabalho humano. Tanto na forma da alfaiataria quanto na da tecelagem, força humana de trabalho é despendida. Ambas possuem, portanto, a propriedade universal do trabalho humano, razão pela qual em determinados casos, por exemplo, na produção de valor, elas só podem ser consideradas sob esse ponto de vista (MARX, 2017, p.134 e 135).

Estamos considerando, portanto, que o trabalho é aquele que se realiza na esfera produtiva, a fim de suprir as necessidades básicas do trabalhador; e do capital, a partir da venda da força de trabalho proletária. Quando Olympe de Gouges, Mary Wollstonecraft, Nísia Floresta e Flora Tristán advogam sobre os direitos femininos ao trabalho, elas estão se referindo à esfera da produção, na qual historicamente foi masculina. Por outro lado, o trabalho doméstico e todo aquele ligado às tarefas de cuidado - a reprodução da vida - seriam caracteristicamente femininas, logo, estariam na esfera reprodutiva. É aqui que, segundo Marx e Engels (2007), podemos notar a primeira forma de divisão do trabalho: a família.

(...) a divisão do trabalho, que originalmente nada mais era do que a divisão no ato sexual e, em seguida, divisão do trabalho que, em consequência ou disposições naturais (por exemplo a força corporal), necessidades, casualidades, etc, desenvolve-se por si própria ou “naturalmente”. (...) se baseia na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição desigual, tanto quantitativa quanto qualitativamente do trabalho e dos seus produtos (MARX; ENGELS, 2007, p.35-36)

Essa divisão foi marcada por uma desigualdade na qual “a mulher e os filhos são

²⁷ Faz-se necessário destacar que nessa mediação está a **terra**, considerada por Marx como “objeto universal do trabalho humano”. Da terra extrai-se tudo o que é preciso para o funcionamento do trabalho humano, ela é seu meio de subsistência, seu “meio universal de trabalho” (MARX, 2017, p.256. Não é possível fazer um debate sobre trabalho sem considerar a importância da terra para a reprodução da própria vida.

escravos do homem” (MARX; ENGELS, 2007, p.36). É na família que Marx e Engels demarcam a primeira forma de propriedade privada, a do homem sobre mulheres e crianças, justapondo-se com a divisão do trabalho da seguinte maneira:

(...) é a primeira propriedade que aqui, diga-se de passagem, corresponde já à definição dos economistas modernos, segundo a qual a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho alheia. Além do mais, divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas - numa é dito com relação à própria atividade aquilo que, noutra, é dito com relação ao produto da atividade (MARX; ENGELS, 2007, p.36-37).

Podemos definir, a partir desses pressupostos, que Marx e Engels já enxergavam na diferença entre os sexos uma forma de divisão do trabalho e, com ela, uma forma também de exploração. Não é à toa que Engels escreverá que “na família, ele [o homem] é o burguês e a mulher representa o proletariado” (ENGELS, 2019, p.75). Em *A Ideologia Alemã* e em *O Capital*, no entanto, as formas como Marx e Engels e, posteriormente, somente Marx, definem a divisão do trabalho está muito além do eixo familiar ou da relação entre homens e mulheres.

De acordo com Marx (2017), o resultado da expansão da grande indústria foi a expansão da maquinaria e com ela a busca por cada vez mais trabalhadores assalariados nas cidades, provocando uma cisão entre campo e cidade, e aprofundando as relações de exploração. A divisão do trabalho, portanto, reside inicialmente na “separação entre trabalho industrial e comercial, de um lado, e o trabalho agrícola, de outro, e com isso, à separação da cidade e do campo e à oposição entre os interesses de ambos” (MARX; ENGELS, 2007, p.89). Numa fase posterior, há uma divisão interna entre esses trabalhos (industrial e comercial) marcada por diferentes subdivisões entre os trabalhadores,

a posição dessas diferentes subdivisões uma em relação às outras é condicionada pelo modo como são exercidos os trabalhos agrícola, industrial e comercial (patriarcalismo, escravidão, estamentos, classes). As mesmas condições mostram-se no desenvolvimento do intercâmbio entre diferentes nações (MARX; ENGELS, 2007, p.89).

Além disso, “as diferentes fases de desenvolvimento da divisão do trabalho significam outras tantas formas diferentes da propriedade; quer dizer, cada nova fase (...) determina também as relações dos indivíduos uns com os outros no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho” (MARX; ENGELS, 2007). A divisão do trabalho, nesse sentido, determina a centralidade da interação dos povos e do desenvolvimento produtivo das nações. Em quaisquer que sejam suas fases, é caracterizada pelas formas de trabalho existentes. No capitalismo, centra-se na exploração e subjugação desses trabalhos.

A divisão do trabalho não deixa de ser também uma questão de gênero. Se as mulheres estiveram de fora do espaço de produção das coisas, com a Revolução Industrial e a expansão do maquinário eram elas e seus filhos os preferidos do capital para assumir as funções nas fábricas e por salários mais baixos pois, “para que uma família possa viver, agora são quatro pessoas que têm de fornecer ao capital não só trabalho, mas mais-trabalho” (MARX, 2017, p. 468). Retomemos, então, à questão feminina.

2.2.1 Divisão Internacional e Sexual do Trabalho: a condição das mulheres no capitalismo

Para analisar o trabalho, independente de sua forma, é preciso considerar qual o contexto em que ele está inserido e suas transformações ao longo do tempo. Quando falamos em trabalho feminino estamos entendendo-o a partir do sistema capitalista, no bojo do fortalecimento da propriedade privada dos meios de produção e na destruição dos comuns. Sobre esse assunto Friedrich Engels (2019) trouxe em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* uma das primeiras e mais completas discussões à época sobre o papel das mulheres em diferentes formas de sociedade, e como no capitalismo elas assumem uma posição mais degradante. Quase 150 anos depois, sua obra continua atual e necessária para entender as bases da discussão sobre a divisão internacional e sexual do trabalho.

Baseando-se na produção de Lewis H. Morgan²⁸ Engels reforçou o que já havia delimitado com Marx alguns anos antes em *A Ideologia Alemã*, e que apresentamos no ponto anterior, de que a primeira forma de divisão do trabalho foi no núcleo familiar. A família formada em um contexto capitalista, no entanto, em muito se difere das antigas formas de parentesco das sociedades nativas e indígenas. O que Engels observa é que a evolução da sociedade também atinge a família e que isso, historicamente, significou uma desvantagem para as mulheres.

À medida que as condições econômicas da vida se desenvolviam e, portanto, minavam o antigo comunismo e à medida que aumentava a densidade populacional, as relações tradicionais iam perdendo seu caráter inocente de primitividade selvagem e, na mesma proporção, iam-se tornando mais humilhantes e opressivas para as mulheres (...) (ENGELS, 2019, p.57).

Inicialmente, o trabalho no eixo familiar era delimitado por funções que satisfaziam as

²⁸ Lewis H. Morgan foi um antropólogo estadunidense interessado na sociedade e cultura iroquesa. O trabalho referenciado por Engels em *A Origem da Família* foi *Ancient Society* (1871), ou em português *Sociedade Antiga*, apresentou um estudo profundo da evolução da humanidade a partir de três etapas: selvageria, barbárie e civilização.

necessidades de todo o grupo. Era preciso encontrar comida para a sobrevivência do povo, proteger-se dos perigos de possíveis inimigos e de animais, cuidar do local em que se alojavam e reproduzir sua espécie. A partir dos estudos de Morgan, Engels observou que era comum a existência de comunidades matrilineares, nas quais a descendência do grupo era passada das mães para os filhos. Isso ocorria por haver uma relativa facilidade de poligamia e poliandria, em que homens e mulheres não possuíam um(a) só parceiro(a) sexual. Se as mulheres possuíam vários parceiros, não era possível definir a linhagem dos filhos além sua parte, motivo pelo qual o direito materno esteve acima do paterno (ENGELS, 2019).

A vida em grupo, nesse sentido, estava disposta em papéis muito específicos e centrava-se na posição biológica dos indivíduos. Os homens se ocupavam da caça e da defesa do local, enquanto às mulheres cabiam o plantio e os cuidados dos mais novos. Essas atividades, no entanto, eram compartilhadas. Homens caçavam em grupo e as mulheres cuidavam das crianças também de maneira conjunta. Mesmo com papéis bem definidos, o ponto em questão não é a divisão do trabalho desempenhado pelos sexos, mas sim como cada função era crucial para a existência e manutenção dos agrupamentos, diferentemente da característica de passividade que o trabalho feminino assumirá posteriormente.

A divisão do trabalho entre os dois sexos é condicionada por motivos muito diferentes do da posição da mulher na sociedade. Os povos nos quais a mulher têm de trabalhar bem mais do que deveriam segundo a nossa concepção demonstram muitas vezes maior respeito pelas mulheres do que os nossos europeus. A dama da civilização, cercada de pseudorreverências e estranhada de dado trabalho real, ocupa uma posição social infinitamente mais baixa do que a mulher que trabalhava pesado no estágio de barbárie, e que, em seu povo, era conhecida como uma verdadeira dama, também por seu caráter (ENGELS, 2019, p.54).

Foi com o declínio do direito materno, ocasionado pela propriedade dos instrumentos de trabalho e, posteriormente, da terra, que as mulheres enfrentaram "a derrota do sexo feminino no plano da história mundial" (ENGELS, 2019, p.60). Como a caça era uma atividade frequentemente masculina, eram os homens que possuíam armas para o combate, seja contra animais ou inimigos de outros grupos e, por isso, foi mais fácil estabelecer uma propriedade que agora comandava.

Segundo Alexandra Kollontai (1976), o ponto de início da inferioridade feminina foi o estabelecimento da pecuária quando, possuindo os homens os instrumentos de domesticação do gado, "domesticava" também as mulheres, seja através de raptos ou do casamento forçado, tratando-as como uma propriedade. O surgimento da propriedade privada, então, aparece como o momento histórico em que as mulheres foram excluídas do trabalho produtivo.

Aqui o trabalho produtivo não é visto através da concepção capitalista de produção das coisas, mas sim pela sua capacidade de assegurar a existência da humanidade, de uma sociabilidade ontológica. Com as mudanças no núcleo familiar e o estabelecimento do casamento monogâmico - famílias individuais e não mais grupais - as atividades deixaram de ser compartilhadas e a esfera doméstica foi se tornando cada vez mais pertencente ao âmbito privado. Para Engels, a monogamia “foi a primeira forma de família que não se fundou em condições naturais, mas em condições econômicas, a saber, sobre a vitória da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, de origem natural” (ENGELS, 2019, p.67).

Essa forma familiar era baseada no domínio masculino de um lado e na subjugação feminina do outro, centrada no individual ao invés do coletivo, fincada na vitória da propriedade privada, com as mulheres deixando de participar de atividades públicas/comunais, voltando-se para o cuidado exclusivamente doméstico e privado. Por essas razões Engels considera uma aproximação entre a exploração feminina e a exploração de classes. A saber,

O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homens e mulheres no casamento monogâmico, e a primeira opressão de classe coincide com a do sexo feminino pelo masculino. O casamento monogâmico foi um grande progresso histórico, mas, aos mesmo tempo, inaugura, ao lado da escravidão e da riqueza privada, a época que perdura até hoje, em que cada progresso constitui simultaneamente um retrocesso relativo, em que o bem-estar e o desenvolvimento de uns se impõe pela dor e pela opressão de outros (ENGELS, 2019, p.68).

De modo algum, no entanto, esse casamento monogâmico ocorria de forma igual para famílias proletárias. Foram as mulheres da classe burguesa que estiveram relegadas exclusivamente à esfera doméstica, assim como estiveram à frente da luta pelo direito feminino de participar da esfera produtiva do trabalho. Para o proletariado, como pudemos ver anteriormente com Marx, dado o advento da expansão industrial, não existia a possibilidade das mulheres permanecerem executando somente atividades domésticas porque essas não eram assalariadas, e os salários dos homens proletários não eram suficientes para o sustento familiar. Nesse sentido há uma oposição importante entre mulheres burguesas e as proletárias que percebemos melhor em Engels:

A desigualdade de ambos [homens e mulheres] perante o direito, que nos foi legada por condições sociais anteriores, não é a causa, mas o efeito da opressão econômica da mulher. Na antiga economia doméstica comunista, que abrangia muitos casais e seus filhos/filhas, a condução da casa, a carga das mulheres, era uma indústria pública tão socialmente necessária quanto a obtenção do alimento pelos homens. A família patriarcal e, sobretudo, a família monogâmica individual mudaram isso. A condução da casa perdeu seu caráter público. Deixou de concernir à sociedade.

Tornou-se um serviço privado; a mulher se tornou a serviçal número um, alijada da produção social. Foi a grande indústria do nosso tempo que voltou a franquear à mulher - mas só a mulher proletária - o caminho para a produção social. Mas isso de tal modo que, quando cumpre seus deveres no serviço privado à família ela é excluída da produção global e não pode adquirir nada e, quando participam da indústria autonomamente, não têm condições de cumprir os deveres para com a família (ENGELS, 2019, p.74).

Apesar de Engels considerar que ao participar da indústria as mulheres não teriam “condições de cumprir os deveres para com a família”, ou seja, realizar o trabalho doméstico, essa não foi uma realidade, pois a execução desse trabalho continuou sendo feminino. O que temos agora é que essas trabalhadoras precisam dispor de tempo para atuar em ambas as esferas, produtiva e reprodutiva, mas esta última continua sendo não-remunerada e a remuneração da primeira era inferior a dos homens. De acordo com Kollontai,

A mulher casada, a mulher que é obrera, sua sangue para cumprir três tarefas que pesam ao mesmo tempo sobre ela, dispor das horas necessárias para o trabalho, o mesmo que faz seu marido, em alguma indústria ou estabelecimento comercial, dedica-se depois, da melhor maneira possível, às tarefas domésticas, e, por último, cuidar de seus filhos. (...) **O capitalismo colocou nos ombros da mulher trabalhadora um peso que a esmaga: a converteu em trabalhadora sem aliviá-la de seus cuidados de dona de casa e mãe** (KOLLONTAI, 1978, p.164, tradução nossa, grifo nosso).

Se configura a partir daí a dupla jornada feminina do trabalho, quando o salário do homem proletário não é mais suficiente para compor as necessidades básicas da família, obrigando as mulheres a saírem de casa e compor a força de trabalho produtiva capitalista enquanto continuam no trabalho invisibilizado no núcleo familiar. O que várias autoras apontam, e aqui continuarei com Kollontai, é que essa invisibilidade só ocorre porque para o capitalismo o trabalho doméstico não produz nada material, não gera nem agrega valor e, portanto, não teria uma utilidade real na produção (KOLLONTAI, 1978).

Mas é justamente por esse motivo que o sistema capitalista explora as mulheres de um jeito diferente. Ao necessitarem da força de trabalho feminina, “la burguesía necesita la completa liberación de trabajo masculinos y femeninas a fin de poder desarrollar al máximo la producción”, a fazem de maneira mais barata, “el salario de las mujeres es, en casi todas las ramas mucho más bajo que el de los hombres por igual tiempo de trabajo”, seja por questões biológicas - devido ao tempo em que ficam afastadas por causa da gravidez -, seja por seu salário servir apenas para complementar ao dos homens, “la mujer necesita menos que el hombre” (BEBEL, 2018, p.312-332). Por outro lado, foi o próprio sistema capitalista que considerou o trabalho doméstico como sem utilidade, algo que por ser tradicionalmente

feminino era feito por amor, por ser natural e, por isso, não reconhecido enquanto um trabalho de fato (FEDERICI, 2017).

Essas contradições nos revelam que buscar uma igualdade jurídica entre homens e mulheres jamais seria suficiente para realmente extinguir a exploração de um sexo pelo outro. Kollontai, por exemplo, rechaçou o movimento feminista burguês, tão inspirados nos ideais de Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft, que simplesmente buscava equiparar as mulheres burguesas à sua contraparte masculina, mas que deixava de considerar a necessidade e as lutas das proletárias.

El reconocimiento formal de sus derechos en el capitalismo y en la dictadura burguesa en realidad no la libera [las mujeres] de una vida como criada de servicio en la propia familia, de la discriminación por medio de prejuicios y costumbres de la sociedad burguesa de la dependencia de su marido, y, esto es decisivo, de la explotación por los capitalistas (KOLLONTAI, 1978, p.55).

Essa mesma visão também é compartilhada por August Bebel quando o autor afirma que

La plena emancipación de la mujer y su igualdad con el hombre es uno de los objetivos de nuestro desarrollo cultural, cuya realización no puede impedir ningún poder de la tierra. Pero sólo es posible sobre la base de un cambio radical que anule la dominación del hombre - y, por consiguiente, también del capitalista sobre el obrero (BEBEL, 2018, p.663).

Diferentemente dos debates iniciais sobre o tema, ao final do século XIX e início do século XX, os autores e autoras, especialmente de cunho marxista, estão interessados em entender a questão feminina dentro da realidade capitalista, considerando esse um fator primordial para a sua inferiorização. De acordo com Bebel, era uma prerrogativa da classe dominante as mulheres assumirem cargos na indústria e no comércio. Era uma necessidade burguesa ter mais e mais gente trabalhando para o capital e, melhor ainda, era fazer isso a partir de uma mão-de-obra considerada mais barata. Como afirma Marx (2017), não é de se espantar que o capitalismo precisasse de mais pessoas para o trabalho assalariado e, por isso, “o trabalho feminino e infantil foi a primeira ordem da aplicação capitalista da maquinaria” (MARX, 2017, p.468.).

2.3 MULHERES E CAPITALISMO DEPENDENTE: INTERLOCUÇÕES ENTRE A DIVISÃO INTERNACIONAL E SEXUAL DO TRABALHO E A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Ao longo deste capítulo, até agora, passamos por nomes como Olympe de Gouges, Mary Wollstonecraft, Nísia Floresta, Flora Tristán, Friedrich Engels, Karl Marx, August Bebel e Alexandra Kollontai. Todas essas autoras e autores discorreram de alguma forma sobre as categorias trabalho e/ou trabalho feminino, seja de maneira mais sutil ou profunda. O que eles e elas têm em comum, a exceção de Nísia Floresta, é que estão escrevendo desde uma realidade europeia o que, decerto, terá diferentes conotações em outros continentes. Se analisarmos a África, América e Ásia, por exemplo, diversos dos países dessa região ainda estavam sob o regime colonialista europeu, inclusive com um sistema escravagista do povo negro²⁹. Isso significa dizer que as formas de trabalho aconteceram de maneiras diferentes. Um exemplo bem claro disso é que a expansão industrial ocorreu de maneira muito mais tardia na América Latina e, como vimos no primeiro capítulo, foi justamente a colonização do continente latino-americano que permitiu o desenvolvimento capitalista europeu.

O que temos na América Latina é um capitalismo próprio, desde seu nascimento no século XIX como independência formal, refém da lógica imperialista e, por isso, é dependente, fator que demarca o continente junto com a superexploração do trabalho como mecanismo compensatório das relações desiguais entre capitais mandatários do mundo e capitais periféricos. Essa dependência também reforça as relações desiguais – na vida cotidiana e no mundo do trabalho – entre homens e mulheres na região. De acordo com Lélia Gonzalez (2020), a escravidão negra instaurada no continente americano até o final do século XIX deixou resquícios profundos na América Latina e aprofundou os graus de exploração aqui presentes ao beneficiar o grupo branco frente ao negro. Dessa forma, a luta emancipatória feminina, que

²⁹ No ano em que Olympe de Gouges publicou *Direito da Mulher e da Cidadã*, em 1791, somente os Estados Unidos haviam se tornado independentes no continente americano, com a independência declarada em 1776. Ao longo do século XIX outros países também foram conquistando a independência como a Colômbia e o México em 1810, Argentina em 1816, El Salvador, Guatemala e Honduras em 1821, Brasil em 1822, Cuba em 1898, entre outros, até a independência mais recente, de Belize, em 1981. Nos continentes africano e asiático os processos de independência dos países sob o domínio do imperialismo europeu ocorreram ao longo do século XX, com a África do Sul em 1910, Síria em 1944, Índia e Paquistão em 1947, Nigéria em 1960 e mais. Para conhecer mais sobre os anos de independência de todos os países e o país colonizador ver Pignato e Demasi (2016). No que tange à escravidão, esse foi um processo ainda mais demorado. Os Estados Unidos, por exemplo, só encerrou a escravidão em todo o país em 1863, quase 100 após a sua independência do Reino Unido. O Brasil, último país da América a abolir a escravidão só o fez em 1888 com a assinatura da Lei Áurea (FGV, 2016). A exceção foi o Haiti que em 1793 organizou a primeira e única revolução de escravos bem sucedida da história, abolindo a escravatura no país e, posteriormente, alcançado a independência em 1804. Para conhecer mais sobre a Revolução Haitiana ler Os Jacobinos Negros, de C.R.L. James (2000).

girava em torno das mulheres brancas, em nada se aproximavam da real necessidade da mulher negra (ou dos homens negros), pelo contrário, como vimos anteriormente, a exploração das mulheres negras permitiu a luta por libertação (e a libertação em si) das mulheres brancas (GONZALEZ, 2020).

Se as mulheres brancas burguesas foram confinadas ao trabalho doméstico e as mulheres brancas proletárias precisaram assumir uma dupla jornada de trabalho, as mulheres negras escravizadas não tinham sequer outra opção a não ser propriedade de seus senhores e senhoras. Por esse motivo, o trabalho feminino não tem somente uma face, nem pode ser compreendido apenas através da oposição entre homens x mulheres e/ou burguesia/proletariado. Afinal,

Lidar, por exemplo, com a divisão sexual do trabalho sem articulá-la com a correspondente ao nível racial é cair em uma espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco. Falar de opressão à mulher latino-americana é falar de uma generalidade que esconde, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito alto por não serem brancas (GONZÁLEZ, 2020, p.142).

Para lidar com a dependência do continente é preciso ter noção de vários aspectos que a compõem e a questão do trabalho feminino racializado é uma delas. De acordo com Bittencourt (2014, p.38) “elementos culturais, patriarcais e raciais formam a égide de uma superexploração elevada às mulheres e às negras e negros neste continente”. Neste sentido, se a superexploração compõe uma particularidade da dependência latino-americana, ela também pode ser utilizada para compreender o trabalho das mulheres aqui presentes, desde que a partir de uma reflexão que vá além da classe ou do gênero, abarcando também a raça.

Em todo caso, a categoria da superexploração, que tem por sua premissa a extensão da jornada de trabalho e o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor (MARINI, 2017) se volta para a questão produtiva do trabalho sendo aquela que, como vimos anteriormente, é responsável por produzir valor. Em um contexto de capitalismo dependente é esta categoria que configura a reprodução de capital na região e a acumulação de capital no sistema mundial (OSORIO, 2018). Nesse quesito, ainda não há uma concordância se o trabalho não remunerado exercido pelas mulheres gera ou não valor de uso, o que a princípio afastaria ambas as categorias. Embora haja um debate sobre o tema, o eixo central das análises sobre o trabalho feminino não se reduz a compreender apenas a esfera produtiva e a produção ou não de valor no trabalho doméstico não-remunerado, pois entende que, de maneira mais ampla, esse trabalho é responsável também pela acumulação e reprodução capitalista (DALLA-COSTA; JAMES, 1975; MIES, 2014; OROZCO, 2014; FEDERICI, 2017). E é aqui que podemos falar da

superexploração do trabalho feminino.

De acordo com Maria Mies (2014), o capitalismo e o patriarcado [e o racismo] são fundamentos intrínsecos, pois um não funciona sem o outro, o que implica dizer que a acumulação capitalista também ocorre a partir de um viés de gênero. Para a autora,

As donas de casa e seu trabalho são, em outras palavras, a base do processo de acumulação de capital. Com a ajuda do Estado e de seu maquinário legal, as mulheres foram isoladas na família nuclear, e seu trabalho se tornou invisível e, portanto, definido - por teóricos marxistas e não-marxistas como improdutivo (MIES, 2014, p.31, tradução nossa).

O ponto que Mies abordará é o de que se o trabalho produtivo é aquele gera valor e produz mais-valia para o capitalista, então ele só existe “enquanto puder extrair, explorar e se apropriar do trabalho que é gasto na produção de vida ou na produção de subsistência, que é em grande parte trabalho não assalariado feito principalmente pelas mulheres” (MIES, 2014, p.47, tradução nossa). Sendo assim, a autora considera que essa forma de trabalho pode ser denominada de superexploração, definida, em seus termos, “não é baseada na apropriação (pelo capitalista) do tempo e trabalho para além do tempo de trabalho necessário, o trabalho excedente, mas de tempo e trabalho necessários para a própria sobrevivência das pessoas ou produção de subsistência (MIES, 2014, p.48, tradução nossa). Embora a superexploração de Mies e a de Marini centrem-se em perspectivas diferentes, também é possível dialogá-las. Se a superexploração do trabalho em Marini reflete a particularidade latino-americana sob a égide da reprodução de capital, é o trabalho reprodutivo que assegurará essa reprodução.

Para Lozano e Féliz (2020) a superexploração é uma categoria que pode definir tanto a particularidade da dependência latino-americana quanto a feminina. No entanto, ela incide sobre as mulheres desse continente de maneira diferente.

En los territorios dependientes la superexplotación atraviesa todo el espacio de la reproducción social. Por ello, entre las mujeres trabajadoras y de sectores populares la superexplotación laboral no sólo se expresa en un proceso ligado al ciclo inmediato de valorización del capital (en formas de trabajo remunerado) sino que fundamentalmente es la carga del trabajo invisible de cuidados que se ve incrementada en los espacios de valorización dependientes (LOZANO; FÉLIZ, 2020, p.04).

Nesse sentido, o capitalismo se aproveita das múltiplas atividades realizadas por mulheres para promover sua contínua acumulação. No capitalismo dependente ela assume, no entanto, dois eixos: “posibilita la continuidad de la acumulación por parte del capitalismo pero también sostiene y contiene el desarrollo de la vida de las personas en un entorno

crecientemente hostil” (LOZANO; FÉLIZ, 2020, p.05).

Para Vânia Bambirra (1972), o sistema capitalista submete as mulheres a uma posição de inferioridade e, por isso, elas são exploradas e subjugadas, tanto em países desenvolvidos quanto em países dependentes, de duas formas: 1º) no trabalho reprodutivo, devido a sua atribuição irrestrita ao trabalho doméstico que não é remunerado e 2º) no trabalho produtivo, por somar as atribuições domésticas com o trabalho remunerado fora de casa, restringindo-as a condições ainda mais exploratórias e configurando assim a dupla exploração de seu trabalho. No entanto, uma característica definidora da América Latina é a condição das empregadas domésticas. Consideradas as “esclavas modernas” da sociedade, são elas, na definição de Bambirra, as mais exploradas do capitalismo dependente.

Diferentemente das mulheres burguesas europeias que ficaram relegadas ao trabalho doméstico, as da América Latina externalizaram esse trabalho a outras mulheres, geralmente pobres e/ou negras. Apesar de serem exploradas enquanto mulheres, não exerciam uma dupla função do trabalho e, na verdade, assumiam o papel de exploradoras, fator pelo qual Bambirra aponta que “qualquier forma de relación patrona-empleada es super-explotación, independiente de los tipos de relaciones que las mascara” (BAMBIRRA, 1975, p.06).

Essas relações são definidas pela autora a partir da definição de três formas de patronas (patroas): la patrona tirana, la patrona paternalista e la patrona eficiente.

La patrona tirana, segundo Bambirra, pode ser considerada como a escravagista moderna, aquela que trata a empregada doméstica de maneira cruel, exigindo-as que trabalhem várias horas no dia por um preço muito baixo de salário, deixando claro sua “superioridade”. “La patrona tiránica naturalmente, como todo explorador, maneja varios mecanismos de racionalización de su conducta que se juntan en prejuicios sociales muy arraigados y que son de corto nítidamente clasista” (BAMBIRRA, 1975, p.03).

La patrona paternalista, por sua vez, considera a empregada doméstica como membro da família, assumindo um caráter de conselheira ou amiga enquanto maquia a exploração por meio de favores emprestados. Por fim, la patrona eficiente é aquela que possui uma relação mais profissional com a empregada doméstica. Paga um salário mais alto, preza pela eficiência do trabalho e pouco convive com elas, pois são geralmente as mulheres que trabalham fora de casa. La patrona eficiente pode investir em sua vida profissional e se dedicar exclusivamente ao trabalho, pois seus papéis de dona de casa foram externalizados e vão ser cumpridos por outra mulher. Essa externalização do trabalho é uma das principais características da burguesia feminina latino-americana, onde podemos conferir a superexploração do trabalho feminino, e as contrapõe com as mulheres proletárias. Por essa razão, Bambirra afirma,

Parece verdaderamente grotesco los planteamientos feministas típicos, a la manera de Simone de Beauvoir y de muchas feministas norteamericanas y europeas, que buscan incitar una lucha de la mujer contra el hombre, sin hacer ninguna distinción al interior de la propia categoría mujer (imagínense la empleada doméstica desfilando junto de su patrona para reivindicar la libertad de ambas contra la tiranía masculina... y mistificando el verdadero contenido de una verdadera lucha en contra del sistema de explotación del trabajo. Tales planteamientos, en la mejor de las hipótesis, sólo pueden conducir a un reformismo ineficaz (BAMBIRRA, 1975, p.07-08)

Como afirma Bambirra (1971, p.05, tradução nossa) “Entre a classe média e alta esta situação, em geral, é em boa medida aliviada ou suprimida através da exploração do trabalho das empregadas domésticas, que é possível devido à existência de uma grande oferta de mão de obra”.

Essa questão sobre o trabalho doméstico remunerado ficou mais em evidência recentemente através da definição de ‘cadeias globais de cuidado’, forma atual de reprodução social nos países de capitalismo desenvolvido, onde o trabalho doméstico tem sido feito por imigrantes de países de economias periféricas. Da mesma forma como Bambirra se referiu a la patrona eficiente como aquela que segue sua vida profissional e externaliza as tarefas domésticas a uma outra mulher, em geral pobres e negras, nos países desenvolvidos as mulheres comprem esses serviços de outras menos privilegiadas, ao passo em que podem se realizar profissionalmente sem precisar exercer o trabalho não remunerado, ou seja, sem que passem pela dupla jornada de trabalho (PARREÑAS, 2015; MAGLIANO, 2015; COSTANTINO; LATERRA, 2018).

De qualquer maneira, a superexploração do trabalho através de uma perspectiva do trabalho feminino, requer considerar a apropriação capitalista do tempo de trabalho não remunerado das mulheres o que, no capitalismo dependente significa “garantizar condiciones materiales y simbólicas para la producción continua de un flujo de fuerza de trabajo disponible para el capital” (LOZANO; FÉLIZ, 2020,p.12). E isso significaria, retomando aos aportes iniciais, que o trabalho produtivo e a consequente extração de mais-valia só pode ocorrer devido à superexploração do trabalho reprodutivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer uma pesquisa feminista pode ser por diversas vezes um caminho complicado pois, dentre outras coisas, terminamos um trabalho com muito mais perguntas do que respostas. Se na introdução busquei evidenciar algumas indagações que me acompanhariam ao longo desta dissertação e tentaria respondê-las, preciso dizer-lhes que me encaminho para as considerações finais com ainda mais inquietações do que no início.

Aquela pergunta inicial que me perseguia quando criança, “onde estão as mulheres?”, já foi há muito tempo respondida. Sempre estivemos aqui. A problemática em torno da questão feminina, porém, e, mais ainda, como resolvê-la, ainda está longe de ser solucionada. Devo informá-las/os que não pretendi de nenhuma forma encontrar a solução para tamanha inquietação. Enquanto trabalho teórico busquei investigar a categoria mulheres através de suas imbricações nas agendas de desenvolvimento, nas Relações Internacionais e na Teoria Marxista da Dependência. Podemos demarcar a divisão internacional e sexual do trabalho como o elo de ligação presente em todas as categorias. Não significa dizer, no entanto, que este seja um tema estabelecido e aceito em cada uma delas, especialmente nas últimas duas.

O trabalho feminino, seja ele na esfera produtiva e, mais importante, na esfera reprodutiva, é capaz de explicar os espaços conferidos às mulheres na sociedade, tanto no âmbito privado quanto internacionalmente. Ele, de maneira invisibilizada ao longo dos séculos, foi responsável por viabilizar de várias formas a acumulação de capital. O trabalho doméstico não remunerado permitiu que homens pudessem participar da esfera produtiva e interferir diretamente na vida das mulheres, colocando-as em uma posição de inferioridade. Por outro lado, quando esse trabalho passou a ser externalizado e remunerado, permitindo agora que as mulheres se dedicassem a outras formas de trabalho, foi feito de maneira a colocar essa carga em cima de outras mulheres, como negras, pobres e imigrantes. Ou seja, paira sobre as mulheres uma contínua exploração, que muda de forma constantemente, e atinge as que são menos privilegiadas.

É aqui, no entanto, que surge uma primeira inquietação. E como resolvemos esse impasse? É claro que nunca foi a proposta desta dissertação encontrar essa resposta e eu mesma a poucos parágrafos atrás já havia mencionado que não tinha soluções. De fato não as tenho. Porém não deixa de ser inquietante chegar ao final sem pensar em possibilidades. O trabalho reprodutivo, sem ser aquele externalizado, deveria ser pago? E para aquele que foi externalizado, como no caso das empregadas domésticas, como tecer uma relação menos exploratória? E, para além disso, qual o papel dos homens em todo esse debate? Não é possível

imaginar esse problema como sendo exclusivamente feminino pois estamos tratando de um todo, todo esse que precisa se engajar em um papel político-consciente.

Acredito que a ideia inicial de Flora Tristán sobre a socialização dos cuidados - que no seu caso seria através dos Palácios Universais - reiterada por Engels e ponto de análise do feminismo marxista atualmente em muito se aproxima de tentar responder algumas dessas perguntas. A criação de espaços para o cuidado das crianças e os serviços domésticos realizados de maneira coletiva relembram também as comunidades primitivas que trouxe nesta dissertação através de Engels. O espaço coletivo poderia retirar das mulheres a sobrecarga causada pela dupla jornada de trabalho e impor limites ao seu confinamento na família nuclear/patriarcal. De todo modo, para que isso seja possível é preciso pôr fim ao sistema capitalista e suas formas de exploração, que recaem sobre as mulheres em específico através da superexploração do seu trabalho. Creio que resida aqui as possibilidades de pesquisas futuras, pensando essa questão da coletividade como uma forma de reduzir o peso das mulheres nas tarefas reprodutivas.

Sei que este trabalho também apresenta limitações, sejam minhas ou dos próprios campos teóricos que utilizo. Por exemplo, quando trago a categoria mulheres e menciono o quanto ela é uma categoria ampla, heterogênea e que incide sobre nós de maneiras diferentes, eu o faço para alegar que este trabalho, de uma maneira também ampla, se refere à opressão de *todas* as mulheres. Reconheço, no entanto, que esse *todas* envolve muitas particularidades que não estão presentes nesse trabalho, como é o caso da questão trans. Uma das inquietações que mencionei acima que trago ao final é justamente onde as travestis e mulheres transexuais e transgênero se encaixam nesse debate sobre trabalho produtivo e reprodutivo. Mesmo que essa particularidade não seja meu objeto de pesquisa, não posso deixar de pontuar que essa é uma área que precisa da nossa atenção, especialmente minha, quando afirmo algo sobre *todas* as mulheres.

Para finalizar, volto ao título desta dissertação: Mulheres, Agendas de Desenvolvimento e Relações Internacionais: (Des)conexões contemporâneas entre trabalho (Re)produtivo e a Teoria Marxista da Dependência. Todas essas categorias necessitam de um olhar sobre as mulheres para evidenciar uma figura mais completa da realidade. As agendas de desenvolvimento têm feito esse trabalho, mas o faz sem estabelecer uma criticidade do próprio desenvolvimento que faz Teoria Marxista da Dependência, o que permite algumas modificações na vida das mulheres, mas apenas de maneira superficial. Já a TMD se enriquece com esse debate se considerar o papel do trabalho feminino na acumulação e reprodução de capital, considerando que a particularidade da América Latina enquanto capitalista dependente, a superexploração da força de trabalho, é um fator determinante não somente do trabalho

produtivo, mas também do trabalho reprodutivo. É uma discussão, no entanto, ainda longe desse campo de pesquisa, o que provocaria uma certa desconexão entre ambas as temáticas. Porém, elas funcionam de maneira conjunta de modo a complementar uma a outra.

No que tange às RIs, os estudos sobre mulheres vem ganhando espaço, mas ainda há muito a ser conquistado. Compreender a realidade internacional perpassa primeiramente pelos seres sociais que compõem esse internacional. Logo, analisar o trabalho feminino e suas relações de exploração no sistema capitalista significa permitir às RIs um estudo que não só vai além da estrutura estatal, mas que viabiliza também enxergar as fraturas esquecidas da sociedade, desde que entendendo como as particularidades de cada local estrutura ou são estruturadas pela exploração.

REFERÊNCIAS

- ACKERLY B. (2008) Feminist Methodological Reflection. In: Klotz A., Prakash D. (eds) **Qualitative Methods in International Relations**. Research Methods Series. Palgrave Macmillan, London.
- AGUILAR, Raquel Gutiérrez. Políticas en femenino: reflexiones acerca de lo femenino moderno y del significado de sus políticas. In: MILLÁN, Mária. **Más allá del feminismo: caminos para andar**. Cidade do México: Red de Feminismos Descoloniales, 2014. p. 87-98.
- AHIKIRE, Josephine. Vulnerabilities of Feminist Engagement and the Challenge of Developmentalism in the South: what alternatives?. **Ids Bulletin**, [s. l], v. 39, n. 06, p. 28-33, nov. 2008. Disponível em: https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/20.500.12413/8163/IDSB_39_6_10.1111-j.1759-5436.2008.tb00508.x.pdf;jsessionid=E4ED6E721116439B19DBBA1D3E2F39A1?sequence=1. Acesso em: 08 abr. 2021.
- ÁLVAREZ, Silvia T.. Relaciones Internacionales e historia en América Latina: los caminos para reconocer nuestros mundos. **Revista de Historia de América**, Cidade do México, v. 161, p. 173-214, jul. 2021. Disponível em: <https://revistasipgh.org/index.php/rehiar/article/view/945>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANZALDUA, Gloria. La consciencia de la mestiza/Towards a new consciousness. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Feminist thought : fundamental concepts**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 323-341.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BAMBIRRA, Vânia. **A mulher chilena na transição para o socialismo**. Documentos. Santiago-Chile: Ponto Final, 1971.
- BAMBIRRA, Vânia. Liberación de la mujer y la lucha de clases. **Punto Final**, Santiago, v. 151, p. 10-15, fev. 1972. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/bambirra/1972/02/15.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2022.
- BAMBIRRA, Vânia. **A propósito del "Año Internacional de la mujer"**. 1975. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/bambirra/ano/mes/48.htm>. Acesso em: 16 jul. 2022.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 02. ed. Florianópolis: Insular, 2013.
- BARBIERI, Teresita de. Acerca de las propuestas metodológicas feministas. In: BARTRA, Eli (comp.). **Debates en torno a una metodología feminista**. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2002. p. 103-140.
- BARRAGÁN, Rossana; SALMA, Ton. La revisión bibliográfica y el balance del estado de la cuestión. In: BARRAGÁN, Rossana (org.). **Formulación de proyectos de Investigación: guía de procedimientos básicos para la formulación de un proyecto de investigación**. La Paz: Fundación Pieb, 2001. p. 42-84.
- BARRITEAU, V. Eudine. Feminist Theory and Development: implications for policy, research and action. In: PARPART, Jane L.; CONNELLY, M. Patricia; BARRITEAU, V. Eudine.

Theoretical Perspectives on Gender and Development. Ottawa: International Development Research Centre, 2000. p. 161-178.

BARTRA, Eli (comp.). **Debates em torno de uma metodologia feminista.** 2. ed. Cidade do México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2002.

BEBEL, August. **La Mujer y el Socialismo.** Madri: Akal, 2018.

BENERÍA, Lourdes; BERIK, Günseli; FLORO, Maria S.. **Gender, Development, and Globalization: economics as if all people mattered.** New York: Routledge, 2016.

BENERÍA, Lourdes; SEN, Gita. Class and Gender Inequalities and Women's Role in Economic Development: theoretical and practical implications. **Feminist Studies**, College Park, v. 08, n. 1, p. 157-176, 1982.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Evolución de las ideas de la CEPAL. **Revista de La CEPAL**, Santiago, numero extraordinario, p. 21-46, out. 1998. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/37962>. Acesso em: 10 set. 2021.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018.

BITTENCOURT, Naiara Andreoli. **GÊNERO, TRABALHO E DIREITO NA AMÉRICA LATINA: A SUPEREXPLORAÇÃO DAS MULHERES TRABALHADORAS NOS PAÍSES DEPENDENTES.** 2014. 106 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/37784/100.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 jul. 2022.

BONENTE, Bianca Aires Imbiriba di Maio. **A Economia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica: novos rumos da disciplina.** 2007. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13601/1/Bianca%20709KB.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2021.

BOSERUP, Ester. **Woman's Role in Economic Development.** Londres: Routledge, 2007.

CAMPOS, Luna. Algumas notas de pesquisa sobre Flora Tristan: feminismo, socialismo e viagens. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, [S.L.], v. 6, n. 11, p. 30-39, 18 fev. 2018. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/cesp.2017.32865>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/CESP/article/view/32865>. Acesso em: 22 jun. 2022.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependencia y desarrollo en América Latina: ensayo de interpretación sociológica.** Ciudad de México: Siglo Veintiuno, 2002.

CONNELLY, M. Patricia *et al.* Feminism and Development: theoretical perspectives. In: PARPART, Jane L.; CONNELLY, M. Patricia; BARRITEAU, V. Eudine (ed.). **Theoretical Perspectives on Gender and Development.** Ottawa: International Development Research Centre, 2000. p. 51-161.

COSTANTINO, Agostina; LATERRA, Patricia. La teoría marxista de la dependencia desde una mirada feminista: un análisis sobre las leyes sobre aborto en el mundo. **Cadernos Cemarx**, [S.L.], n. 10, p. 151-174, 17 jan. 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10925>. Acesso em: 17 jul. 2022.

CUEVA, Agustín. **O Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global Editora, 1983.

CYPRIANO, Breno. Construções do pensamento feminista latino-americano. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 21, n. 1, p. 11-39, abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/n8d6WvDNTbkDwYYyxRyv3Rt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2021.

DALLA-COSTA, Mariarosa; JAMES, Selma. **THE POWER of WOMEN and the SUBVERSION of the COMMUNITY**. Londres: Falling Wall Press, 1975.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DÍAZ, Hernán. Flora Tristán: su papel en la constitución del socialismo y de la clase obrera francesa. **Archivos de Historia del Movimiento Obrero y La Izquierda**, [S.L.], n. 1, p. 153-173, 1 set. 2012. Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda. <http://dx.doi.org/10.46688/ahmoi.n1.7>. Disponível em: <https://www.archivosrevista.com.ar/numeros/index.php/archivos/article/view/7>. Acesso em: 22 jun. 2022.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases**. 2. ed. Los Angeles: University Of California Press, 2014.

FAO. **The state of food security and nutrition in the world**. Roma: FAO PRESS, 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

FERNANDES, Sabrina. Ecosocialism from the Margins. **Nacla Report On The Americas**, New York, v. 52, n. 02, p. 137-143, jun. 2020.

FGV. **O fim da escravidão**. 2016. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/o-fim-da-escravidao/mapas/linha-do-tempo-do-fim-da-escravidao-nas-americas>. Acesso em: 15 jul. 2022.

FLORESTA, Nísia. Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens. In: BEZERRA, Gleire Belchior de Aguiar; Fundação Ulysses Guimarães; SILVA, Elisiane da (org.). **Nísia Floresta: uma mulher à frente do seu tempo**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2016. p. 95-191. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Nisia-Floresta-Completo.pdf>. Acesso em: 26 maio 2022.

FUNDAÇÃO MALALA. **Evidence for investing in girls' education**. 2021. Disponível em: <https://malala.org/girls-education>. Acesso em: 06 abr. 2021.

FUNDAÇÃO MALALA. **About**. 2021. Disponível em: <https://malala.org/about?sc=header>. Acesso em: 04 set. 2021.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: Volume 01**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. p. 239-262. Disponível em:

https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1607/S33098N962Av1_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 04 set. 2021.

FMI. Women, Work, and the Economy: macroeconomic gains from gender equity. **Imf Staff Discussion Note**, Washington, v. 10, n. 13, p. 01-32, set. 2013. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2013/sdn1310.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2021.

FMI. Women in Finance: a case for closing gaps. **Imf Staff Discussion Note**, Washington, v. 05, n. 18, p. 1-42, set. 2018.

GALEANO, Eduardo. **Ser como ellos y otros artículos**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1992.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2021.

GOUGES, Olympe de. Os direitos da mulher. In: ROVERE, Maxime (org.). **Arqueofeminismo**. São Paulo: N-1 Edições, 2019. p. 256.

GOUGES, Olympe de. Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. In: ROVERE, Maxime (org.). **Arqueofeminismo**. São Paulo: N-1 Edições, 2019. p. 257-271.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a. p.25-44.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b. p.139-150.

HARDING, Sandra. Introduction: is there a feminist method?. In: HARDING, Sandra (ed.). **Feminism and methodology**. Bloomington: Indiana University Press, 1987. p. 01-14.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: brasil, França e Japão. In: COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena (org.). **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. São Paulo: Editora FGV, 2008. p. 263-278.

HOOVER, Charlotte. **Manly states: masculinities, international relations, and gender politics**. New York: Columbia University Press, 2001.

JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

JAMES, C.R.L.. **Os jacobinos negros: Toussaint L'ouverture e a Revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo, 2000.

JATOBÁ, Daniel. Teoria das Relações Internacionais. In: LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani de (org.). **Temas essenciais em RI**. São Paulo: Saraiva, 2013.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014. Disponível em: <http://dpid.cidadeopg.sp.gov.br/pde/arquivos/1623677495235~Quarto%20de%20Despejo%20-%20Maria%20Carolina%20de%20Jesus.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2022.

KOLLONTAI, Alexandra. **La Mujer en el Desarrollo Social**. Barcelona: Guadarrama, 1976.

KOLLONTAI, Alexandra. **Autobiografía de una mujer emancipada**. 3. ed. Barcelona: Fontamara, 1978.

KONDER, Leandro. **Flora Tristan: uma vida de mulher, uma paixão socialista**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

LAGARDE, Christine. A Global Imperative: empowering women is critical for the world's economy and people. In: FINANCE & DEVELOPMENT. **WOMEN AND GROWTH**. Washington: Imf Publication Services, 2019. p. 5. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2019/03/pdf/fd0319.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2021.

LAGARDE, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres**: madresposas, monjas, putas, presas y locas. 04. ed. Cidade do México: UNAM, 2005. 885 p.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAMPERT, David. Feminism and Development: building the discipline or politicising it?. **Anthropology In Action**, New York, v. 21, n. 2, p. 43-48, jun. 2014. Disponível em: <https://www.berghahnjournals.com/view/journals/aia/21/2/aia210208.xml>. Acesso em: 14 abr. 2021.

LANDALUZE, I., & ESPEL, L. 2014. Los feminismos africanos: Las mujeres africanas “en sus propios términos”. **Relaciones Internacionales** 27: 35-54.

LEANDER, Anna. Thinking Tools In : KLOTZ, Audie et al. **Qualitative methods in international relations**. Palgrave Macmillan, 2008.

LIMA, Thiago. Fome e Relações Internacionais: uma agenda oportuna para o brasil. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 09, n. 01, p. 94-104, jun. 2014. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/111/80>. Acesso em: 05 jul. 2022.

LOCHER, Birgit. Las relaciones internacionales desde la perspectiva de los sexos. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, v. 158, p. 40-63, 1998.

LOIOLA, José Roberto Alves. A MULHER E A REALIDADE LATINO-AMERICANA: uma análise da teoria da dependência a partir da perspectiva de gênero. **Mandrágora**, [s. l], v. 22, n. 01, p. 45-68, 2016.

LÖWY, M. **O que é ecossocialismo**. SP: Cortez, 2014.

LOZANO, Juliana Agustina Díaz; FÉLIZ, Mariano. Reproducción de la vida, superexplotación y organización popular en clave feminista: una lectura desde argentina. **Cuestiones de Sociología**, Buenos Aires, v. e101, n. 23, p. 1-16, ago. 2020. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/112235>. Acesso em: 17 jul. 2022.

MAGLIANO, María José. Interseccionalidad y migraciones: potencialidades y desafíos. **Revista Estudos Feministas [online]**. 2015, v. 23, n. 03 [Accedido 17 Julio 2022] , pp. 691-712.

MARIÁTEGUI, J.C. As reivindicações feministas. In: MARIÁTEGUI, J. C.; REARTES, Lucía; ARDILES, Yael; FERNANDES, Florestan. **Mariátegui**. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 45-50. Disponível em: <https://www.expressaopopular.com.br/loja/wp-content/uploads/2020/06/Mariategui.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2022.

MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (comp.). **La teoría social latinoamericana**: textos escogidos. Tomo I: De los orígenes a la CEPAL. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1994a.

MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (comp.). **La teoría social latinoamericana**: textos escogidos. Tomo II: La teoría de la dependencia. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1994b.

MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (comp.). **La teoría social latinoamericana: textos escogidos**. Tomo III: La centralidad del Marxismo. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1995.

MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária. **La teoría social latinoamericana: textos escogidos**. Tomo IV: Cuestiones Contemporáneas. Ciudad de México: El Caballito S.A., 1996.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 325–356, 2017. DOI: 10.9771/gmed.v9i3.24648. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648>. Acesso em: 3 mar. 2022.

MARINI, R. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis : Insular, 2013.

MARX, Karl. El Capital libro I Cap VI (inédito): resultados del proceso inmediato de producción. Ciudad de México: Siglo Veintiuno, 1971.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. O Capital - Crítica da Economia Política: livro I o processo de produção de capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MEKGWE, P. 2007. Theorizing African Feminism(s). The ‘Colonial’ Question. **Matatu** 35 (1): 165-174.

MIES, Maria. **Patriarchy and Accumulation on a World Scale**: women in the international division of labour. Londres: Zed Books, 2014.

MILL, John Stuart. **The Subjection of Women**. London: Longmans, Green, Reader And Dyer, 2009. 60 p.

MILLÁN, Mária. Alcances político ontológicos de los feminismos indígenas. In: MILLÁN, Mária (coord.). **Más allá del feminismo**: caminos para andar. Cidade do México: Red de Feminismos Descoloniales, 2014. p. 119-144.

MILLER, Carol; RAZAVI, Shahra. From WID to GAD: Conceptual shifts in the women and development discourse. **United Nations Research Institute For Social Development (UNRISD)**, Geneva, n. 1, p. 1-51, fev. 1995.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes: feminist scholarship and colonial discourses. **Feminist Review**, [S.L.], n. 30, p. 61-88, 1988.

MONTECINO, Sonia. Devenir de una traslación: de la mujer al género o de lo universal a lo particular. In: MONTECINO, Sonia; REBOLLEDO, Loreto. **Conceptos de Género y Desarrollo**. Santiago: Universidad de Chile, 1996. p. 9-36.

MORAES, M. (2015). Da Ontologia E Epistemologia Complexa À Metodologia Transdisciplinar. **Revista Terceiro Incluído**, 5(1), 1-19.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Prefácio. In: WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 08-17.

MOSER, Caroline. **Gender planning and development**: theory, practice and training. Londres: Routledge, 1993.

MULLER, Catel; BOCQUET, José-Louis. **Olympe de Gouges**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

NANES, Giselle; QUADROS, Marion; ZARIAS, Alexandre. WID, WAD e GAD: uma introdução ao debate sobre mulheres, gênero e desenvolvimento. In: SANTOS, Dayse Amâncio dos; CARDOSO, Maria Grazia Cribari; SCOTT, Parry. **Feminismo, Diferenças e Desigualdades nas Políticas Públicas e Desenvolvimento**: algumas leituras fundamentais. Recife: Editora Ufpe, 2017. p. 17-46. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/1016303/2003345/Feminismo%2C+Diferenc%C2%B8as+e+Desigualdades+nas+Poli%C2%B4ticas+Pu%C2%B4blicas+e+Desenvolvimento/3e1da161-b833-465e-8df5-6193b1e7efa2>. Acesso em: 02 jan. 2022.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OCAMPO, José A.. Cincuenta años de la CEPAL. **Revista de La Cepal**, Santiago, Número extraordinario, p. 11-16, out. 1998. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/37962>. Acesso em: 10 set. 2021

OGUNDIPE-LESLIE, M. 1994. **Re-Creating Ourselves: African Women & Critical transformation**. Africa World Press, Trenton.

ONU MULHERES. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher**. 2013. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf. Acesso em: 11 jan. 2021.

ONU MULHERES. **Conferências Mundiais da Mulher**. 2021. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>. Acesso em: 11 jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 08 abr. 2021.

OROZCO, Amaia Pérez. **Subversión feminista de la economía**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2014.

OSORIO, Jaime. Acerca de la superexplotación y el capitalismo dependiente. **Cuadernos de Economía Crítica**, Buenos Aires, v. 04, n. 08, p. 153-181, jul. 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6560375.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2022.

OUVIÑA, Hernán. **Rosa Luxemburgo e a reinvenção da política**: uma leitura latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2021.

OYĖWÙMÍ, O. 1997. **The invention of women**: making an African sense of Western gender discourses. University of Minnesota Press, Minneapolis.

OYĖWÙMÍ, O. 2002. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the Challenge of African Epistemologies. **Codesria Gender Series** 01: 01-10.

PARREÑAS, Rhacel Salazar. **Servants of Globalization**: migration and domestic work, second edition. 2. ed. Palo Alto: Stanford University Press, 2015

PEREIRA, Rosângela Saldanha; RAMBLA, Francesc Xavier. PENSAMENTO ECONÔMICO FEMINISTA SOBRE DESENVOLVIMENTO: breve viagem através do tempo. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 14, n. 1, p. 47-57, jan. 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321127307005>. Acesso em: 14 abr. 2021.

PETERSON, V. S. **Gendered States**: Feminist (Re)Visions of International Relations Theory. 1992. Boulder, CO: Lynne Rienner.

PETERSON, V. Spike. International/Global Political Economy. In: J.SHEPHERD, Laura (ed.). **GENDER MATTERS IN GLOBAL POLITICS**: a feminist introduction to international relations. Nova York: Routledge, 2010. p. 204-217.

PETRONE, Talíria. Prefácio à edição brasileira. In: ARRIZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 11-24.

PIGNATO, Catarina; DEMASI, Beatriz. **A conquista da independência ao redor do mundo**. Nexo Jornal. 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2016/09/06/A-conquista-da-independ%C3%Aancia-ao-redor-do-mundo>. Acesso em: 15 jul. 2022.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**: volume 01. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000a. p. 69-136. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1607/S33098N962Av1_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 04 set. 2021.

PREBISCH, Raul. Por uma dinâmica de desenvolvimento latino-americano. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**: volume 01. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000b. p. 451-488. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1607/S33098N962Av1_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 04 set. 2021.

REINHARZ, Shulamit. **Feminist Methods in Social Research**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1992.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula e outras obras**. Brasília: Câmara dos Deputados - Edições Câmara, 2018. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/35999/ursula_obras_reis.pdf. Acesso em: 30 maio 2022.

RETAMAR, Roberto Fernández. **Todo Caliban**. Bogotá: Ilsa, 2005.

ROVERE, Maxime (org.). **Arqueofeminismo**: mulheres filósofas e filósofos feministas. São Paulo: N-1 edições, 2019.

RUNYAN, Anne Sisson; PETERSON, V. Spike. **Global Gender Issues in the New Millennium**. Colorado: Westview Press, 2014.

SAITO, Kohei. **O ecossocialismo de Karl Marx**. Prefácio por Sabrina Fernandes. Boitempo, 2021.

SARDENBERG, Cecilia. Liberal vs Liberating Empowerment: Conceptualising Empowerment from a Latin American Feminist Perspective. **IDS Bulletin** 39 (6), 2008, pp.18-27.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49-82.

SERRANO, Lorena Oyarzún. Relaciones internacionales y América Latina: avances y desafíos en la disciplina. **Oasis**, [S.L.], n. 32, p. 105-124, 1 jun. 2020. Universidad Externado de Colombia. <http://dx.doi.org/10.18601/16577558.n32.08>.

SHEPHERD, Laura J.. Sex or Gender? Bodies in World Politics and Why Gender Matters. In: J.SHEPHERD, Laura (ed.). **GENDER MATTERS IN GLOBAL POLITICS**: a feminist introduction to international relations. Nova York: Routledge, 2010. p. 03-16.

SHERMAN, Carol L.. **Reading Olympe de Gouges**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2013.

SILVA, Glauco Peres da. Desafios ontológicos e epistemológicos para os métodos mistos na ciência política. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 30, n. 88, p. 115-128, June 2015. Available

from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-690920150002000115&lng=en&nrm=iso. access on 20 Dec. 2020.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

SOUZA, Natália Maria Félix de. 'What Is She Thinking?' – Natália Félix in Conversation with Cynthia Enloe. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 435-452, set/dez. 2018.

STEPHAN, Beatriz González. Para comerte mejor: cultura calibesca y formas literarias alternativas.. **Nuevo Texto Crítico**, [S.L.], v. 5, n. 9-10, p. 201-215, 1992.

SUNKEL, Osvaldo. Desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalização e desigualdades espaciais: por um enfoque totalizante. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**: volume 02. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. p. 521-568. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1607/S33098N962Av2_pt.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 11 set. 2021.

SYLVESTER, Christine. **Feminist International Relations**: an unfinished journey. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TESSER, Gelson João. Principais linhas epistemológicas contemporâneas. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 10, p. 91-98, Dec. 1994. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601994000100012&lng=en&nrm=iso. access on 20 Dec. 2020.

TICKNER, J. Ann. You Just Don't Understand: Troubled Engagements between Feminists and IR Theorists. **International Studies Quarterly**, Oxford, v. 21, n. 04, p. 611-632, dez. 1997.

TICKNER, J. Ann. **Gendering World Politics**. New York: Columbia University Press, 2001.

TICKNER, J. Ann. What Is Your Research Program? Some Feminist Answers to International Relations Methodological Questions. **International Studies Quarterly**, Oxford, v. 49, n. 1, p.01-21, jan. 2005.

TICKNER, Arlene. Latin America Still policy dependent after all these years? In: TICKNER, Arlene; WÆVER, Ole. **International relations scholarship around the world**. Routledge. 2009.

TICKNER, Arlene B.; SMITH, Karen (ed.). **International Relations from the Global South**: worlds of difference. Abingdon: Routledge, 2020.

TRASPADINI, Roberta. Introdução. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini - Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TRASPADINI, Roberta. **A Teoria da (inter) dependência de Fernando Henrique Cardoso**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

TRISTÁN, Flora. **Peregrinaciones de una paria**. Lima: Centro de La Mujer Peruana Flora Tristán, 2003.

TRISTÁN, Flora. **União Operária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Uniao-Oper%C3%A1ria-web.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

TRUMAN LIBRARY. **Inaugural Address**. 2022. Disponível em: <https://www.trumanlibrary.gov/library/public-papers/19/inaugural-address>. Acesso em: 22 fev. 2022.

USAID. **Women in Development**. Washington, D.C: U.S. Agency For International Development, 1982.

VARIKAS, Eleni. **A escória do mundo – as figuras do pária**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

VARIKAS, Eleni. PREFÁCIO. In: TRISTÁN, Flora. **UNIÃO OPERÁRIA**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 07-18. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Uniao-Oper%C3%A1ria-web.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2022.

VIANNA, Cynthia Semíramis Machado. **A reforma sufragista: marco inicial da igualdade de direitos entre mulheres e homens no Brasil**. 2017. 240 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-ASUHQ/1/semiramis_final_com_anexos.pdf. Acesso em: 07 abr. 2021.

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. **Apresentação. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher**. 2013. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021.

WODON, Quentin T.; DE LA BRIERÈ, Bénédicte. 2018. **Unrealized Potential : The High Cost of Gender Inequality in Earnings**. The Cost of Gender Inequality. Washington, DC: World Bank.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**: Edição comentada do clássico feminista. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

YOUSAFZAI, Malala; LAMB, Christina. **Eu sou Malala**: A história da garota que defendeu o direito à educação e foi baleada pelo Talibã. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ZALEWSKI, Marysia. 'Well, What is the Feminist Perspective on Bosnia?'. **International Affairs**, Oxford, v. 71, n. 2, p. 339-356, abr. 1995.

ZALEWSKI, Marysia. Feminist International Relations: Making Sense... In: J.SHEPHERD, Laura (ed.). **GENDER MATTERS IN GLOBAL POLITICS**: a feminist introduction to international relations. Nova York: Routledge, 2010. p. 28-43.